

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS (CECH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

RAFAELA MARIA RODRIGUES

**Tertúlias Dialógicas Pedagógicas na formação docente:
prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes.**

São Carlos (SP)

2023

RAFAELA MARIA RODRIGUES

**Tertúlias Dialógicas Pedagógicas na formação docente:
prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes.**

Texto apresentado à defesa da dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Roseli Rodrigues de Mello

São Carlos – SP

2023

--

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCar)

Tertúlias Dialógicas Pedagógicas na formação docente:
prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes.

RAFAELA MARIA RODRIGUES

Orientadora

Profa. Roseli Rodrigues de Mello
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Examinadora 1

Profa. Dra. Rosimara Correia
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

Examinadora 2

Profa. Dra. Fabiana Marini Braga
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

*À todas as pessoas que me lembram que
o amor é uma ação, em especial, ao
Núcleo de Investigação e Ação Social e
Educativa (NIASE).*

AGRADECIMENTOS

Desejo externar meus agradecimentos:

Primeiramente, ao Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), ao qual pertenço e onde sou muito feliz por estar. Agradeço pelo convívio dialógico e solidário, pela formação acadêmica, social e pessoal, pelos ensinamentos, sonhos e esperanças coletivas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello, por ser meu exemplo de coerência, força, sensibilidade, amorosidade e ética entre teoria e prática. Por ser parceira, amiga, ouvinte e apoio na construção de um mundo melhor para todas as pessoas. Por me dar instrumentos para seguir meus sonhos e compromissos sociais, mostrando que podemos transformar a realidade e que a educação que sonhamos é possível.

À minha mãe Teresa, por ser meu grande amor, pelos ensinamentos sobre força, carinho e sensibilidade. Por estar sempre do meu lado e me incentivar na carreira.

À minha irmã Juliana, pelas palavras ditas e demonstradas, por me amparar e ser abrigo.

Ao meu pai Antônio Roberto, pela enorme sensibilidade, por me ensinar o mundo e acreditar em mim.

À minha sobrinha Maria Júlia, pelo amor genuíno, pelos sorrisos de esperança, por me fazer sonhar, acreditar e construir um mundo melhor.

Às minhas amigas e amigos, que são redes de apoio e que constantemente me transformam e me fazem evoluir.

Ao Eduardo Rezende, eterno menino com brilho nos olhos, “mestre do meu barco”, valente e amoroso em suas ações. Por cultivar comigo as sementes do cotidiano e por inundar meus dias com afeto, diálogos profundos e poesias.

Ao Enayton Lucas, irmão de alma, pela troca de olhares cheia de palavras e pela sinceridade que ilumina os caminhos que adentro, pela amorosidade, companheirismo, compreensão e por me ensinar tanto sobre mim mesma.

À Bianca Kapp, dona dos olhos mais bonitos que já vi, por todo amor, companheirismo, amizade sincera e profunda. Pela troca de experiências e pelas mãos dadas no caminho da vida.

Ao Guilherme Cesarini, pelo cuidado carinhoso, apoio incondicional e cumplicidade.

À Daniela Mara, pela linda amizade que temos, pelo compartilhamento da vida acadêmica e pessoal, por me ensinar sobre força e amorosidade.

À Alexandra, pela presença que acalenta, pela ternura, sorrisos, noites e dias felizes.

À Thaís Helena Benassi, pela intimidade de nossas almas, por todo sentimento, amor e intensidade, por tornar minha vida mais bonita e por acreditar fielmente nos meus sonhos.

À Thamiris Florenciano, por me nortear, pelas serenas e profundas palavras, pelo apoio e por ser porto seguro.

À Denise Cândido, pelo acolhimento amoroso, pelos laços de afeto e amizade que nos unem.

À Thaís Leonardo, pelas flores e sementes que plantamos juntas, por navegar comigo pelas águas da vida, pelo companheirismo e imenso afeto.

Ao Heitor, pelo apoio, presença e compartilhamento dos anseios da vida.

À Milena de Bem, por tornar essa pesquisa possível, por ser uma forte parceria e amiga na vida acadêmica e pessoal.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos e auxílio financeiro que possibilitou a dedicação integral ao programa de pós-graduação.

A todas as pessoas sobreviventes da violência sexual infantil.

A todas as pessoas que acreditam na transformação social e em um mundo melhor, livre de violências.

*“O amor é o que o amor faz, e é nossa
responsabilidade dar amor às crianças.
Quando as amamos, reconhecemos com
nossas próprias ações que elas não são
propriedades, que têm direitos - os quais
nós respeitamos e garantimos.*

Sem justiça, não pode haver amor.”

(bell hooks, 2021, p.72)

LISTA DE SIGLAS

AEEs – Atuações Educativas de Êxito	53
AIH – Autorização de Internação em Hospitais	25
ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância	38
CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança	31
CT – Conselho Tutelar	79
CREA – <i>Community Of Researchers On Excellence For All</i>	48
DCA – Fórum Direitos da Criança e do Adolescente	31
DO – Declaração de Óbito	25
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente	18
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada	26
MEC – Ministério da Educação	31
MDPRC – Modelo Dialógico de Prevenção e Resolução de Conflitos	53
MMFDH – Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos	27
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua	30
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	28
MS – Ministério da Saúde	26
NIASE - Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa	17
OIT – Organização Internacional do Trabalho	33
OMS – Organização Mundial da Saúde	25
ONU – Organização das Nações Unidas	24
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais	163
PIB – Produto Interno Bruto	28
PNEVSCA – Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	32
SIH – Sistema de Informações Hospitalar	25
SINAN – Sistema de Informações de Agravos de Notificação	26
SUS – Sistema Único de Saúde	25
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	87
UNESCO - <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>	38
UNICEF – <i>United Nations International Children’s Emergency Fund</i>	27
VS – Violência sexual	36
VIVA – Sistema de Vigilância de Violência e Acidentes	26

WHA – <i>World Health Assembly</i>	25
WHO – <i>World Health Organization</i>	24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo ecológico para auxílio na compreensão da violência 43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária das pessoas inscritas no curso	68
---------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linha do tempo de marcos e direitos de crianças e adolescente no Brasil e no mundo	29
Quadro 2 – Informações sobre a localidade das inscrições do curso	69
Quadro 3 - Caracterização das participantes da pesquisa	71
Quadro 4 – Cronograma do curso	79
Quadro 5 - Caracterização das participantes do curso	90
Quadro 6 – Aprendizagem no curso: ponto de partida e ponto de chegada	97
Quadro 7 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de identificação	99
Quadro 8 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de intervenção para prevenção	100
Quadro 9 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de acolhimento às vítimas em caso de ocorrência constatada na escola	102
Quadro 10 – Verificando a efetividade da aprendizagem: conteúdos destacados.	103
Quadro 11 – Sobre Tertúlias Dialógicas Pedagógicas	106
Quadro 12 – Desenvolvimento do curso (encontros, atividades, textos e moderação)	108
Quadro 13– Encontros do curso	110
Quadro 14 – Atividades do curso	111
Quadro 15 – Textos utilizados no curso	112
Quadro 16– Moderação do curso	113
Quadro 17 – Verificando a efetividade do desenvolvimento do curso de forma online	114
Quadro 18 - Verificando a efetividade do desenvolvimento do curso para a aprendizagem de conteúdos	115
Quadro 19 – Verificando a efetividade do curso para prática profissional e pessoal	117
Quadro 20 – Sugestões para próximas ofertas do curso	120
Quadro 21 – Indicações para próximas ofertas do curso	121
Quadro 22 – Matriz de análise das dimensões excludentes e transformadoras dos temas	127

Quadro 23 – Resumo das menções sobre o CT na dimensão excludente e dimensão transformadora	135
Quadro 24 – Resumo das menções sobre a Formação/capacitação de professores na dimensão excludente e dimensão transformadora	142
Quadro 25 – Resumo das menções sobre as Tertúlias Dialógicas na dimensão excludente e dimensão transformadora	150
Quadro 26 – Resumo das menções sobre o Clube de Valentes na dimensão excludente e dimensão transformadora	152
Quadro 27 – Resumo das menções sobre as Redes de apoio e de proteção na dimensão excludente e dimensão transformadora	154
Quadro 28 – Resumo das menções sobre o Desenvolvimento do Curso na dimensão excludente e dimensão transformadora	156
Quadro 29 – Resumo das menções sobre o Livro da Sanderson (2005) na dimensão excludente e dimensão transformadora	161
Quadro 30 – Resumo das menções sobre a Família na dimensão excludente e dimensão transformadora	163
Quadro 31 – Resumo das menções sobre Educação Sexual na dimensão excludente e dimensão transformadora	165

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes tem índices cada vez mais alarmantes, no Brasil e no mundo. A escola tem sido apontada em estudos internacionais e nacionais como instituição fundamental de combate e prevenção de violência e a formação de professores como elemento ainda frágil para que isto se concretize. Focalizando a perspectiva dialógica de formação de professores na temática, em torno da leitura e diálogo de artigos científicos sobre o tema, o objetivo da pesquisa é analisar limites e possibilidades de um curso de formação continuada com essas características. A questão de pesquisa que nos guiou é: Como a Formação Dialógica Pedagógica, realizada por meio de um curso de formação continuada, organizado com base em Tertúlias Dialógicas Pedagógicas de textos científicos sobre prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes pode atuar sobre concepções de docentes nele participantes e do engajamento em sua prática profissional no tema? A metodologia de pesquisa foi qualitativa, com coleta de dados por meio de questionário, observação e grupo focal, com vertente comunicativa. As análises produziram as seguintes categorias: Conselho Tutelar, Formação e capacitação de professores, Tertúlias Dialógicas, Clube dos Valentes, Redes de apoio e de proteção, Desenvolvimento do curso, Livro da Sanderson, Família e Educação sexual. Como resultados, por meio dos elementos excludentes e transformadores, concluímos enquanto principais resultados, que o curso produziu nas professoras envolvidas conhecimentos profundos sobre o tema de prevenção ao abuso sexual infantil. Por meio das categorias, averiguamos que é preciso maior unidade entre escola e Conselho Tutelar para efetivação da proteção de crianças e adolescentes; as Tertúlias Dialógicas e o Clube de Valentes são ações com base em evidência para prevenção de violências; e é urgente formar profissionais da educação sobre prevenção de violência sexual infantil.

Palavras-chave: prevenção; violência sexual; crianças; Formação docente; Tertúlias Dialógicas Pedagógicas.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents has increasingly alarming rates in Brazil and worldwide. The school has been pointed out in international and national studies as a fundamental institution to combat and prevent violence, and teacher training as a still fragile element to make this happen. Focusing on the dialogical perspective of teacher training on the theme, around the reading and dialog of scientific articles on the subject, the objective of this research is to analyze the limits and possibilities of a continuing education course with these characteristics. The research question that guided us is: How can the Pedagogical Dialogical Training, carried out through a continuing education course, organized based on Dialogic Pedagogical Gatherings of scientific texts about the prevention of sexual violence against children and adolescents, act on the conceptions of the teachers participating in it and the engagement in their professional practice on the theme? The research methodology was qualitative, with data collection through questionnaire, observation, and focus group, with a communicative approach. In the dissertation qualification document the analyses have not yet been carried out. The analyses produced the following categories: Guardianship Council, Formation and training of teachers, Dialogic Gatherings, Valiant Club, Support and protection networks, Course development, Sanderson's book, Family and sexual education. As results, by means of the excluding and transforming elements, we concluded as main results, that the course produced in the teachers involved deep knowledge about the theme of prevention of child sexual abuse. Through the categories, we ascertained that greater unity is needed between the school and the Guardianship Council for the effective protection of children and adolescents; the Dialogic Gatherings and the Valiant Club are evidence-based actions for the prevention of violence; and it is urgent to train education professionals on the prevention of child sexual violence.

Keywords: prevention; sexual violence; children; teacher training; dialogic pedagogical gatherings

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTE PREVENÇÃO	25
2.1 Violência na infância	29
2.2 Violência sexual contra crianças e adolescentes	36
2.3. Prevenção de violência	42
3. APRENDIZAGEM DIALÓGICA E ATUAÇÕES COM BASE EM EVIDÊNCIAS	48
4. DOCÊNCIA E FORMAÇÃO COM BASE EM EVIDÊNCIAS: EM FOCO, O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.	60
5. OBJETIVO E PESQUISA: CURSO ON-LINE DE FORMAÇÃO CONTINUADA DIALÓGICA DE PROFESSORES PARA A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	68
5.1 Inscrições no curso e participantes da pesquisa.....	69
5.2 Delineamento dos encontros do curso.....	73
5.3 Desenvolvimento da pesquisa	85
5.3.1 Forma de coleta e de análise de dados	86
6. RESULTADOS	92
6.1 A aprendizagem no curso: ponto de partida e ponto de chegada	92
6.2.1 Participante Alice	92
6.2.2 Participante Amanda	93
6.2.3 Participante Eliane	94
6.2.4 Participante Jéssica	94
6.2.5 Participante Fabiana	95
6.2.6 Participante Lara	96
6.2.7 Participante Priscila	96
6.2.8 Participante Rosa	97
6.2.9 Participante Rosana	98
6.3 Motivação e conhecimento inicial sobre o conteúdo do curso e o que aprendeu	99
7. ANÁLISE DO CURSO	109
8. APROFUNDANDO A COMPREENSÃO SOBRE OS TEMAS DO CURSO: TRIANGULAÇÃO DE DADOS	131
8.1 Conselho Tutelar	133

8.2 Formação/capacitação de professores	142
8.3 Tertúlias Dialógicas	151
8.4 Clube de Valentes	153
8.5 Redes de apoio e de proteção	154
8.6 Desenvolvimento do curso	157
8.6.1 Livro Sanderson	162
8.7 Família	164
8.8 Educação sexual	166
9. CONCLUSÕES	170
REFERÊNCIAS	175
APENDICÊS	187
Apêndice 1 – Primeiro formulário google aplicado na inscrição das pessoas participantes do curso	187
Apêndice 2 – Segundo formulário google aplicado no final do curso	188
Apêndice 3 – Transcrição do Grupo focal Comunicativo	190
ANEXOS	199
Anexo 1 – Artigos analisados na revisão bibliográfica no tema de prevenção à VS infantil durante os anos de 2020 a 2023	199

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se enquadra em uma dissertação de mestrado para obtenção do título de mestre em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na linha de Educação Escolar: Teorias e Práticas. Esta investigação está inserida no conjunto de estudos, pesquisas e ações sobre prevenção de violência, Tertúlias Dialógicas Pedagógicas e formação dialógica do professorado desenvolvidas pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE/UFSCar), núcleo de pesquisa ao qual a autora pertence. Dentre as diferentes pesquisas, o NIASE se dedica a realizar estudos sobre prevenção de violências em diversos contextos (SANTOS, 2014; BELLINI, 2018; PREZENSZKY *et al.*, 2018; BACHEGA *et al.*, 2019; GALLI, 2020; FREITAS, 2021), Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, bem como sobre formação dialógica do professorado (BACHEGA *et al.*, 2019).

Durante minha trajetória acadêmica no curso de licenciatura em pedagogia da UFSCar, o interesse pela temática de prevenção de violência surgiu em meio às vivências acadêmicas relacionadas ao tema, bem como pelo desenvolvimento de duas pesquisas de iniciação científica: uma primeira, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sobre cyberbullying (RODRIGUES; ZUIN, 2017-2020) e a segunda, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sobre prevenção de violência sexual infantil, por meio de uma revisão bibliográfica nacional e internacional sobre o tema (RODRIGUES; MELLO, 2020-2021).

Outras experiências ligadas ao tema foram a inserção em projetos de extensão universitária e em eventos científicos da área, a participação em uma liga acadêmica sobre saúde da criança e do adolescente e em entidades estudantis, que me possibilitaram construir uma visão acadêmica e social sobre os efeitos da violência.

A inserção da presente pesquisa na Linha de Pesquisa Educação Escolar: Teorias e Práticas, ocorre por focalizar os processos de interação e de socialização, por meio das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, e, concomitantemente, por se alinhar à vertente dialógica comunicativa, que tem como base a Metodologia Comunicativa comprometida com a práxis, isto é, o exercício indissociável da relação teoria-prática.

Os diversos tipos de violência, bem como suas formas de prevenção, são temas que têm adquirido maior constância nas pesquisas científicas internacionais e nacionais, além de maior notabilidade no debate público e midiático. Sabe-se que as violências, de

modo geral, afetam de diferentes maneiras os grupos sociais, e, neste sentido, destacam-se crianças e adolescentes como parte da população massivamente atingida por esses fenômenos.

Após a obtenção de dados em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), na graduação de Licenciatura em Pedagogia, por meio de um extenso levantamento bibliográfico sobre prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes, houve a necessidade de dar andamento aos resultados de modo prático, a partir do desenvolvimento de uma formação continuada para docentes em relação à prevenção escolar de violência sexual. Embora haja progresso nacional e internacional quando se tratam de medidas preventivas ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, notam-se lacunas a serem exploradas, principalmente no Brasil, sobre o papel da escola e do professorado nesse processo de prevenção.

Na pesquisa de Iniciação Científica (RODRIGUES e MELLO, 2021), identificou-se nas bases de dados *Scielo*, *Google Scholar*, *Web Of Science* e *Educational Research Information Center* (ERIC), por meio das palavras-chave: “violência”, “prevenção”, “crianças” ou “infância”, “sexual” e “escola”, evidenciou-se fortemente – tanto na literatura nacional, quanto na internacional – a falta de capacitação de profissionais escolares para identificar e encaminhar casos de violência sexual contra crianças e adolescentes (SOUZA *et al.*, 2015; BRINO e WILLIAMS, 2003, 2008; ZULIANI, 2017; PROULX e MARTINEZ, 2013; LLOYD, 2019).

Nos artigos analisados, o tema do abuso e violência sexual (VS) contra crianças e adolescentes – tratando-se de um problema de saúde pública e de uma pandemia que se alastra nos índices das últimas décadas – identificou-se a urgência de prevenção, tanto na literatura nacional, como na internacional. Há acordo entre a literatura nacional e internacional sobre o importante papel que as escolas desempenham frente a VS contra crianças e adolescentes. A escola, para além de ser uma instituição formativa, é um lugar que deve prezar pela saúde física e psicológica dos estudantes. Todavia, há uma gama de defasagens e fatores excludentes, que correspondem a este ambiente, e que foram trazidos no bojo dos artigos analisados.

Como parte dos resultados desta busca, o professorado mostrou ter pouco conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de algumas docentes não terem certeza se é possível que a prevenção da VS seja efetiva e, ainda, outras acreditam que não se trata de VS com crianças pequenas. Outros profissionais pontuaram que não aprovam o trabalho da sexualidade em ambiente escolar, o que resulta

na privação de diálogo docente-estudante referente às questões sexuais (BRINO e WILLIAMS, 2003; PELISOLI e PICCOLOTO, 2010). Ademais, docentes constataram que não acessam fontes de informação seguras sobre a violência sexual que acomete crianças e adolescentes. Foi possível identificar, ainda, situações nas quais, diante da carência de formação, docentes tiveram ações inadequadas frente aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes revelados na escola, como chamar os pais desses discentes para uma conversa, colocando a vítima em uma situação de maior risco (BRINO e WILLIAMS, 2003).

Embora o professorado seja reconhecido como o principal e mais próximo agente do processo da identificação da VS contra crianças e adolescentes (ZULIANI *et al.*, 2017; INOUEL e RISTUM, 2008; BRINO e WILLIAMS, 2008), no Brasil, os principais esforços de apoio às crianças vítimas de abuso sexual vêm se dando no âmbito da saúde (LIMA e DESLANDES, 2014). Além disso, a saúde foi a área que mais capacitou profissionais, incluindo a temática da notificação nos casos de VS e conteúdos de formação (SOUZA, 2015).

Assim, com alguns artigos, concluímos que o tema do abuso e da VS infantil ainda é visto como um tabu na escola (BRINO e WILLIAMS, 2003; FURLANETTO *et al.*, 2018; ZULIANI *et al.*, 2017) dificultando o diálogo, o reconhecimento e consequentemente a prevenção desta violência. Em seus contornos e desdobramentos, isto pode estar relacionado com as concepções sobre sexualidade baseadas em crenças religiosas, higienistas e heteronormativas que permeiam a escola.

Também constatamos que a área de educação mostrou pouco protagonismo nas capacitações sobre VS contra crianças e adolescentes (SOUZA, 2015; RISTUM, 2010). Vimos, também, que há uma resistência por parte da escola em assumir a responsabilidade de falar sobre sexualidade com adolescentes quando se trata de educação sexual e/ou prevenção do abuso sexual (PIVA, 2013). Neste sentido, a escola, em omissão, não denuncia os casos evidenciados e não encaminha crianças vítimas de VS para os órgãos protetivos e para tratamento psicológico.

Embora as escolas sejam um ambiente privilegiado para se tratar e prevenir violências, pode-se constatar que estas não estão instrumentalizadas para desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento, seja remediativa ou preventivamente em relação à violência doméstica contra crianças e adolescentes (RISTUM, 2010; INOUEL e RISTUM, 2008; MARTELLI, 2013).

Foi possível visualizar que houve um avanço no contexto brasileiro em relação à proposição de leis, políticas, portarias e planos voltados para as situações de violência (PELISOLI e PICCOLOTO, 2010). Entretanto, as políticas públicas de promoção dos direitos das crianças foram identificadas como pouco exitosas ou precárias (BRINO e WILLIAMS, 2008; FERREIRA, 2019), principalmente quando se tratam de iniciativas em relação aos casos de VS contra crianças e adolescentes (SOUZA, 2005).

Nesta perspectiva, revelou-se investimento desigual nas áreas de assistência social, educação e saúde em relação às políticas públicas voltadas à infância, bem como a ausência de comitês de enfrentamento e prevenção à VS contra crianças e adolescentes em vários estados brasileiros (JORDÃO *et al.*, 2020) e o desamparo às crianças e adolescentes vítimas de violências por parte do Poder Judiciário (SILVA *et al.*, 2012).

As pesquisas analisadas trouxeram ainda aspectos bastante preocupantes. Estima-se, por exemplo, que a maioria dos casos de VS contra crianças e adolescentes não chega às delegacias e que a amplitude deste problema social seja ainda maior do que os dados atuais apresentam. Isto porque as notificações de ações violentas contra crianças e adolescentes muitas vezes não são realizadas, seja por elas ou seus conhecidos, por conta do estigma social ou pelas ameaças de quem as praticou. Ademais, há dificuldade de revelação e notificação dos casos de VS por vínculo com o agressor ou por período etário da vítima (BRINO e WILLIAMS, 2003; FERREIRA *et al.*, 2019; RISTUM, 2010; INOUEL e RISTUM, 2008; RIBEIRO, 2004; FAEIROS *et al.*, 2009). Quanto à atuação de profissionais na superação da violência contra crianças e adolescentes, embora a legislação brasileira cobre dos profissionais a notificação de casos suspeitos ou confirmados de negligência ou abuso contra crianças e adolescentes (LIMA e DESLANDES, 2014), considera-se que poucos são os casos denunciados, por falta de formação no assunto ou por medo e receio de se envolver.

Ao analisar a literatura sobre o tema, torna-se evidente que, no Brasil, os estudos de notificação de casos de abuso sexual ainda requerem maior aprofundamento sobre a temática, sobretudo no que diz respeito às iniciativas regionais (LIMA e DESLANDES, 2014). Desta maneira, chegamos ao quadro de que cabe a conscientização e a formação de todas as pessoas envolvidas no contexto da criança e do adolescente, para a superação do quadro de violência. Conforme já indicado pela Organização Mundial da Saúde (2019), escolas, famílias e comunidades devem criar uma rede segura para o desenvolvimento pleno e saudável dessa população, desenvolvendo ações de enfrentamento às violências.

Outro elemento que nos chamou a atenção no estudo anterior foi o fato de muitos artigos brasileiros assumirem apenas a perspectiva de denúncia (FREIRE, 2000) do grave quadro de violência contra crianças e adolescentes, bem como da falta de preparo de docentes para assumirem seu papel central neste combate. Por outro lado, a literatura internacional se destacou com produções de "denúncia e anúncio", ou seja, para além de críticas, realizam proposições com base nas próprias evidências da investigação ou com base em outros estudos que comprovam a eficácia da prevenção do abuso infantil no contexto escolar.

Neste sentido, sensibilizada pelas vivências no tema de prevenção de violência, a autora, que se transformou ao longo dos anos na universidade, prezando pela transformação social e diante da preocupação com as situações de violência que atingem crianças e adolescentes, juntamente com sua orientadora, intencionou realizar na presente pesquisa uma formação dialógica, por meio das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, com o professorado da rede básica da cidade de São Carlos - SP e região.

Em uma perspectiva de ações de prevenção baseadas em evidências, pesquisas recentes indicam a Formação Pedagógica Dialógica como formação de êxito para prevenção de diversas violências, inclusive a violência sexual infantil (BARROS-DEL RIO, ÁLVAREZ e MOLINA, 2020; GARCÍA-CARRIÓN *et al.*, 2020; ORAMAS e FLECHA, 2021; ROCA *et al.*, 2020; RODRÍGUEZ-ORAMAS *et al.*, 2020; SILVA, BRAGA e MELLO, 2021).

A relevância social desta pesquisa está em produzir conhecimento a respeito de formas mais efetivas de formação de professores para prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, ajudando a buscar caminhos de superação de um problema de dimensões sociais, culturais e pessoais que vitimiza milhares de crianças por ano no Brasil.

A relevância acadêmica está em produzir conhecimento efetivo sobre um tipo de formação de professores que possivelmente ofereça mais efetividade em resultados ao se dirigir à formação com base em evidências científicas sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como sobre fatores já evidenciados de proteção aos menores neste tema, ampliando, assim, o rol de perspectivas de formação de professores atualmente dominantes no país – mais centradas em autorreflexão e reflexão sobre a prática, ou seja, formas que priorizam a experiência pessoal e a interlocução de experiências pessoais, muitas vezes apartadas do uso do conhecimento científico, tanto na formação inicial (AZEVEDO *et al.*, 2012, já indicava essa dominância há uma década),

como na formação continuada de profissionais da educação (ARAÚJO e SILVA, 2015). No tocante ao tema da formação docente para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, pretende-se contribuir para a produção nacional no tema ultrapassando a perspectiva de denúncia da omissão da escola e dos professores, buscando também anúncio sobre como superar a situação.

Assim, a questão de pesquisa que nos guia é: Como a Formação Dialógica Pedagógica, realizada por meio de um curso de formação continuada, organizado com base de Tertúlias Dialógicas Pedagógicas de textos científicos sobre prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes, pode atuar sobre concepções de docentes nele participantes e do engajamento em sua prática profissional no tema?

Partindo das constatações da importância dos agentes escolares na prevenção de violências contra crianças e adolescentes e da carência de formação docente para prevenção de violência sexual contra esse grupo etário, a pesquisa articulou duas ações concomitantes: 1) intervenção, por meio de um curso de Formação Pedagógica Dialógica sobre prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes, destinada a docentes em exercício em redes municipais ou estaduais de educação e 2) investigação e análise do desenvolvimento do curso, das reflexões apresentadas pelos participantes, dos diálogos e das ações dos docentes participantes no início, ao longo e ao final do curso, comparando mudanças e permanências de suas reflexões e argumentos.

A disposição dos capítulos da pesquisa apresenta-se em cinco seções. A primeira seção trata da situação da violência no Brasil e no mundo, se subdividindo em violência na infância e violência sexual contra crianças e adolescentes, com a finalidade de caracterizar os tipos de violência, expor dados e questionamentos. Na mesma linha, o segundo capítulo disserta sobre a prevenção de violência com base nas últimas indicações da Organização Mundial da Saúde para prevenção de diversas violências.

A terceira seção está dedicada ao referencial teórico da Aprendizagem Dialógica e traz autores como Ramón Flecha, Paulo Freire, Jürgen Habermas, dentre outros. Há a explicação dos sete princípios da Aprendizagem Dialógica, sendo eles: Diálogo igualitário, Inteligência cultural, Transformação, Dimensão instrumental, Criação de sentido, Solidariedade e Igualdade de diferenças. Neste sentido, também há a descrição das Atuações Educativas de Êxito (AEE), sendo elas: grupos interativos, Tertúlias Dialógicas, Biblioteca Tutorada, Formação de familiares, Participação educativa da comunidade, Modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos e Formação

pedagógica dialógica. Ainda neste capítulo, trata-se do Clube de Valentes sua dinâmica na socialização preventiva de crianças pequenas.

Em seguida, no quarto capítulo, expõem-se uma discussão sobre a formação docente no Brasil e no mundo, situando onde se localiza esta pesquisa no debate, tratando-se de uma formação dialógica do professorado.

No quinto capítulo vislumbra-se os objetivos e hipótese desta investigação, e a Metodologia Comunicativa, utilizada na pesquisa. Nele também estão os delineamentos da pesquisa e o delineamento do curso de formação de professores, intervenção dialógica a ser analisada na pesquisa. Caracterizamos as pessoas participantes e, por fim, nesta seção, relata-se o delineamento dos encontros do curso, evidenciando-se brevemente o conteúdo abordado e as reflexões realizadas em cada dia do encontro.

A apresentação e a análise dos dados estão feitas nos capítulos sexto, sétimo e oitavo, produzindo-se os resultados da pesquisa. No capítulo seis, discorremos sobre a aprendizagem no curso, tratando do ponto de partida e do ponto de chegada de cada participante do curso, bem como a motivação e o conhecimento inicial sobre o conteúdo do curso e o que cada participante aprendeu. No capítulo sete, realizamos a análise do Grupo focal Comunicativo e, no capítulo oito, em decorrência da análise do Grupo focal Comunicativo, apresentamos o aprofundamento e a compreensão sobre os temas do curso, realizando uma triangulação dos dados. Ainda neste capítulo, abordamos cada uma das categorias de análise de dados, sendo elas: Conselho Tutelar, Formação e capacitação de professores, Tertúlias Dialógicas, Clube de Valentes, Redes de apoio e de proteção, Desenvolvimento do curso, Livro da Sanderson, Família e Educação sexual. Por fim, em seção própria, apresentam-se as conclusões do estudo.

2. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUA PREVENÇÃO

A violência é um fenômeno complexo, polissêmico e multifacetado existente desde os primórdios da civilização e capaz de se transformar de acordo com grupos, faixa etária, gênero, contexto social e econômico, localidade e cultura, sendo assim, há diversos fatores que imputam à violência um caráter dinâmico, que se adapta de acordo com o espaço e tempo em que ocorre.

Em 2002, a *World Health Organization* (KRUG/WHO) sinalizou que a violência é produto de um conjunto de especificidades e interações, neste sentido, evidencia que não há um fator único que permita compreender a razão de algumas pessoas agirem de maneira violenta em relação às outras, mas que a análise da relação destes fatores com a violência é um passo importante na abordagem de saúde pública para prevenção de violência.

Dentre as diversas formas de conceituar o que é violência, a WHO define este fenômeno em seus documentos como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG/WHO 2002, p.4).

A partir desta descrição, entende-se que a natureza dos atos violentos pode ser (a) física: em que há a ação de um indivíduo ou grupo contra outros ou contra si mesmo, envolvendo atitudes motoras agressivas ou porte de armas que ferem; (b) sexual: engloba o assédio sexual, atentado violento ao pudor, pornografia infantil, exploração sexual, *voyeurismo* e estupro; (c) psicológica: subjaz a toda e qualquer forma de abuso, além de ser considerada de complexa identificação devido a seu caráter subjetivo; (d) verbal: ação de insultar verbalmente outro indivíduo, com humilhações, palavras grosseiras, intimidações e privações; (e) simbólica: se articula de forma mascarada e por vezes sádica, baseando-se no abuso do poder e autoritarismo.

De acordo com o Relatório de Status Global sobre Prevenção da Violência (2014a) a violência vem sendo tema de diversas resoluções das Nações Unidas (ONU) desde 1986. Além de ser reconhecida como um problema da área da justiça, em 1996 foi

colocada na agenda internacional da saúde, quando a Assembleia da Saúde aprovou em Genebra, a Resolução WHA49.25¹ que declara a violência um problema significativo de saúde pública em todo o mundo.

A partir dessa Resolução WHA49.25, a *World Health Assembly*² solicitou à Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014a) a produção de uma tipologia das violências para caracterizar as diversas vertentes em que esse fenômeno acontece. Em vista disso, a violência foi tipificada em três grandes grupos: (1) Violência auto-infligida ou autoprovocada, que corresponde a violência que uma pessoa inflige a si mesma, incluindo automutilação, tentativa de suicídio e suicídio; (2) Violência interpessoal, essa é dividida em duas subcategorias: (2.1) Violência da família e de parceiro(a) íntimo(a), ou seja, violência intrafamiliar, que ocorre em grande parte entre os membros da família e parceiros íntimos. (2.2) Violência comunitária, caracterizada por ser extrafamiliar, pode ocorrer entre pessoas conhecidas e estranhas.

A última tipologia é a (3) Violência coletiva, esta é dividida em três subcategorias: (3.1) violência social, que inclui crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência de multidões; (3.2) violência política que se resume em guerras, violência perpetrada pelo Estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores; (3.3) violência econômica inclui ataques de grupos e organizações motivadas pelo ganho econômico, bem como negar acesso a serviços essenciais e ainda criar segmentações e fragmentações econômicas (OMS, 2014).

Quando se trata de encontrar, caracterizar e analisar dados sobre as diversas violências, é preciso utilizar bases de informações reconhecidas pela comunidade internacional de pesquisa, isto porque, o uso de fontes seguras e confiáveis é imprescindível para uma investigação ética e coerente.

No Brasil, o Sistema de Saúde acompanha o registro das violências por meio da Declaração de Óbito (DO) e Autorização de Internação em Hospitais (AIH), que são fornecidos na devida ordem pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH), provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e gerenciados pelo Ministério da Saúde (MS). Mediante o exposto, de

¹ Disponível na íntegra em:

https://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/en/WHA4925_eng.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022

² Para mais informações acessar: <https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly>. Acesso em: 10 nov. 2022

acordo com o Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (2008), o SUS é a principal porta de entrada-atendimento dos casos de violências e acidentes, engendrando além de sua importância social, um aliado eminente na coleta de dados para iniciativas de prevenção da violência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014a), registram-se anualmente no mundo mais de 1,3 milhões de mortes ocasionadas por violência de todos os tipos, correspondendo a 2,5% da mortalidade global; considerando-se estes dados, o número de mortes por homicídio está superando a soma das mortes ocorridas em todas as guerras do período da história. Desde o ano de 2000, aproximadamente seis milhões de pessoas morreram em todo mundo devido à violência interpessoal (OMS, 2014a).

No ano de 2017, segundo os dados oficiais do SIM/MS, houve 65.602 homicídios no Brasil, sendo que esse dado equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes e refere-se ao maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país (OMS, 2014a).

O MS implantou em toda rede SUS, pela Portaria MS/GM nº 1.356³, de 23 de junho de 2006, o sistema de Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA) com finalidade de recolher dados e informações acerca das violências para elaboração de políticas públicas, projetos de prevenção e de enfrentamento à violência. Este sistema se divide em (1) Vigilância de violência interpessoal e autoprovocada do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (VIVA/Sinan), feito por meio da notificação compulsória através de serviços de saúde, e (2) Vigilância de violências e acidentes em unidades de urgência e emergência (VIVA Inquérito).

É oportuno afirmar que a violência afeta massivamente grupos específicos, como crianças e jovens, mulheres, população negra e a população LGBTI+⁴. A edição do Atlas da Violência de 2019 e 2021 indica o crescimento da violência contra estes grupos no Brasil; no ano de 2017 foram 35.783 jovens assassinados no país, e este número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no Brasil. Os homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. (IPEA, 2019).

³ Disponível na íntegra em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2013/prt1356_02_12_2013.html. Acesso em: 10 nov. 2022.

⁴ LGBTI+ é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, transexuais ou Transgêneros e Intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade não contempladas na sigla, representadas pelo “+”.

Acrescenta-se que, desde 2012, a taxa de homicídios de adolescentes é mais alta do que a da população em geral (UNICEF, 2018).

Ainda no ano de 2017, houve o crescimento do feminicídio, em média com 13 assassinatos por dia, e, ao longo do ano, 4.936 mulheres foram mortas. Além disso, cerca de 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0 para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio (Atlas da Violência, 2019).

Cabe ressaltar que essa edição do Atlas da Violência de 2019 foi o primeiro a trazer dados da população LGBTI+, apresentando a problemática da obtenção de dados e estatísticas oficiais sobre a violência nesse grupo, pois não é sabido o tamanho dessa população no Brasil. Embora não haja dados concretos sobre essa população, pode-se afirmar, diante das denúncias registradas no Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e dos registros administrativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/MS), que as violências contra a população LGBTI+ aumentaram nos últimos anos.

Evidências do Relatório Mundial de Violência e Saúde (2014b), feito pela OMS, mostram que a violência faz com que as vítimas tenham condições precárias de saúde ao longo da vida, principalmente mulheres e crianças. Além disso, vítimas de violências não fatais podem se tornar vulneráveis a problemas sexuais e de saúde reprodutiva, doenças crônicas, dificuldade de interação social, bem como problemas de comportamento, cognição e saúde mental. Para a OMS (2014b):

A exposição à violência está fortemente associada também a comportamentos de alto risco, tais como tabagismo e consumo abusivo de álcool e drogas, que, por sua vez, são fatores de risco para diversas causas importantes de morte, entre as quais doenças cardiovasculares, câncer, doenças pulmonares crônicas, doenças hepáticas e outras doenças não transmissíveis. Vítimas de violência apresentam maior risco também de depressão, ansiedade, transtornos de estresse pós-traumático e comportamento suicida (OMS, 2014b, p.17).

A violência – além de gerar um ônus imensurável aos direitos humanos e desenvolvimento humano – de acordo com a WHO (2002), é também maléfica para a economia nacional e mundial, pois, embora não existam dados efetivos, estima-se que, no mundo, o custo deste fenômeno seja bilhões de dólares americanos gastos anualmente com assistência à saúde prejudicada pela violência.

Em economias nacionais, são bilhões gastos em consequência da violência, em aplicação de leis, perdas de investimentos e perda de produtividade no trabalho. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IPEA/MPOG, 2014) explicitou que o custo total com violências foi de 90 bilhões de reais no ano de 2004, representando 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Assim, pode-se afirmar que, além de prejuízos à pessoa, à cultura e à sociedade, a violência traz, também, prejuízo à economia dos países.

2.1 Violência na infância

Há na literatura, na ciência e na arte, relatos históricos de diversas formas de violência contra as crianças, como o infanticídio, abuso sexual, mutilação, abandono, dentre outras. Phillippe Ariés (1981) discorre minuciosamente sobre a construção da infância, relatando que até o século XVI, as crianças eram vistas como mini adultos e a infância era uma fase sem importância, sem direitos ou proteção e restrições. Deste modo, a infância é um conceito contemporâneo, assim como seus direitos e políticas de proteção a essa população.

A violência é considerada um problema de saúde pública e causa prejuízos à sociedade, às pessoas que a sofrem e à cultura e economia dos países (KRUG/WHO, 2002). De modo geral, diferentes grupos sociais são afetados pelas violências, sendo as crianças e adolescentes a parte da população que mais é atingida por esse fenômeno. Importante destacar que a violência contra crianças e adolescentes inclui todas as formas de violência contra menores de 18 anos completos — física, psicológica, verbal, sexual, negligência e abandono — perpetradas pela família, cuidadores, colegas, parceiros românticos ou estranhos, gerando impactos duradouros na saúde e no bem-estar de crianças, famílias, comunidades e nações (WHO, 2019).

A partir de uma linha do tempo disposta abaixo, sobre os principais marcos e direitos das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, podemos compreender o progresso nacional e internacional dos direitos desta população.

Quadro 1 – Linha do tempo de marcos e direitos de crianças e adolescente no Brasil e no mundo.

Ano	Marco
1924	A Liga das Nações adota a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, elaborada por Eglantyne Jebb, fundadora do fundo <i>Save the Children</i> . A Declaração enuncia que todas as pessoas devem às crianças: meios para seu desenvolvimento; ajuda especial em momentos de necessidade; prioridade no socorro e assistência; liberdade econômica e proteção contra exploração; e uma educação que instale consciência e dever social.
1927	No Brasil, a Lei de Assistência e Proteção aos Menores, conhecida como Código de Menores, é consolidada pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro, e representa avanços na proteção das crianças. Determina que a maioria penal aos 18 anos vai vigorar em todo o País e ela prevalece até os dias de hoje.
1946	A Assembleia Geral das Nações Unidas cria o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – em inglês, <i>United Nations International Children's Emergency Fund</i> (UNICEF) –, para atender, na Europa e na China, às necessidades emergenciais das crianças durante o período pós-guerra.
1948	A Assembleia Geral da ONU aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No artigo 25, há uma menção à criança como “detentora do direito a cuidados e assistência especiais”.
1950	O mandato do UNICEF é estendido com a finalidade de atender, em projetos de longo prazo, crianças e mulheres nos países em desenvolvimento. No dia 9 de julho, o UNICEF assina seu primeiro programa de cooperação com o Governo do Brasil.
1953	O UNICEF torna-se parte permanente da ONU, sendo rebatizado Fundo das Nações Unidas para a Infância; no entanto, a sigla original, UNICEF, é mantida.
1959	A Assembleia Geral da ONU adota a Declaração dos Direitos da Criança que, entre outras coisas, estabelece especificamente os direitos da criança à educação, cuidados de saúde e proteção especial.

Quadro 1 – Linha do tempo de marcos e direitos de crianças e adolescente no Brasil e no mundo (cont.)

Ano	Marco
1966	Com os Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os Estados Membros das Nações Unidas prometem manter direitos iguais – incluindo educação e proteção – para todas as crianças.
1968	A Conferência Internacional sobre Direitos Humanos é convocada para avaliar o progresso feito pelos países nos 20 anos desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma agenda para trabalhos futuros é elaborada e os compromissos nacionais de defesa dos direitos humanos são reforçados.
1973	A Organização Internacional do Trabalho adota a Convenção 138, que define 18 como a idade mínima para realizar trabalhos que possam ser perigosos para a saúde, a segurança ou a moral de uma pessoa. No Brasil, após a tragédia ocorrida com Araceli Crespo, o dia 18 de maio ficou conhecido como O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
1974	Preocupada com a vulnerabilidade de mulheres e crianças em situações de emergência e conflito, a Assembleia Geral instala os Estados Membros a observar a Declaração sobre a Proteção de Mulheres e Crianças em Situações de Emergência e Conflitos Armados. A Declaração proíbe ataques contra mulheres civis e crianças ou seu aprisionamento e defende a inviolabilidade dos direitos de mulheres e crianças durante conflitos armados.
1978	A Comissão de Direitos Humanos desenvolve um rascunho de uma Convenção sobre os Direitos da Criança para consideração por um grupo de trabalho dos Estados Membros, agências e organizações intergovernamentais e não governamentais.
1979	É celebrado o Ano Internacional da Criança pelas Nações Unidas. No Brasil, em 10 de outubro, é promulgado um novo Código de Menores. Ele traz a doutrina da proteção integral presente na concepção futura do Estatuto da Criança e do Adolescente.
1981	Criado o Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua, considerado o embrião do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR).

Quadro 1 – Linha do tempo de marcos e direitos de crianças e adolescente no Brasil e no mundo (cont.)

Ano	Marco
1985	Nasce o MNMMR, uma das primeiras redes nacionais de defesa da criança e do adolescente. Também se articulam outras frentes pela infância, como a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
1986	É realizado o primeiro Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Duas campanhas são realizadas com o objetivo de assegurar direitos à criança e ao adolescente na nova Constituição. Uma, batizada de “Criança e Constituinte”, é capitaneada pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio de diversos ministérios e entidades. A outra, “Criança, Prioridade Nacional” (1987), proposta pelos movimentos ligados à infância, teve o apoio do UNICEF e desencadeou uma ampla mobilização nacional.
1987	A Assembleia Nacional Constituinte é instalada. A emenda popular Criança, Prioridade Nacional é apresentada ao Congresso, com 250 mil assinaturas de eleitores. Junto com ela, foi entregue também um abaixo-assinado com mais de 1 milhão de assinaturas, a maioria de crianças e adolescentes.
1988	Em março, o chamado Fórum Direitos da Criança e do Adolescente (DCA) foi institucionalizado. Formado por várias organizações não governamentais de defesa da criança e do adolescente, ele teve um papel importante no processo de discussão e elaboração do ECA. Em 5 de outubro, é promulgada a chamada “Constituição cidadã”, também classificada como a “Constituição das Crianças e dos Adolescentes do Brasil” por entidades envolvidas com a questão. A emenda Criança, Prioridade Nacional é incluída, quase na íntegra, nos artigos 227 e 228: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.
1989	A Assembleia Geral da ONU aprovou por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), que entra em vigor no ano seguinte.

Quadro 1 – Linha do tempo de marcos e direitos de crianças e adolescente no Brasil e no mundo (cont.)

Ano	Marco
1990	<p>Em 13 de julho, o Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, que entra em vigor no dia 12 de outubro.</p> <p>Em 24 de setembro, o Brasil ratifica a Convenção sobre os Direitos da Criança.</p> <p>A Cúpula Mundial pela Infância é realizada em Nova Iorque, nos dias 29 e 30 de setembro, reunindo os chefes de Estado e de governo de 71 nações – incluindo o presidente da República do Brasil naquela época, Fernando Collor de Mello – e representantes de outros 86 países. Foi a maior reunião internacional de chefes de Estado até aquele momento – dedicada a crianças – e, pela primeira vez, houve um acordo sobre metas concretas para os anos 2000.</p> <p>As Diretrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil descrevem estratégias para prevenir a criminalidade e proteger os jovens com alto risco social.</p>
1991	<p>Foi criado o Pacto pela Infância, iniciativa de setores organizados da sociedade civil que mobilizou mais de cem personalidades. É criado também o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p>
1992	<p>Em 20 de maio, acontece a I Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança, promovida pelo Pacto pela Infância.</p>
1993	<p>Em 7 de julho, ocorre a II Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança. O evento acontece a 500 dias do fim do mandato e cada Estado apresenta metas para serem cumpridas nesse prazo. “O Brasil está nesta sala e todos nós devemos colaborar para apoiar as ações dos governadores”, diz Agop Kayayan, então representante do UNICEF e secretário executivo do Pacto, na abertura do encontro.</p>
1995	<p>É realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p>
1996	<p>Ocorreu o I Congresso Mundial de Combate à Exploração Sexual Comercial contra Crianças e Adolescentes, realizado em Estocolmo, na Suécia. Os países participantes assumiram que a exploração sexual comercial infantojuvenil é um crime contra a humanidade.</p>

Quadro 1 – Linha do tempo de marcos e direitos de crianças e adolescente no Brasil e no mundo (cont.)

Ano	Marco
1999	A Organização Internacional do Trabalho (OIT) adota a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, exigindo a proibição imediata e a eliminação de qualquer forma de trabalho que possa prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. O UNICEF trabalha com a OIT desde 1996 para promover a ratificação das normas e políticas internacionais de trabalho relacionadas ao trabalho infantil.
2000	A Assembleia Geral das Nações Unidas adota dois protocolos facultativos em complementação à Convenção: um sobre vendas de crianças, exploração sexual e pornografia infantil e outro sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados. O Brasil ratifica os dois protocolos facultativos que complementam a Convenção. Implementação do Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (PNEVSCA). Em ocasião da elaboração e lançamento do Plano, foi instituído o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como instância responsável pelo seu monitoramento.
2002	Na Sessão Especial das Nações Unidas sobre as Crianças, meninas e meninos delegados se dirigem à Assembleia Geral pela primeira vez. A agenda "Um mundo para as crianças" foi adotada descrevendo metas específicas para melhorar as perspectivas das crianças durante a década seguinte.
2004	Em 27 de janeiro, o Brasil ratifica o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.
2006	O UNICEF publica juntamente com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime o Manual de Medição de Indicadores de Justiça Juvenil. O Manual permite que os governos avaliem a condição de seus sistemas de justiça juvenil e façam reformas conforme necessário.
2009	O Brasil amplia a escolaridade obrigatória para 4 a 17 anos.
2011	É adotado um novo protocolo opcional da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. Sob esse Protocolo Facultativo sobre um procedimento de comunicação, o Comitê dos Direitos da Criança pode receber queixas de violações dos direitos da criança e realizar investigações.

Quadro 1 – Linha do tempo de marcos e direitos de crianças e adolescente no Brasil e no mundo (cont.)

Ano	Marco
2014	É adotado o terceiro protocolo facultativo, permitindo que as crianças ou seus representantes apresentem reclamações, apelações e petições contra qualquer Estado que tenha ratificado o protocolo. A lei nº 13.010 ⁵ , mais conhecida como Lei Menino Bernardo foi sancionada no dia 26 de junho de 2014, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos, de tratamento cruel ou degradante.
2015	A Somália e o Sudão do Sul ratificam a Convenção. A Convenção é o instrumento internacional mais amplamente aceito na história da humanidade, ratificado por 196 Estados. Somente os Estados Unidos ainda não ratificaram a CDC.
2016	Em 8 de março é sancionado o Marco Legal da Primeira Infância por meio da lei Nº 13.257 ⁶ , dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.
2017	Em setembro, o Brasil ratifica o terceiro protocolo facultativo.
2022	Projeto de lei – que segue em tramitação em caráter conclusivo, e que ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados – que obriga a impressão, em todo livro didático e paradidático publicado no país, de mensagem alusiva ao combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes ⁷

Observando o quadro 1, é possível concluir que, nos últimos anos, o Brasil teve avanços significativos na garantia dos direitos de crianças e adolescentes; no entanto, há muito que se progredir, pois o país ainda não conseguiu assegurar o cumprimento desses direitos e a violência continua avançando e atingindo essa população de forma letal.

⁵ Para acesso na íntegra disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm

⁶ Para acesso na íntegra disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm

⁷ Informação retirada do site Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/839225-comissao-aprova-politica-de-orientacao-contra-abuso-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

De acordo com dados do UNICEF (2019), de 1996 a 2017, 191 mil crianças e adolescentes de 10 a 19 anos foram vítimas de homicídio no Brasil e, desde 2012, a taxa de homicídios de adolescentes tem sido mais alta do que a da população em geral. Com base em pesquisas recentes da WHO (2020), estima-se que, globalmente, a cada duas crianças de 2 a 17 anos de idade, uma sofre alguma forma de violência a cada ano.

Para WHO (2019), a violência contra crianças e adolescentes inclui todas as formas de violência contra menores de 18 anos, praticadas pelos pais ou cuidadores, colegas, parceiros românticos ou estranhos, e produz impactos ao longo da vida na saúde e no bem-estar de crianças, famílias, comunidades e nações. Há mais, a WHO (2019) expõe alguns fatores de risco que contribuem para violência contra crianças e adolescentes, como: gênero, pobreza, deficiência ou problemas de saúde mental, histórico de exposição à violência, naturalização da violência no círculo social e familiar, ambientes com governança fraca e pouca aplicação da lei, fácil acesso a drogas e armas de fogo.

Com base em estudos da WHO (2019), a violência infantil tende a ocorrer em diferentes estágios do desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo diversos tipos de violência interpessoal:

- (a) **abuso ou maus-tratos**: envolve violência psicológica, física, sexual, negligência, punição violenta e exploração doméstica;
- (b) **bullying e cyberbullying**: caracteriza-se pela situação desigual de poder, perpetrado por um indivíduo ou grupo contra a vítima, por meio de repetidas humilhações e também pode ocorrer danos físicos;
- (c) **violência juvenil**: ocorre em ambientes comunitários entre vítima e agressor e pode envolver violências de gangues;
- (d) **violência sexual por parceiro íntimo**: ocorre quando adolescentes se envolvem com uma pessoa que pratica violência física, sexual e emocional e também acontece quando há a realização de casamentos prematuros e forçados;
- (e) **violência psicológica ou emocional**: engloba restrição de movimentos, ameaças, intimidações, rejeição e outras formas não-físicas de tratamento hostil;
- (f) **violência sexual**: inclui todo contato sexual não consensual e tentativas sexuais que não envolvem contato, como assédio sexual, pedofilia, pornografia infantil, exploração online e voyeurismo.

Além das definições sobre as violências praticadas contra crianças e adolescentes explicitadas acima, ressalta-se que, com o advento da internet, surgem novas formas de violência contra esse grupo, como veremos na seção a seguir.

2.2 Violência sexual contra crianças e adolescentes

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA, 2013) conceitua a violência sexual (VS) como uma violação de direitos, que se subdivide em exploração sexual e abuso sexual. Nesse sentido, a Lei nº 13.431/2017⁸ define VS como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive a exposição do corpo em foto ou vídeo, por meio eletrônico, ou não, que compreenda:

- I. abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;
- II. exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;
- III. tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação (BRASIL, 2017).

Ressalta-se que a exposição de imagens de abuso sexual de crianças, denominada pela legislação brasileira como pornografia infantil, pode ser enquadrada tanto como maus-tratos e abuso, como também em exploração infantil. Além disso, o ECA – mediante alteração instituída pela Lei nº 11.829/2008⁹ – também prevê crimes de pornografia infantil em seus artigos 240 a 241.

⁸ Disponível na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

⁹ Disponível na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111829.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010a), a coleta de dados deste sistema VIVA, no período de um ano, entre 2006 e 2007, mostra que houve 1.939 registros de violência contra crianças de 0 a 9 anos de idade e que, 845 (44%) dos casos foram violências sexuais, tendo a residência como local de maior ocorrência, com 58% do total dos registros (BRASIL, 2010b).

De acordo com o Relatório de Status Global sobre Prevenção da Violência (2014) feito pela OMS, as estimativas sobre maus-tratos infantil indicam que 22,6% dos adultos em todo o mundo sofreram abusos físicos na infância, 36,3% sofreram abuso emocional e 16,3% sofreram negligência física. Há diferenças acentuadas em relação ao gênero da criança na VS sofrida na infância, 18% para meninas e 7,6% para meninos.

Com base em dados do UNICEF (2019), foi registrado no Brasil, entre os anos de 2011 e 2017, um aumento alarmante de 83% nas notificações de violências sexuais contra crianças e adolescentes e, mais da metade (51,2%), contra crianças menores de 5 anos. No total, foram 184.524 casos. Sobre o tema, já em 2014, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) expunha que, em 70% das notificações de vítimas de estupro, os agressores são próximos à vítima, fazem parte da família ou do seu círculo social. Além disso, no Brasil, 70% das notificações de vítimas de estupro referem-se a crianças e adolescentes e é o tipo de violência mais atendido nas unidades de saúde na faixa de 0 a 13 anos (IPEA, 2014).

Cabe ressaltar que, embora os crimes sexuais ocorram em sua grande maioria com meninas, os meninos não estão a salvo dessa violência, e também sofrem com esse tipo de ocorrência. Estima-se que a prevalência global de estupro seja de 2 a 5% e sua incidência faça 12 milhões de vítimas a cada ano (KRUG/WHO, 2002).

Acrescenta-se que os homicídios de crianças e adolescentes, segundo o UNICEF (2019), representam a forma mais extrema de violação de direitos humanos. A estimativa do UNICEF (2017a) é de que, se as tendências atuais permanecerem, quase dois milhões de crianças e adolescentes no mundo serão mortos por atos diversos de violência até 2030. Por isso, o MS afirma:

A superação do problema da violência contra crianças e adolescentes requer o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, que devem assumir o compromisso de empreender uma mudança de cultura a médio e longo prazos sobre os vários aspectos que o envolvem (MS, 2011, p.27).

Um levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a pedido do Instituto Liberta, constatou que 35.735 crianças e adolescentes de zero a 13 anos de idade foram vítimas de abuso sexual no Brasil em 2021, sendo 85,5% do sexo feminino e 14,5% do sexo masculino. O estudo revela que a maior parte das vítimas possuíam vínculo com o agressor da violência sexual, sendo 40% dos crimes perpetrados por pais ou padrastos, 37% por primos, irmãos ou tios e 9% por avós (FBSP, 2022).

Ainda sobre o Brasil, de acordo com pesquisas do UNICEF (2020), a cada 15 minutos, uma criança ou adolescente sofre violência sexual e 77% dos agressores são do grupo familiar ou conhecido da vítima. Em média, isso significa 36 mil estupros de meninas e meninos de até 14 anos por ano — cerca de cem por dia, sendo a faixa etária mais atingida de 13 anos de idade (UNICEF, 2021). Os dados mais recentes apontam que de janeiro a maio de 2022, 4.486 denúncias deste tipo foram registradas no país (MMFDH, 2022).

Sendo o quadro já bastante dramático, há de se considerar, ainda, o atual contexto de pandemia mundial, no qual muitas pessoas estão em quarentena, praticando o distanciamento social em suas casas, por causa do vírus COVID-19. Segundo dados do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁰, mais de 188 países fecharam as instituições educacionais durante a pandemia e mais de 1 bilhão de estudantes foram afetados e se encontram confinados em suas casas.

De acordo com a WHO (2020), a pandemia de COVID-19 teve um impacto dramático sobre a prevalência de violência contra crianças e é provável que tenha consequências negativas duradouras. No mesmo sentido, Roca *et al.* (2020) afirmam que milhões de crianças neste contexto podem estar sendo afetadas pela violência doméstica. Além da possibilidade de estarem presas em suas casas com seus agressores, as crianças também podem estar mais suscetíveis às violências cibernéticas, visto que, neste cenário, pode haver mais interação virtual que antes.

Considerando-se as interações virtuais, é importante saber que, com base nos dados da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI, 2013), o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes podem ocorrer via internet, por meio de práticas como:

¹⁰ Informações retiradas do site oficial da UNESCO. Acesso disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 10 nov. 2022.

- I. **Sexting**: expressão utilizada para troca de mensagens online, via celular, e-mail, salas de bate-papo, sites e afins, com conteúdo de texto e/ou fotos eróticas e ainda convites para práticas sexuais;
- II. **Sexcasting** consiste na troca de mensagens sexuais em serviços de conversas instantâneas, com fins lucrativos;
- III. **Sextosión**: deriva-se do *sexting* e caracteriza-se como exploração sexual, pois tem a intenção de praticar chantagem com conteúdo pornográfico de crianças e adolescentes compartilhadas por *sexting*;
- IV. **Grooming** é quando uma pessoa adulta se aproxima intencionalmente de crianças e adolescentes via internet, a fim de praticar abuso ou exploração sexual.

Sem dúvidas, o acesso à internet proporcionou inúmeros benefícios para a sociedade, nas áreas da comunicação, educação, ciência, saúde e em diversas outras. Entretanto, o espaço cibernético pode ser perigoso como pudemos conceber na descrição das práticas de violência cibernética explicitadas acima.

Segundo dados do UNICEF (2017b), crianças e adolescentes menores de 18 anos de idade representam aproximadamente um em cada três usuários da internet em todo o mundo, e por isso é preciso que este público tenha orientações de adultos e supervisão das atividades online, como medida preventiva das violências que podem ocorrer neste espaço.

As consequências das violências, presenciais ou virtuais, contra crianças e adolescentes, são muitas e podem perdurar a vida toda. Além de ocasionar óbito, os danos da violência incluem, para além de ferimentos graves, mau desenvolvimento do cérebro e do sistema nervoso, comportamentos negativos de enfrentamento e risco a saúde, consumo de drogas e prática de comportamentos sexuais de alto risco, taxas mais altas de depressão, ansiedade, suicídio e oportunidades de impacto em gerações futuras, pois crianças vítimas, ou expostas à violência, tem maior probabilidade de abandonar a escola, encontrar um emprego e correm risco de revitimização e/ou perpetração de violência, afetando a próxima geração (WHO, 2019).

Ampliando o que já encontrado na pesquisa anterior, em uma busca recente, realizada em janeiro de 2023, nas seguintes bases de dados: *Scielo*, *Scopus*, *Google Scholar*, *Wweb Of Science*, ERIC e PubMed, analisamos artigos captados para

compreender as produções recentes no tema de prevenção ao abuso sexual infantojuvenil. Localizamos os artigos por meio dos descritores “violência”, AND “prevenção”, AND infância OR criança, AND sexual, AND escola, e com os seguintes critérios de inclusão: ser artigo ou artigo de revisão, possuir acesso aberto e gratuito, ter sido publicado entre os anos de 2020 até 2023 e selecionar, por ordem de mais citados, os artigos que mais se assemelham ao tema da pesquisa. Neste sentido, selecionamos 1 artigo na *Scielo*; 2 artigos na *Scopus*; 3 artigos no *Google Scholar*; 1 artigo na *Web Of Science*; nenhum artigo na base ERIC e 2 artigos na PubMed.

No total foram selecionados nove artigos, sendo três internacionais e seis nacionais, disponíveis para consulta no anexo1. Dos artigos selecionados para análise do cenário atual sobre VS infantil, 4 foram publicados na área da saúde, 4 na área de educação e 1 na área de psicologia.

Os critérios de seleção foram: (a) estar incluído na categoria artigo e artigos de revisão; (b) em ordem de mais citados (relevância), selecionar artigos diretamente ligados ao tema de VS infantil; (c) constar no título ou resumo alguma das palavras-chave: violência, prevenção, infância, criança, sexual e escola; e (d) estar incluído no recorte temporal dos anos de 2020 até 2023.

Realizamos a comparação dessa revisão bibliográfica atual com a busca anterior (RODRIGUES e MELLO, 2021), citada na introdução. Os descritores e as bases de pesquisa foram os mesmos em ambas as revisões. Sendo assim, tivemos o objetivo de compreender possíveis mudanças no cenário nacional e internacional sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Como resultado, encontramos que não houve mudanças no quadro da VS infantil nos últimos anos. É consenso em ambas as literaturas que o abuso sexual infantil é uma violência crescente e que demanda urgência em medidas preventivas e protetivas (MIRANDA *et al.*, 2020; TOMAZ e RITTI, 2020; NETO *et al.*, 2021; MADURO e BRITO, 2021; RIVERA *et al.*, 2022, MOREIRA e PALUDO, 2022; CUARTAS *et al.*, 2022; SCULL *et al.*, 2022; HENKHAUS, 2022).

Os artigos analisados colocam a escola como lugar importante para tratar da prevenção de violências, principalmente a VS (TOMAZ e RITTI, 2020; NETO *et al.*, 2021; MADURO e BRITO, 2021; MOREIRA e PALUDO, 2022), visto que a VS em grandes índices ocorre dentro do ambiente familiar da vítima (MIRANDA *et al.*, 2020; MADURO e BRITO, 2021; MOREIRA e PALUDO, 2022; CUARTAS *et al.*, 2022).

Ao mesmo tempo, evidenciou-se a escassez da formação sobre VS infantil dos agentes escolares, principalmente do professorado e, desta forma, a necessidade de ofertar cursos formativos para esse público, ressaltando o papel essencial dessa profissão na identificação, encaminhamento e proteção das vítimas (MADURO e BRITO, 2021; NETO *et al.*, 2021).

Proveniente da falta de formação no tema, a dificuldade de denunciar casos ou suspeitas de VS infantil apareceu com destaque no ambiente escolar no Brasil (MIRANDA *et al.*, 2020). Além disso, há acordo em ambas as literaturas sobre as vastas consequências sofridas pelas vítimas de abuso sexual na infância e na adolescência, afetando ainda a fase adulta (MADURO e BRITO, 2021; MOREIRA e PALUDO, 2022; CUARTAS *et al.*, 2022; HENKHAUS, 2022).

Em suma, destaca-se nesta revisão recente da literatura nacional e internacional, sobre VS contra crianças e adolescentes, a falta de capacitação docente para lidar e agir diante do abuso sexual infantil, com indicativos de que é preciso e inadiável que sistemas de proteção à criança e ao adolescente se unam para formar pessoas especializadas, capazes de prevenir e intervir neste tema.

No Brasil, a prevenção de violência sexual infantil tem avançado a passos lentos por meio de medidas preventivas. Neste sentido, destaca-se a aprovação do projeto de lei – que segue em tramitação em caráter conclusivo, e que ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados – que obriga a impressão, em todo livro didático e paradidático publicado no país, de mensagem alusiva ao combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes¹¹. Todavia, diante do vasto número de casos de violação de crianças e adolescentes, é preciso que sejam tomadas ações que ultrapassem os livros didáticos, que formem estudantes e profissionais da educação e envolvam toda a comunidade escolar. Neste sentido, nota-se no país, por meio das evidências encontradas em pesquisas anteriormente desenvolvidas, uma lacuna na formação de profissionais escolares sobre o tema de prevenção de violência sexual infantil.

Sendo a criação de ambientes seguros uma das formas eficazes para prevenção de violências no período da infância e da adolescência, a escola pode ser vista como um espaço que, além de educativo, é acolhedor e protetivo contra conflitos e violências, sendo

¹¹ Informação retirada do site Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/839225-comissao-aprova-politica-de-orientacao-contrabusos-de-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

um ambiente onde crianças, jovens, familiares e comunidade podem compartilhar e receber apoio.

É possível identificar que nas últimas três décadas houve resultados eficazes de programas escolares no que tange à prevenção de violência sexual infantil (ROCA *et al.*, 2020). Tais programas, desenvolvidos com base em evidências científicas, buscam ensinar crianças, docentes e familiares sobre conceitos, identificação, encaminhamento, consequências, autoproteção e prevenção do abuso sexual contra crianças. Um fator de sucesso que se destaca é a Formação de Familiares, pois corrobora para a transformação da escola, das convivências e da comunidade (STANLEY *et al.*, 2015; ROCA *et al.*, 2020)

2.3. Prevenção de violência

De acordo com a WHO (2014), a violência contra crianças e adolescentes é evitável; é crescente a quantidade de estudos e pesquisas científicas que mostram que a violência pode ser evitada com prevenção e ter seu impacto reduzido, da mesma forma que esforços de saúde pública reduziram, por meio da prevenção, os índices de doenças infecciosas, complicações ligadas a gravidez e doenças resultantes de alimentos e água contaminados (WHO, 2014).

Há diversas formas de iniciar ações de prevenção em combate à violência infantil, a WHO¹² expõe uma abordagem de quatro etapas a serem seguidas que envolvem: (1) definição do problema por meio da coleta e análise de dados, caracterizando a violência e a consequências desta; (2) investigação do por que há a ocorrência dessa violência e seus fatores de risco; (3) explorar e estudar maneiras de prevenção da violência, avaliando intervenções, projetos e implementações; e (4) divulgar intervenções de êxito e informações sobre as mesmas.

Com base em dados científicos da WHO¹³, afirma-se que a violência contra crianças pode ser evitada por meio da implementação de medidas como: criar ambientes seguros e acolhedores, além de apoio especializado para famílias em situação de violência; modificar fisicamente ambientes que não são seguros; reduzir fatores de risco em ambientes públicos como escola e lugares onde jovens se reúnem; abordar a desigualdade de gênero; mudar as atitudes e práticas culturais que naturalizam a

¹² Informações retiradas do site oficial da *World Health Organization* (WHO). Disponível em: <https://www.who.int/activities/preventing-violence-against-children>. Acesso em: 10 nov. 2022.

¹³ Id. *ibid.*

violência; garantir leis que proibam o acesso de jovens e crianças a produtos nocivos como drogas, álcool e armas de fogo; fornecer serviços especializados para crianças afetadas pela violência; e eliminar desigualdades culturais, sociais e econômicas que contribuem com os fatores de risco para violência.

O Relatório Mundial sobre a Prevenção de Violência (OMS, 2014a) faz algumas recomendações em níveis regionais e globais para prevenção de violência. No nível dos países, as principais recomendações do relatório são: fortalecer a coleta de dados para que a verdadeira extensão da violência seja evidenciada; desenvolver planos de ações abrangentes baseando-se nos dados; integrar plataformas de saúde e prevenção de violência; fortalecer mecanismos de liderança e coordenação; garantir que programas de prevenção e atendimento a vítimas sejam abrangentes e efetivos; executar leis existentes e rever sua aplicabilidade; aprovar e sancionar políticas e leis para múltiplos tipos de violência; e criar capacitações para prevenção da violência.

Em níveis regionais e globais, os indicativos são: fortalecer a agenda mundial de prevenção de violência e o apoio de programas de prevenção; fortalecer esforços de órgãos regionais e sub-regionais para o desempenho de trabalho junto a agências nacionais de coleta e divulgação de dados da violência; aumentar a colaboração entre organizações internacionais e agências doadoras; estabelecer parâmetros, metas e acompanhar os progressos (OMS, 2014).

A OMS (2002) faz a distinção de alguns dos tipos de prevenção de saúde pública relacionadas à violência: (1) prevenção primária: busca evitar a violência antes que ela ocorra; (2) prevenção secundária: serviços de resposta imediata à violência, como emergência, pré-hospitalar ou de tratamento de doenças sexualmente transmitidas após VS; e (3) prevenção terciária: são abordagens a longo prazo, para diminuir o trauma, reabilitação e integração.

Apesar de tradicionalmente serem aplicados a vítimas de violência e no âmbito da assistência à saúde, os esforços de prevenção secundários e terciários também são considerados relevantes para os perpetradores da violência e são aplicados em âmbito judiciário como resposta à violência (OMS, 2002, p.15).

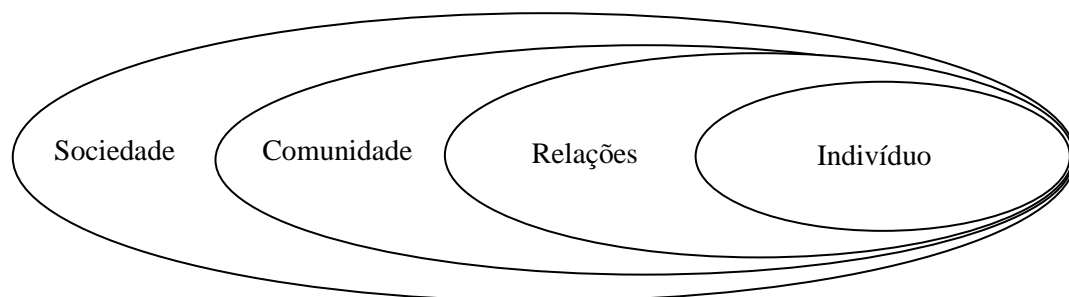
Há, ainda, segundo a OMS (2002), definições de prevenção que visam um grupo alvo de interesse; são essas intervenções: (1) intervenções universais: direcionadas à população em geral, desconsiderando o risco individual; (2) intervenções selecionadas:

abordagens direcionadas especificamente aos grupos de maior risco de violência; e (3) intervenções indicadas: estas são direcionadas àqueles indivíduos que já praticaram violência.

Para compreensão das raízes da violência e principalmente para pensarmos em prevenção, é necessário entender, conforme afirmam Dahlberg e Krug (2007), o modelo ecológico que “explora a relação entre os fatores individuais e contextuais e considera a violência como produto dos múltiplos níveis de influência sobre o comportamento” (DAHLBERG e KRUG, 2007, p.1172).

Este modelo é dividido em quatro níveis que ajudam na compreensão da natureza multifacetada da violência. Para análise de cada nível é preciso observar a figura:

Figura 1 – Modelo ecológico para auxílio na compreensão da violência



Fonte: DAHLBERG e KRUG (2007, p.1172)

O primeiro nível tem foco no indivíduo, desta forma procura identificar a história pessoal e fatores biológicos, considerando as características do indivíduo que aumentam a probabilidade de ele ser vitimizado ou tornar-se agressor. O segundo nível é o das relações e concentra-se nas relações sociais próximas, como família, parceiros íntimos e círculo de amizade que podem aumentar o risco de ser vítima ou agressor. O terceiro nível é o comunitário e consiste nos contextos comunitários em que as relações sociais estão inseridas, como escolas, bairros e locais de trabalho, na intenção de identificar nestes cenários as características que se associam também ao fato de serem vítimas ou agressores (DAHLBERG e KRUG, 2007).

O último nível do modelo ecológico focaliza nos fatos mais significativos da sociedade que influenciam nos índices de violência. Neste nível, estão incluídos fatores

que criam um clima aceitável para que a violência ocorra, “aqueles que diminuem as inibições contra ela e aqueles que criam e sustentam divisões entre diferentes segmentos da sociedade ou tensões entre grupos ou países diferentes” (DAHLBERG e KRUG, 2007, p.1173). Tais fatores são:

1) normas culturais que sustentam a violência como forma aceitável para resolver conflitos; 2) atitudes que consideram o suicídio como uma questão de escolha individual em vez de um ato de violência evitável; 3) normas que dão prioridade aos direitos dos pais sobre o bem-estar da criança; 4) normas que fixam o domínio masculino sobre as mulheres e crianças; 5) normas que apoiam o uso excessivo da força pela polícia contra os cidadãos; 6) normas que apoiam o conflito político. (DAHLBERG e KRUG, 2007, p.1173).

A partir da concepção da relação dos níveis do modelo ecológico para compreender a violência, ao considerar relações individuais e sociais, bem como fatores que criam um clima aceitável para violência, conclui-se que é possível contribuir para a redução e prevenção de mais de um tipo de violência, pois nossas intervenções alcançam e atingem mais de um nível neste modelo (DAHLBERG e KRUG, 2007).

Desta maneira, Dahlberg e Krug (2007) expõem que, para realizar a prevenção baseando-se no modelo ecológico, é necessário: (a) analisar os fatores individuais que são de risco para violência enquanto parâmetro para modificar os comportamentos individuais; (b) intervir e influenciar nas relações próximas a fim de criar ambientes saudáveis; (c) monitorar espaços comunitários como escolas, trabalho e bairros e contribuir para identificar e encontrar medidas de enfrentamento da violência; e por fim (d) refletir sobre práticas culturais que não compactuam com a violência, bem como com a desigualdade de gênero.

A eficácia da prevenção é uma afirmação baseada em evidências científicas e podemos encontrar exemplos bem-sucedidos em todo o mundo, que vão desde atitudes individuais ou comunitárias até políticas nacionais e internacionais. (KRUG/WHO, 2002). Pontua a WHO (2020) que a coleta de dados é um componente central da prevenção da violência, pois são os dados que ajudam na compreensão do problema.

Em vista disso, as pesquisas contribuem para expor a magnitude da violência e suas formas, contexto, perpetradores e consequências, pois sem a existência desses dados, há probabilidade de haver suposições tendenciosas e falsas acerca da violência, resultando em prioridades equivocadas e desperdício de recursos financeiros.

Na presente pesquisa intenciona-se ressaltar o contexto escolar como instituição potente na prevenção e intervenção de violência contra crianças e adolescentes; por um lado, por ser um ambiente social e comunitário no qual emergem também demandas da sociedade externa e, por outro, por promover conhecimento e reflexões críticas capazes de transformar a realidade. Neste sentido, com base no Modelo Ecológico, busca-se a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes, ao formar o indivíduo e transformar suas relações, especificamente de docentes que formam parte de escolas inseridas em comunidades, com intenção de mobilizar práticas que não sejam tolerantes com as violências na sociedade.

Ao considerar a escola como instrumento chave para transformação social, também está dada sua importância na prevenção e resolução de conflitos e violências, pois é o “cenário ideal para promover a prevenção do abuso infantil, fornecendo conhecimento e habilidades para que as crianças reconheçam o abuso e reduzam os riscos” (ROCA *et al.*, 2020, p.3), desta maneira, desenvolve um papel fundamental na identificação, na medida em que a escola cria um ambiente seguro e confiável, que crianças possam compartilhar e receber apoio.

Ressalta Roca *et al.* (2020) que, nas três últimas décadas, foram coletadas evidências de programas eficazes de prevenção ao abuso infantil nas escolas, desde a primeira infância até o ensino médio. Estes programas contribuem para o conhecimento das crianças sobre os conceitos de abuso sexual e no desenvolvimento de autoproteção.

Explicita-se que algumas das principais mensagens presentes nestes programas são: ***dizer que a culpa nunca é da vítima, que nunca é tarde para contar, distinção de toques seguros e toques confusos***. Além disso, estes programas promovem a socialização preventiva da violência, relacionamentos saudáveis e amizades que são protetivas. Cabe ressaltar que, nesses programas, há treinamentos direcionados para a docência da escola, na intenção de capacitá-los para lidar com situações de abuso e de conscientizá-los sobre seu papel de agentes de mudança social (ROCA *et al.*, 2020).

Posto isto, considerando a relevância do ambiente escolar e das relações que permeiam esse ambiente na prevenção de violências, a presente pesquisa tem foco em ações preventivas e formativas no combate ao abuso sexual infantil. Tratamos, pois, da prevenção primária da violência sexual contra crianças, por intermédio das escolas como lugar educativo, numa abordagem da Aprendizagem Dialógica e em atuações com base em evidências científicas.

De acordo com os dados da VS infantil apresentados acima, o local de maior ocorrência dessa violência é o ambiente familiar. Dito isto, ressaltamos o papel docente diante da prevenção e também identificação do abuso sexual infantil. Para que isto ocorra, é preciso que o professorado se forme no tema com base em evidências científicas, para evitar colocar crianças e adolescentes em risco ou em situação de revitimização. É neste sentido que ressaltamos a Atuação Educativa de Êxito (AEE), que tem base na Aprendizagem Dialógica – conceitos que serão explicados a seguir – denominada Tertúlia Dialógica Pedagógica como forma segura e com base em ciência para formar professores no tema de VS contra crianças e adolescentes.

3. APRENDIZAGEM DIALÓGICA E ATUAÇÕES COM BASE EM EVIDÊNCIAS

A educação, na verdade, necessita tanto de formação técnica e científica quanto de sonhos e utopia” (FREIRE, 1997, p. 34).

A Aprendizagem Dialógica foi elaborada por Ramón Flecha, juntamente com a *Community Of Researchers On Excellence For All* (CREA), da Universidade de Barcelona, e trata-se de uma maneira de conceber a aprendizagem, guiada pela concepção comunicativa da educação; tem suas bases ancoradas de maneira interdisciplinar e possui contribuições de diversos campos do conhecimento como a pedagogia, psicologia, sociologia, antropologia, economia, biologia, filosofia, neurociência, dentre outras. Além disso, a Aprendizagem Dialógica supera as superstições e boas ações instauradas na educação com base na busca apenas pela experiência e se situa, em todos os seus aspectos, nas melhores teorias e práticas científicas da atualidade, fornecendo elementos para superar desigualdades educacionais e sociais.

Essa concepção de aprendizagem busca a melhoria da vida das pessoas por meio da ciência e dá passos à frente em relação a concepções de ensino e aprendizagem anteriores, como a concepção tradicional e construtivista, desenvolvidas na sociedade industrial. A Aprendizagem Dialógica tem como característica principal a interação e a comunicação, neste sentido, é compatível com a atual sociedade da informação, com o multiculturalismo e com o giro dialógico nas sociedades (FLECHA, GÓMEZ, PUIGVERT, 2001).

De acordo com Aubert e colaboradores (2016), podemos ter acesso, por diversos meios, ao conhecimento científico sobre atuações práticas que melhoram a convivência, diminuem o fracasso escolar e quais o aumentam, bem como sobre as principais teorias e pesquisas da atualidade. Quando substituímos essas referências consolidadas por discursos baseados em estruturas universitárias feudais e não reconhecidas pela comunidade científica internacional estamos produzindo consequências nefastas para a educação e para a aprendizagem das pessoas envolvidas. Portanto, “a passagem da superstição para a ciência em educação é fundamental, pois se alcançarmos nossas atuações em teorias atuais e rigorosas, nossa prática terá efeitos positivos para aprendizagem de todos os meninos e meninas” (AUBERT, *et al.*, 2016, p. 22).

Segundo Aubert e colaboradores (2016), autores como Chomsky (2001) e Cummins (2002) explicam sobre a necessidade de intelectuais se comprometerem com as ciências da educação, buscando difundir a verdade e denunciando mentiras, injustiças e manipulação de dados. Autores da pedagogia crítica, como Freire e Macedo (1989), por exemplo, pontua que os profissionais da educação devem ter coerência entre o discurso teórico e a prática cotidiana. Neste sentido, pode-se afirmar que a Aprendizagem Dialógica caminha “nos ombros dos gigantes” (MERTON, 1990 *apud* AUBERT *et al.*, 2016). Pauta-se nas melhores e principais teorias e pesquisas da comunidade científica e em autores transformativos (AUBERT *et al.*, 2016; PUIGVERT *et al.*, 2021), ou seja, autores éticos com sua teoria e prática e que realmente se comprometem com a transformação das injustiças sociais.

A Aprendizagem Dialógica possui sete princípios que se relacionam, sendo eles: Diálogo igualitário, Inteligência cultural, Transformação, Dimensão instrumental, Criação de sentido, Solidariedade e Igualdade de diferenças, e que aqui destacamos de textos de autoria de Flecha (1997), Sanches Arouca (1999), Valls y Carol (2000), Elboj Saso (2001).

O diálogo igualitário pressupõe que todas as pessoas possuem inteligência cultural, isto é, todas as pessoas têm as mesmas capacidades para participar de um diálogo igualitário e devem ter as mesmas oportunidades para falar e para serem ouvidas (FLECHA, 1997). É o ato de falar com respeito e verdade e escutar com profundidade, além disso, os debates entre diferentes opiniões se resolvem por meio da validade de argumentos e nunca se pauta na posição hierárquica em que a pessoa ocupa.

Vivendo o processo de diálogo igualitário, com base na inteligência cultural, as pessoas vão podendo viver transformações pessoais quanto à sua auto-imagem e à maneira de se porem no mundo, produzindo transformações nas relações estabelecidas em seu entorno imediato e podendo chegar a se envolver em movimentos mais amplos pela transformação social e cultural (MELLO, 2003, p. 541-542).

Autores de várias vertentes ajudam a construir a compreensão sobre o diálogo igualitário. A ação comunicativa de Habermas contribui para organização das relações humanas com base na solidariedade e para o consenso entre as pessoas, Freire indica o diálogo igualitário como agente capaz de atuar em situações de desigualdade social, Beck e Giddens desenvolvem perspectivas e práticas transformadoras e reflexivas sobre a transformação de instituições e pessoas (FLECHA, 1997), George Mead explica a construção do indivíduo na sociedade, na constante relação entre o interno e o externo, dentre outros diversos autores que auxiliam a compreender o diálogo e as interações como fonte de formação e movimento no mundo.

A inteligência cultural significa que todas as pessoas são igualmente capazes de agir e refletir, pois possuem inteligência relacionada à cultura do próprio contexto em que estão inseridas. Por exemplo, pessoas que são consideradas desajeitadas em ambientes acadêmicos podem demonstrar grandes habilidades em contextos de trabalho ou familiares, e vice-versa (FLECHA, 1997). Para um grupo chegar a acordos e consensos é preciso a soma de todas as inteligências culturais disponíveis: conhecimento afetivo, acadêmico, prática de vida e capacidade de comunicação.

Em busca da superação de teorias de déficits, como aquelas que se referem a possibilidade de aprendizagem apenas na infância e adolescência, o conceito de inteligência cultural fornece uma estrutura adequada para incluir todas as pessoas, inclusive na fase adulta, sem distinção de idade ou qualquer outra característica (FLECHA, 1997).

A transformação da realidade se concretiza por meio da educação e das relações, portanto é importante promover interações que possibilitem mudanças nas próprias pessoas e nos contextos em que vivem, quando as interações têm base no diálogo igualitário, é possível realizar conquistas e superar desigualdades sociais.

Os conceitos de Sistema e Mundo da Vida de Habermas (2012) nos auxiliam na compreensão da transformação social. O Sistema corresponde ao mundo do trabalho e às instituições onde sobressai o agir instrumental, que busca máxima eficácia em prol de um objetivo técnico; como exemplo, podemos citar a economia, que busca o lucro, a política, o poder, e, a ciência, a eficácia. Já o Mundo da Vida refere-se às relações, à sociabilidade e às afetividades, está fundamentado no agir comunicativo, guiando-se pela razão comunicativa; tem como finalidade o entendimento, o diálogo e o consenso para atingir o bem-estar da comunidade e dos indivíduos.

A transformação social se dá no Mundo da Vida à medida que influencia o Sistema; sendo assim, a transformação do mundo acontece diretamente na interação das pessoas que respondem ao Sistema. Quando isso não acontece, há um domínio do agir instrumental no Mundo da Vida; a razão instrumental coloniza o Mundo da Vida (HABERMAS, 2012), fazendo com que haja o empobrecimento da subjetividade humana e das relações afetivas. Se há busca de resultados, ou seja, o estabelecimento do agir instrumental nas relações, o sujeito deixa de ser o que é, para tornar-se o que o Sistema quer que ele seja. Além disso, nessa colonização, as ações não são alinhadas aos conceitos de certo ou errado, ou ainda aos valores éticos e políticos, o que eleva as injustiças sociais.

A teoria da estruturação de Giddens (1991) contribui para compreensão das influências e consequências da modernidade, globalização, sociedade do risco e modernização reflexiva, contribui para a compreensão da sociedade atual em que estamos inseridos – sociedade da informação – e sobre a interação entre indivíduos e estruturas. Giddens é um teórico que acredita na transformação por meio de agente e estrutura, pontua que por meio da agência humana podemos mudar a estrutura, pois essa estrutura não é determinada e pode assim, ser facilitadora ou dificultar a transformação social. Além disso, propõe o equilíbrio entre a ação do indivíduo e a influência da estrutura sobre ele, compreendendo a sociedade como recursiva e inovadora, estruturada e estruturante (CONSTANTINO, 2014). Sendo assim, existe relação entre a ontologia de Giddens diretamente com a escola, pois a instituição escolar é um conjunto de práticas que fazem parte da estrutura e as pessoas que fazem parte da escola são parte da agência humana.

A dimensão instrumental refere-se à aprendizagem de conteúdos e habilidades fundamentais para inclusão na sociedade atual, como leitura, escrita, reflexões e matemática. O aprendizado instrumental atua diante do modo que a pessoa se movimenta no mundo, como escolher o transporte público mais adequado para ir a um novo emprego ou lugar, realizar uma conta matemática em uma compra ou a leitura de uma bula de remédio. Os instrumentos são fundamentais para a compreensão de tarefas a serem realizadas no cotidiano e na construção de respostas para os problemas que surgem, quando o diálogo igualitário está presente na dimensão instrumental, a reflexão é intensificada, tendo que compreender os argumentos de outras pessoas e assim, construir os próprios argumentos (ARROW, 1997 *apud* AUBERT *et al.*, 2016).

Quando se trata da criação de sentido, quando a escola respeita as individualidades das pessoas, as e os estudantes veem sentido no que estão aprendendo e isso melhora a confiança e o empenho dos em busca de suas realizações pessoais e coletivas. Além disso, “os processos de aprendizagem de meninos e meninas não podem estar desvinculados do contexto social e cultural no qual eles e elas se relacionam com outras pessoas” (AUBERT *et al.*, 2016, p.110).

Todos nós podemos sonhar e sentir, dar sentido à nossa existência. A pontuação de cada um é diferente da de todos os outros e, portanto, irremediável se não for levada em conta. Cada pessoa excluída é uma perda insubstituível para todas as outras. É a partir do diálogo igualitário entre todos eles que pode surgir o significado que guia as novas mudanças sociais rumo a uma vida melhor (FLECHA, 1997, p.35).

A criação de sentido está atrelada ao reencanto com o mundo e as relações e fortalece as interações e luta contra a exclusão social. Por exemplo, o sentido em compartilhar palavras com um grupo e o contato humano intenso, cada vez mais necessário na sociedade da informação, ajuda a recriar continuamente o sentido global na vida das pessoas (FLECHA, 1997), possibilitando sonhar individualmente e em grupo.

As práticas educacionais para serem igualitárias precisam ser baseadas em concepções solidárias, que privilegiam relações de justas e de igualdade (FLECHA, 1997). Para Habermas (2021), existem três tipos de relações humanas, aquelas que são permeadas pelo dinheiro, como pagar uma escola ou um profissional da saúde; aquela mediada pelo poder em relações de conveniência e troca; e aquelas baseadas na solidariedade, que constituem relações desinteressadas de dinheiro e poder, que são o que mantém o sentido da sociedade.

O princípio de igualdade de diferenças pontua que todas as pessoas merecem as mesmas oportunidades, neste sentido não basta apenas a defesa da diversidade, a verdadeira igualdade inclui o direito igual de todas as pessoas viverem de forma diferente. Para superar as desigualdades educacionais e sociais é preciso considerar a igualdade de diferenças como valor fundamental que orienta a educação progressista (FLECHA, 1997).

Como essa base teórica nos ajuda a trabalhar para a prevenção e a superação da violência contra crianças e adolescentes? Para tratar do tema de violência, em específico a violência sexual infantil, é preciso estabelecer diálogo igualitário com as pessoas, cientes de que a transformação acontece mediada pela linguagem e ação humana, neste sentido, considera-se também a inteligência cultural, pois existe uma pluralidade de conhecimentos e inteligências que são fundamentais para superação das diversas desigualdades sociais. A dimensão instrumental contribui para acessarmos as melhores formas de prevenção de violências, enquanto a criação de sentido em comunidade auxilia no reencontro com o mundo e as relações intersubjetivas, assim, corrobora para a construção dos sonhos individuais e sociais. A solidariedade é fundamental para construção de redes de apoio e proteção de crianças, jovens e famílias, bem como a igualdade de diferenças que reafirma o direito de todas as pessoas de viverem livres de violências.

Nesta perspectiva da aprendizagem produzida pelas interações e pelo diálogo, surge o conceito de Atuações Educativas de Êxito (AEE), que são práticas pedagógicas, baseadas em evidências científicas, que melhoram a qualidade de ensino e orientam a transformação social (AUBERT *et al.*, 2016). As AEE são identificadas e analisadas pela investigação europeia INCLUD-ED (2012) que, ao analisar estratégias educacionais que contribuem ou não para a coesão social, comprovou que as AEE funcionam em qualquer contexto educacional ou social, transformando positivamente a realidade onde são desenvolvidas (VALLS; PADRÓS, 2011). São consideradas AEEs: Modelo Dialógico de Prevenção e Resolução de Conflitos (MDPRC), Grupos Interativos, Tertúlias Dialógicas, Biblioteca Tutorada, Formação de Familiares, Participação Educativa da Comunidade e Formação Pedagógica Dialógica.

O Projeto Integrado *INCLUD-ED: “Estratégias de inclusão e coesão social na Europa da Educação”*, foi financiado pela Comissão Europeia em 2006 (FLECHA, 2006-2011), com o objetivo de analisar estratégias educacionais que contribuam para a coesão social e a superação da exclusão social. Para isto, na Europa, ações educacionais foram estudadas nas áreas de ensino pré-primário, primário, secundário, treinamentos vocacionais e programas de educação especial. A pesquisa foi guiada pela Metodologia Comunicativa e teve duração de 5 anos de projeto, os dados qualitativos foram coletados e analisados com a participação direta dos membros das escolas e da comunidade. Como resultado, o INCLUD-ED possibilitou a coleta de evidências científicas para identificar as Atuações Educativas de Êxito (AEEs), como as ações que auxiliam a superar o fracasso

escolar e que contribuem para o êxito na escola, no que se trata de rendimento escolar e melhoramento na convivência.

Além disso, o INCLUD-ED demonstrou por meio de evidências científicas que o rendimento ou fracasso escolar não estão diretamente ligados às características de estudantes, familiares, bairro ou comunidade. O que explica o êxito ou não da educação e da convivência são as ações implementadas na escola, ou seja, quando as escolas implementam as AEEs, o desempenho escolar melhora e assim, a interação entre todas as pessoas também (SERRADELL *et al.*, 2019).

Ressaltam-se dois principais elementos que caracterizam as AEEs: transferibilidade e sustentabilidade. Sendo assim, as AEEs podem ser transferidas para outras áreas, produzindo efeitos transformadores onde são implementadas. Após o encerramento do projeto INCLUD-ED, essas ações continuaram a ser desenvolvidas pelas Comunidades de Aprendizagem, obtendo o mesmo impacto na vida das pessoas (FLECHA, 2015). A seguir, explicaremos cada uma das AEEs.

O *Modelo Dialógico de Prevenção e Resolução de Conflitos* (MDPRC) é um modelo preventivo que envolve toda a comunidade. Em consenso e com base no diálogo igualitário, são elaboradas normas de convivência por meio da escuta e argumentação de todas as pessoas envolvidas no contexto escolar.

Existem diversas maneiras de resolução de conflitos no ambiente escolar, todavia, pode-se agrupar em três modelos: o modelo disciplinar, advindo da sociedade industrial, baseado em hierarquias e no papel de autoridade; modelo mediador, que trata-se de um avanço desde o modelo disciplinar e caracteriza-se pela presença de uma pessoa especialista para solucionar o conflito diante de uma norma já estabelecida na escola; e por fim, o modelo dialógico que busca envolver toda a escola e comunidade em um diálogo igualitário para descobrir as causas e origens dos conflitos e desta forma, elaborar em conjunto maneiras de prevenção (FLECHA; GARCIA, 2007).

Ao abrir caminhos para relações igualitárias, nesse modelo, garante-se espaço e condições para que todas as pessoas tenham a mesma oportunidade para se expressarem e encontrarem soluções consensuais que ajudem na prevenção de conflitos. Desta maneira, a responsabilidade de gerenciar a convivência escolar não se limita a nenhuma autoridade ou especialista, mas, sim, a toda instituição, estudantes, professorado, familiares e pessoas da comunidade.

Todo processo do MDRPC está fundamentado no diálogo igualitário, ética procedimental e democracia deliberativa (ELSTER, 2001). A ética procedimental trata

da ligação direta que existe entre a eficácia das normas e dos acordos com o consenso em que foram estabelecidos. A aplicação e a validade das normas só são possíveis porque existiu a participação de diversas pessoas e argumentos diferentes em sua elaboração. A democracia deliberativa tem base na ideia de que o diálogo e o consenso superam a votação entre diferentes opiniões, pois embora em uma votação vença democraticamente a maioria, em uma deliberação por meio de argumentos é possível modificar uma posição e assim, apresentar alternativas para alcançar as melhores definições em um consenso.

Com base em Flecha e Yest (2007), o MDRPC se concretiza por meio de sete passos. O primeiro deles é a (1) organização de uma Comissão Mista para debate e proposição de uma norma, diante de um problema recorrente na escola, que deve ser respeitada por todas as pessoas. Desta maneira, para que haja ampla representação, essa comissão é formada pelos estudantes, docentes e pessoas da comunidade. A discussão da norma e o consenso buscam os melhores acordos para melhorar a convivência, valendo-se dos melhores argumentos e não do cargo que ocupam as pessoas envolvidas.

O autor e a autora indicam que, após a norma ser consensuada, há a exposição da mesma em uma (2) assembleia, na qual todos os indivíduos da escola debatem com a máxima participação possível. No passo seguinte, os (3) membros da Comissão Mista difundem a norma, levando-a para espaços de sala de aula, onde representantes de sala ficam responsáveis por recolher de cada turma os comentários, reflexões e possíveis propostas de mudanças para que seja assegurado o cumprimento da norma.

Neste sentido, Flecha e Yest, (2007), acrescentam que os (4) representantes de classe e a Comissão Mista debatem a concretização da norma, tomando decisões de maneira coletiva e participativa para aplicação da norma. Em seguida, convoca-se uma (5) assembleia, na qual os representantes de sala explicam para professores, familiares e comunidade o resultado de suas deliberações, onde busca-se chegar a um consenso definitivo para que a norma seja colocada em prática.

Toda a (6) comunidade se compromete em monitorar a aplicação da norma e sua revisão contínua e para garantir o desenvolvimento do modelo dialógico (7) todo esse processo é permeado pela formação realizada por meio de Tertúlias Dialógicas, fóruns e outras atividades. Além disso, o MDPRC também promove assembleias e medidas a serem tomadas quando estas normas não são respeitadas (FLECHA; YEST, 2007).

Os *grupos interativos*, outra Atuações Educativa de Êxito, segundo Oliver; Valls (2004), são uma forma de organização da sala, que aprofunda o conteúdo já visto em aula. Atualmente os alunos da turma são divididos em pequenos grupos, quanto mais

diversificada for sua formação em termos de gênero, origem cultural, idioma, níveis de aprendizagem, mais oferecem aprendizado, pois a interação de diferentes pessoas fortalece o aprendizado instrumental, aumenta a autoestima e as altas expectativas. Todos esses grupos são liderados por um voluntário da comunidade ou por um professor da escola, cuja tarefa é garantir que a atividade seja baseada na solidariedade e no diálogo igualitário (OLIVER e VALLS, 2004).

As *Tertúlias Dialógicas* são encontros semanais, com horário, dia e local definidos, com duração de uma a duas horas (MELLO, BRAGA; GABASSA, 2012), por meio dos quais é possível reelaborar o conhecimento em conjunto, compartilhar ideias e relacioná-las com a prática (GOMES, 2016). Nas Tertúlias utilizam-se materiais clássicos universais, ou seja, os melhores conteúdos produzidos ao longo da história da humanidade.

Nascida na escola de educação de pessoas adultas de La Verneda de Sant-Martí (Espanha), as Tertúlias são difundidas pela Confederação de Federações e Associações de Participantes em Educação e Cultura Democrática de Pessoas Adultas (CONFAPEA), da Espanha, por meio do projeto “*Mil y una Tertúlias Literárias Dialógicas por Todo el Mundo*”. Desde outubro de 2002, as Tertúlias Dialógicas são promovidas no Brasil, pelo programa de extensão universitária denominado “Democratização do conhecimento e do acesso à escolaridade”, da Universidade Federal de São Carlos, vinculado ao NIASE (MELLO, 2002).

Para estes encontros, é decidido entre as e os participantes qual material será trabalhado através dos conteúdos literário, pedagógico, artístico, científico ou musical, de tal modo que as e os participantes fazem a leitura e interpretação anteriormente ao dia do encontro. No momento da tertúlia, a pessoa encarregada pela moderação faz as inscrições de fala de pessoas que gostariam de compartilhar destaques e reflexões sobre o material estudado. As sessões das Tertúlias devem ser conduzidas pelo diálogo igualitário e consenso entre diferentes visões e interpretações, garantindo a oportunidade de participação a todas e todos, considerando a validade dos argumentos, sem atos comunicativos de poder, ou seja, nos quais faltam sinceridade e/ou consenso, privilegiando-se os atos comunicativos dialógicos, que prezam pela sinceridade e consenso (SOLER e FLECHA, 2010).

As Tertúlias fundamentam-se no diálogo como gerador de aprendizagem e não apresentam nenhum obstáculo social ou cultural para participação, pois trata-se de uma atividade gratuita e aberta para todas as pessoas, de diferentes culturas e níveis sociais,

incluindo também pessoas recém alfabetizadas e em processo de alfabetização (MELLO, 2002)

A discussão da obra escolhida guia-se pelos direitos humanos e não há verdades absolutas além das próprias interpretações, cada explicação e reflexão tem o mesmo valor, desta maneira, o compartilhamento de diversas interpretações gera criações coletivas de significado (FLECHA, 1997). Ademais, nas tertúlias dialógicas, não há a pretensão de analisar criticamente o que a autora ou autor da obra quer dizer em seus feitos, mas sim possibilitar a reflexão e o diálogo por meio de diferentes interpretações que derivam de um mesmo material.

Destaca-se que além de serem atividades culturais e educativas, as Tertúlias foram reconhecidas, em 2013, pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) como uma tecnologia educacional e um instrumento que promove qualidade na educação integral e integrada em escolas (BRASIL, 2013).

A *Biblioteca Tutorada* é uma extensão da aprendizagem que acontece na biblioteca da escola entre grupos e com auxílio de uma pessoa voluntária, na intenção de realizar diversas atividades como realização de tarefas, pesquisas para construção de projetos, atividades de informática e leitura dialógica (MELLO, BRAGA; GABASSA, 2012),

A *Formação de Familiares* é um momento que acontece na participação das AEEs enquanto voluntários ou participantes e também por meio de programas e espaços de formação pensados em conjunto com as famílias para atender necessidades e demandas. Destaca-se que a participação de familiares na convivência escolar aumenta a criação de sentido e a as expectativas de estudantes diante da educação e, além disso, a pesquisa INCLUD-ED (2012) indica que o resultado acadêmico de crianças e adolescentes é influenciado positivamente quando a família está também em um processo de formação na escola.

A *Participação Educativa da Comunidade* acontece por meio da participação da família e da comunidade na tomada de decisão dos assuntos escolares, no envolvimento nas AEE e também na presença durante as aulas, além da construção da gestão de trabalho e comissões mistas que atuam nas escolas (BRAGA e MELLO, 2014).

Por fim, a *Formação Pedagógica Dialógica* corresponde à formação do professorado em bases científicas e teóricas dialógicas, na intenção de superar as boas práticas pedagógicas, pautadas apenas em opinião, por evidências reconhecidas pela comunidade acadêmica. Professoras e professores necessitam de formação para

desenvolverem as AEE nas escolas. Neste sentido, acontecem as Tertúlias Dialógicas Pedagógicas que proporcionam a elaboração de conhecimentos por meio do compartilhamento entre professoras/es, a partir de diferentes pontos de vista e argumentos válidos, que fomentam o debate de teorias, práticas educativas e experiências, permitindo que o professorado compreenda, reflita e aprenda estratégias e competências (GOMES, 2016).

Para além da aprendizagem instrumental, melhoria da convivência e promoção de relações igualitárias e solidárias, as AEEs podem atuar na prevenção de violências. Especificamente na prevenção de violências sexuais infantis, a aplicação dessas atividades envolve momentos de confiança e de diálogo igualitário constantes, sendo assim, temas como o abuso sexual podem surgir e por vezes, podem ser identificados e devidamente encaminhados.

Outra ação, conjunta ao MDPRC, baseada em evidências científicas, mostra a eficácia da prevenção de violência realizada com crianças pequenas. Pesquisas internacionais sobre prevenção de violência de gênero e sobre o MDPRC realizadas pelo CREA/UB, com base na violência zero desde os zero anos de idade, sugeriram realizar a prevenção de violências com crianças pequenas por meio de um livro denominado “*El Club de los Valientes*”, de Begoña Ibarrola. Foi assim que se iniciou a implementação do Clube dos Valentes entre os anos de 2014 e 2015 (LONGAS e RODRÍGUES, 2016).

A história contada no livro do Clube dos Valentes é sobre Alan, um menino que apanhava de Samuel, outro menino de sua escola. Alan tem uma conversa com uma menina de outro mundo que diz a ele que ele é valente por resolver os problemas de forma pacífica e que quem não resolve assim, é covarde pois usa a força. Alan, então, conversa com seus amigos próximos da escola e eles formam um grupo no qual não permitem que ninguém sofra nenhum tipo de violência, desta maneira, as outras crianças percebem que as interações nesse grupo de amigos são muito melhores do que outras relações não igualitárias e Samuel vai ficando cada vez mais sem amigos. Essa história lúdica trata sobre prevenção de violência, boas amizades e, ainda, sobre formação de observadores¹⁴ diante de uma violência. As crianças, ao entenderem que quem as agride não é amigo/a

¹⁴ A formação de observadores ou *bystander intervention* consiste em formar pessoas para intervenção pacífica em uma situação violenta ou interação potencialmente prejudicial, com intenção de posicionar-se sempre ao lado da vítima e escolhendo responder de uma forma que possa influenciar positivamente o resultado (BANYARD *et al.*, 2004; COKER *et al.*, 2011).

de verdade, optam por conviver e interagir com crianças igualitárias e protegem seus amigos de forma pacífica de interações covardes.

A realização do Clube de Valentes implica em ter ações em que as pessoas se posicionam contra a violência, a denunciam e valorizam a verdadeira amizade, isto é, quem as trata bem e não pratica violência. Com a leitura do livro, é estabelecido um canto dentro da sala de aula onde fotos ou desenhos das crianças que fazem parte do clube, criando um mural das crianças valentes. Importante ressaltar que todas as crianças são consideradas corajosas e valentes desde o início, pois espera-se que um tratamento respeitoso e não violento seja estabelecido.

Diante dessas condições, as crianças aprendem a valorizar comportamentos igualitários e quando comportamentos violentos acontecem, naquele dia a foto ou desenho da criança é retirada do mural dos valentes, pois ela teve atitudes covardes, assim, promove-se a reflexão de que naquele dia determina/s criança/s não foram valentes, mas que esses comportamentos podem mudar e sua imagem pode retornar ao mural do clube.

Desta forma, as crianças aprendem a apoiar as vítimas e a isolar quem tem comportamentos violentos, promovendo uma socialização preventiva da violência, neste sentido, a criança que teve atitudes violentas rapidamente entende a dinâmica e repensa em suas ações, compreendendo que ações igualitárias criam boas amizades e interações (LONGAS e RODRÍGUES, 2016). Destaca-se, ainda, que a criança que é isolada não é excluída ou considerada violenta, mas, sim, que teve em determinadas ocasiões ações covardes. Faz parte da interação dialógica ter relações com pessoas igualitárias e não violentas, sendo assim, as crianças preferem brincar e interagir com aquelas que respeitam os acordos de não violência. Atualmente, o Clube dos Valentes é realizado em diversas escolas brasileiras que buscam por uma socialização preventiva desde a infância. Os estudos mostram que o clube promove relações igualitárias e muda com rapidez a dinâmica de uma turma de crianças que anteriormente tinha interações violentas, baseando-se na evidência científica de que a relação entre pares é eficaz para prevenir e resolver conflitos e violências.

4. DOCÊNCIA E FORMAÇÃO COM BASE EM EVIDÊNCIAS: EM FOCO, O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político. É por isso que não há pedagogia neutra.
Paulo Freire (1986, p.17)

No Brasil, a década de 1980 foi marcada por pesquisas sobre prática docente, que distanciavam o campo acadêmico, do campo da prática escolar. Nas décadas subsequentes, nas pesquisas, buscou-se superar o pesquisar *sobre* a escola, passando-se ao investimento de investigações *na* e *com* a escola, o que significou um avanço importante (DINIZ-PEREIRA e LACERDA, 2009). Esta perspectiva é a predominante até a atualidade no campo da formação e da atuação docentes no país, embora seja bastante polêmica a relação entre teorias e práticas. Mais especificamente, as abordagens focadas na prática como fonte de aprendizagem docente e de geração de teorias, e as centradas no pensamento dos professores são as predominantes. Nossa posição questiona essa perspectiva, pois entendemos que a prática e o pensamento dos professores têm existência e seu lugar de valor, mas são fontes falseadas para promoverem formação e práticas que gerem sucesso e bem estar tanto aos estudantes como aos próprios educadores.

Estudo pioneiro realizado sobre as crenças de professores em formação e em exercício, por exemplo, constatou que essas crenças variam de acordo com a cultura e contexto, bem como crenças pessoais sobre si mesmo e sobre identidade. As crenças referem-se ao que os docentes aceitam ou querem que seja verdade, independente da verificação do fato. No ensino, essas crenças são consideradas importantes quando se trata de filtrar e interpretar informações, realizar tarefas e orientar ações (BRATEN e FERGUSON, 2015). Ainda neste estudo, foi constatado que estudantes em formação podem estar mais motivados a aprender com a teoria apresentada pelos cursos e palestras da faculdade, enquanto docentes em exercício da profissão tendem a confiar mais no conhecimento derivado da prática (BRATEN e FERGUSON, 2015). Estes são resultados importantes de se ter em conta quando pretendemos desenvolver formação docente que ofereça suporte para as práticas docentes de sucesso tanto para estudantes e professores.

Reconhecer o impacto das crenças pessoais e profissionais na aprendizagem e na prática docente é fundamental para elaborar formações efetivas, mas não podem ser, como muitas vezes se nota no discurso da formação docente, tomadas como a fonte da própria formação. Passamos aos argumentos sobre a formação para a prevenção e o apoio às vítimas de VS na infância e na adolescência.

Não é novidade que em vários países existe o desgaste profissional e emocional do professorado que, em consonância com a desvalorização do trabalho profissional e a falta de reconhecimento, gera sentimentos de impotência e de fracasso diante de situações adversas (TARDIF, 2013). Um estudo finlandês investigou as principais preocupações de educadores no início da carreira, sendo elas referentes ao cargo que ocupariam, à sua tarefa docente e à competência, além da carga de trabalho exacerbada e, sendo assim, preocupam-se com o próprio bem estar físico e emocional (MAARANEN *et al.*, 2019).

A docência, em diversos níveis de ensino, é uma profissão que, por vezes, pode ser caracterizada por altos níveis de esgotamento e exaustão emocional. As necessidades do trabalho demandam ao professorado também necessidades emocionais, que podem levar ao esgotamento e conseqüentemente ao burnout. Além disso, pesquisas identificam que a falta de apoio social, de colegas e administradores contribuem para o desenvolvimento do burnout em professores (CHANG, 2009).

Chang (2009) pontua que exercer a profissão docente pode levar os profissionais a se envolverem emocionalmente em situações em que se conectam com os estudantes. Estudos indicam que ensinar e aprender envolvem uma compreensão emocional e que ensinar é uma prática que emociona. Além disso, ensinar é, por si, uma forma de trabalho emocional e as emoções dos profissionais da educação são inseparáveis de seus propósitos morais.

Como solução, pesquisas sugerem que, idealmente, o professorado precisa adotar estratégias de enfrentamento eficazes para lidar com os problemas em sala de aula e que isto envolva a administração da própria emoção (CHANG, 2009).

Alinhados aos estudos sobre a complexidade da docência como profissão, crescem os estudos sobre o burnout. O burnout no trabalho trata-se de uma reação afetiva devido à exposição prolongada ao estresse do trabalho. O Burnout é, ainda, um processo contínuo que surge gradualmente ao longo do tempo e caracteriza-se por três componentes: exaustão emocional, despersonalização e reduzida realização pessoal (FERNET *et al.*, 2012). Pesquisas em diversos países indicam que os professores são mais vulneráveis do que outros trabalhadores aos sintomas de burnout, levando ao esgotamento

que afeta docentes em todo o mundo. Uma das principais causas determinantes do burnout tem sido o ambiente de trabalho (FERNET *et al.*, 2012).

Existem alguns assuntos que perpassam a formação e a prática docente que exigem enfrentamento emocional, como o tema do abuso sexual infantil. Neste sentido, é preciso superar crenças e superstições docentes por meio da formação inicial e continuada sobre a temática, munindo docentes de conhecimento e informações de fontes científicas, capacitando-os para que se sintam seguros ao lidar com VS infantil.

Em virtude do contato contínuo e de longo prazo com crianças e adolescentes, o professorado desempenha um papel importante diante da VS infantil, pois é possível que identifiquem mudanças bruscas de comportamento, suspeitas de maus-tratos e denunciem aos serviços de proteção à criança e ao adolescente. A presença de crianças abusadas na sala de aula é bastante universal e os professores também desempenham um papel fundamental na prevenção do abuso sexual infantil. Por meio das relações construídas entre professor-aluno, os docentes podem estar em uma posição de alguém que confiam e que pedem ajuda, sendo assim, os professores podem oferecer informações e apoio as crianças e jovens em situações de crise (ABRAHAMS *et al.*, 1992; COX, 1997).

Todavia, apesar da crescente presença de abuso infantil na sala de aula, a educação dos professores para enfrentar o problema não tem aumentado proporcionalmente. Inúmeras pesquisas relatam deficiências na formação do professorado em relação a VS infantil. As ocorrências e os índices do abuso sexual infantil continuam a aumentar e cada vez mais professores indicam o encontro com casos de VS infantil entre seus alunos, entretanto, os sistemas escolares não estão educando suficientemente os professores na identificação, denúncia e prevenção de abuso infantil (ABRAHAMS *et al.*, 1992).

Evidências demonstram que professores que se engajam na formação sobre o abuso sexual infantil desenvolvem responsabilidade no tema e adquirem ganhos de conhecimento, habilidade e confiança, tornando-os mais aptos a agir quando se deparam com casos de abuso sexual infantil (RANDOLPH e GOLD, 1994).

Os professores formados tornam-se mais dispostos a reconhecer a gravidade do problema do abuso sexual infantil, menos culpabilização da vítima, mais probabilidade de ver agências comunitárias como úteis e muito mais confiantes de seu próprio papel na abordagem do problema. Os professores formados foram significativamente mais capazes de aplicar seus conhecimentos a situações hipotéticas que os professores podem realmente enfrentar (RANDOLPH e GOLD, 1994, p.432)

Para alguns professores, seus conhecimentos estão profundamente ligados à vida no trabalho, entretanto, isso não significa que esses profissionais não utilizem conhecimentos externos, como sua formação, pesquisa, programas e outras fontes de conhecimento. Todavia, isto quer dizer que os conhecimentos externos são reinterpretados em função das necessidades específicas do trabalho prático (TARDIF, 2013).

Nesta linha de raciocínio, há alguns anos, o debate sobre a utilização das evidências científicas na formação de professores vem ganhando um lugar notório no campo da educação, como a utilização desta abordagem pelos gestores educacionais do Ministério da Educação (MEC)¹⁵ e do Conselho Nacional de Educação (CNE)¹⁶, que aos poucos, implementam soluções científicas para problemas na educação básica e, posteriormente, na formação de professores (DEVECHI, TREVISAN, CENCI, 2022).

Mas como os próprios autores indicam (DEVECHI, TREVISAN, CENCI, 2022), pesquisadores da área educacional resistem à ideia de educação com base em evidências. Na pesquisa por eles realizada com 25 docentes especialistas na área, o objetivo foi o de encontrar opiniões sobre a utilização das evidências científicas na formação de professores. Neste estudo, apenas quatro docentes concordaram com a abordagem da aplicação das evidências em cursos formativos para o professorado, alegando que seria um incremento da qualificação da formação de professores e que haveria maior valorização do projeto da ciência na educação. Por outro lado, 21 docentes especialistas se posicionaram contra a proposta, alegando que haveria o reducionismo científico da abordagem; a problemática de não existir consenso sobre a natureza da “evidência” nas pesquisas em educação; a educação baseada em evidências como empobrecimento da formação do professorado, e a educação por evidência como discurso tecnocrático e gerencialista.

Acrescenta-se a esse debate sobre a formação do professorado com base em evidências científicas, trazido por Devechi, Trevisan e Cenci (2022), a ideia de que é possível estabelecer um consenso educacional sobre o que significa evidência científica,

¹⁵ Disponível em: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA — Política Nacional de Alfabetização Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf Acesso em: 29 jan. 2023.

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n° 2, de 20 de dezembro de 2019 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em: 29 jan. 2023.

compreendida por nós, nesta pesquisa, como práticas de êxito que foram amplamente estudadas e implementadas em diversos espaços – garantindo-se sua transferibilidade – e que auxiliam na superação do fracasso escolar, na transformação de contextos desfavoráveis, no melhoramento do ensino e da aprendizagem, na convivência e na vida das pessoas envolvidas, possibilitando a transformação educacional, social, política e econômica de onde são implementadas.

Discordando, assim, da maioria dos pesquisadores em educação, nossa pesquisa pauta-se na formação docente com base em evidências científicas e não somente em reflexão e prática. Assim são as Tertúlias Pedagógicas Dialógicas, forma utilizada para o desenvolvimento do curso sobre Prevenção de VS contra crianças e adolescentes, por nós ministrado e avaliado.

Sendo o desenvolvimento profissional do professorado uma condição essencial para a melhoria das interações escolares (WAYNE *et al.*, 2008; OPFER e PEDDER, 2011) apresentam-se aqui algumas pesquisas sobre a eficácia da formação dialógica do desses agentes com base em evidências científicas.

O movimento internacional de formação de professores baseada em evidências científicas busca colocar as evidências internacionais a serviço da melhoria educacional (ROCA-CAMPOS *et al.*, 2021). Diversos estudos, em diferentes países, sugerem que quando docentes possuem acesso ao conhecimento científico e baseiam seu processo de tomada de decisão em evidências científicas, os resultados escolares e a convivência na escola melhoram efetivamente (TOOM *et al.*, 2010; ALTON-LEE, 2011; SAHLBERG, 2011, DUNN *et al.*, 2013; ROCA-CAMPOS *et al.*, 2021).

Mas a formação com base em evidências que aqui trazemos é a com base na aprendizagem dialógica e no entendimento de que a sociedade e a escola são mais dialógicas, exigindo que os conhecimentos e as práticas sejam dialogados com a população, superando-se a visão tecnocrática de pura transposição de um conhecimento e uma prática para outro contexto.

Pesquisas recentes têm demonstrado o impacto educacional e social obtido pela implementação das AEEs, por meio do aumento do aprendizado dos estudantes, participação da família e membros da comunidade em várias atividades de aprendizagem na escola (DUQUE *et al.*, 2020).

Diante do exposto, pesquisas recentes que investigaram formas eficazes para formar docentes em diversos temas, inclusive na prevenção de violências, evidenciam a Formação Pedagógica Dialógica como formação de êxito (BARROS-DEL RIO,

ÁLVAREZ; MOLINA, 2020; GARCÍA-CARRIÓN *et al.*, 2020; ORAMAS; FLECHA, 2021; ROCA *et al.*, 2020; RODRÍGUEZ-ORAMAS *et al.*, 2020; SILVA; BRAGA; MELLO, 2021). Essa perspectiva envolve a formação de professores em bases científicas e teóricas, ou seja, a partir do estudo conjunto com e entre docentes de artigos e pesquisas compostos por evidências reconhecidas pela comunidade científica internacional. Em torno de tais leituras e reflexões compartilhadas, intensificam-se a reflexividade pedagógica, a interação entre profissionais e familiares, a solidariedade e o diálogo em torno a ações consensuadas entre todas as partes (SILVA, BRAGA, MELLO, 2021).

Nesta mesma linha, a formação dialógica de professores, em um contexto guiado pelo diálogo igualitário, objetiva promover a reflexão sobre como traduzir o melhor conhecimento baseado em evidências científicas para a prática docente (RODRÍGUEZ-ORAMAS *et al.*, 2021). O desenvolvimento docente baseado no diálogo igualitário inclui vozes de diferentes agentes escolares e diretamente relacionado à melhoria das escolas e das relações interpessoais, ao desempenho dos estudantes e ao desenvolvimento da comunidade (GARCIA-CARRION *et al.*, 2017; RODRIGUEZ *et al.*, 2020; ROCA-CAMPOS *et al.*, 2021).

O diferencial da Formação Dialógica de Professores é a defesa de um desenvolvimento profissional baseado em evidências científicas, por meio da colaboração e promoção de uma abordagem aberta e integradora da comunidade educacional que funciona sob os princípios da aprendizagem dialógica (ROCA *et al.*, 2021, p.2).

Demais pesquisas evidenciaram que a formação dialógica permitiu ao professorado construir conhecimentos compartilhados sobre como dar uma resposta mais eficaz aos problemas encontrados na prática pedagógica e escolar (ROCA *et al.*, 2015; RODRIGUEZ *et al.*, 2020).

Sobre a formação dialógica a respeito do tema de prevenção de violência sexual infantojuvenil, Roca *et al.* (2020) indicam que é realizado o estudo de conceitos sobre violências contra crianças e adolescentes e suas consequências, além da sensibilização de docentes sobre sua atuação em prol da mudança social ao promover cotidianamente, por meio do trabalho escolar, a detecção, a divulgação e a intervenção no problema. O desenvolvimento de Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, momento em que “são lidos e discutidos por professores artigos científicos e livros com as principais contribuições sociais, educacionais e psicológicas relacionadas ao abuso infantil e à prevenção da violência” (ROCA *et al.*, 2020, p.4), acompanhadas por reflexões articuladas ao cotidiano

do trabalho docente e de interlocução com as famílias, é destacado pelas autoras da pesquisa como elemento central da transformação da escola em ambiente acolhedor e gerador de proteção e acolhimento.

Neste sentido, mediante a reflexão político-pedagógica, a interação com base no diálogo direciona a problematização da realidade objetiva por meio da relação dialética que possibilita a relação entre teoria e prática (FREIRE, 1997), impactando de maneira positiva as relações pedagógicas (AIELLO *et al.*, 2020). Ademais, o processo profundo de diálogo e reflexão que “Freire conceituou como práxis, permite que as (os) professoras (es) construam coletivamente conhecimentos que tornam o seu trabalho mais significativo, resgatando o caráter intelectual da docência” (SILVA; BRAGA; MELLO, 2021, p. 256).

Considerando o exposto anteriormente, ou seja: a) a gravidade da situação de violência sexual sofrida por crianças e adolescentes no Brasil; b) a potencialidade da escola, como espaço comunitário privilegiado, para desenvolvimento de ações de prevenção da violência e de acolhimento e encaminhamento de vítimas; c) a inexistência ou inadequação da formação das equipes escolares, com destaque para a formação de professores, d) a potencialidade da Formação Dialógica Pedagógica na temática realizada em outros países por meio de Tertúlias Pedagógicas Dialógicas e e) a existência de experiência brasileira bem sucedida de formação pedagógica na perspectiva dialógica, mas não na temática de prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes, justifica-se a relevância social e acadêmica da pesquisa aqui apresentada.

O objetivo da pesquisa aqui apresentada é o de analisar limites e possibilidades de um curso de formação continuada em perspectiva dialógica, em formato de Tertúlias Pedagógicas Dialógicas, quanto à mudança de concepções e argumentações dos participantes.

5. OBJETO E PESQUISA: O CURSO ON-LINE DE FORMAÇÃO CONTINUADA DIALÓGICA DE PROFESSORES PARA A PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*Não é possível transformar a educação sem sonho, sem utopia e sem projeto. Sonho que implica um ato político, um processo de luta, de obstáculos, de recuos, avanços e de marchas às vezes demoradas.
Paulo Freire (2000, p.54)*

O curso online “Tertúlias Dialógicas Pedagógicas na formação docente: prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes” foi ofertado pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em parceria com o Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CeFPE) de São Carlos - SP.

O objetivo do curso foi formar, na perspectiva dialógica, docentes atuantes em sistemas estaduais ou municipais de ensino básico de São Carlos/SP e região sobre prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas. O número de vagas correspondeu a 30 inscrições, sendo que as inscrições excedentes entraram para uma lista de espera.

O curso foi constituído pelo desenvolvimento das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas e teve 15 encontros, às quintas-feiras, das 19 horas e 15 minutos às 21 horas e 15 minutos, via Plataforma Meet, perfazendo um total de 30 horas de encontros remotos síncronos realizados de 04 de agosto a 17 de novembro de 2022. Ressalta-se que nas Tertúlias Dialógicas Pedagógicas as pessoas participantes realizaram a leitura prévia dos textos científicos indicados, levantando destaques para compartilhar com o grupo; também foram estimuladas a realizar pesquisa frente a dúvidas que tenham sobre o texto. Por isso, mais duas horas semanais foram computadas no curso, totalizando 60 horas previstas. Destaca-se ainda, que foi preciso ter no mínimo 70% de presença nos encontros para receber a certificação.

Os temas tratados na formação foram: Aprendizagem Dialógica; Tertúlia Dialógica Pedagógica; Caracterização da violência; Direitos das crianças e dos adolescentes; Dados atuais da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil; Formação de Professores/as no tema; Prevenção de violência; Formação Pedagógica

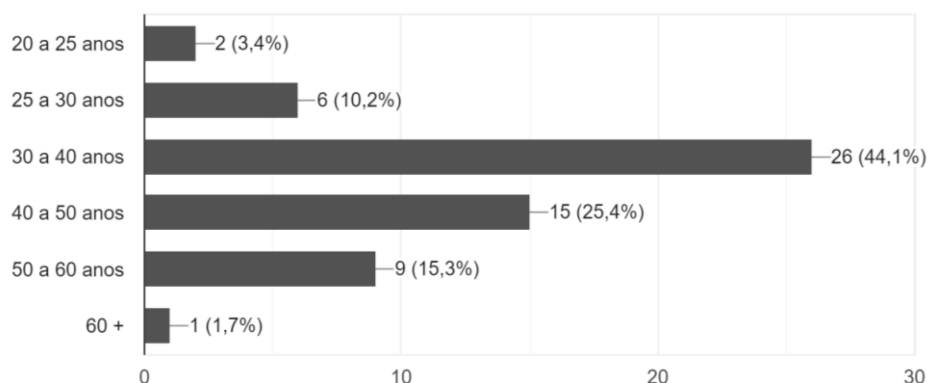
Dialógica; Caracterização do abuso sexual infantil; Caracterização, aliciamento e impacto do abuso sexual infantil; Sinais, proteção e prevenção do abuso sexual infantil; Prevenção de violência e as Tertúlias Literárias Dialógicas; Prevenção de violência e o Modelo de Prevenção e Resolução de Conflitos; Análise de casos; e Síntese das aprendizagens do curso. Todos os textos foram disponibilizados em PDF pelo *Google Drive* e pela Plataforma *Classroom*. Os materiais que se encontraram em língua estrangeira foram disponibilizados no original e também com a tradução para o português.

Ao final do curso, as participantes foram convidadas a analisar com a pesquisadora casos conhecidos ou vivenciados de VS infantil e em conjunto, analisar os encaminhamentos e criar plano de ação para a escola, com base nos materiais estudados ao longo do curso.

Ainda ao final do curso, as pessoas participantes preencheram um questionário via formulário *google*, na intenção de investigar mudanças de concepções diante dos temas tratados, aprendizagens construídas e efetividade do curso. Além disso, fizeram parte de grupo focal comunicativo, no qual a pesquisadora lhes apresentou suas análises, dialogando sobre elas e produzindo consensos de interpretações entre todos. Naquele momento, os participantes também foram convidados a indicar elementos excludentes e elementos transformadores do curso, ou seja, o que favoreceu suas mudanças de concepção e de ação e o que as dificultou ou inviabilizou, produzindo-se, ainda, a partir de suas argumentações, uma lista de recomendações a formadores dedicados à temática, no formato de Tertúlias Pedagógicas Dialógicas. A seguir, detalhamos as etapas e conteúdos do curso.

5.1. Inscrições no curso e participantes na pesquisa

As inscrições tiveram início no mês de julho de 2022 após ampla divulgação online para a rede municipal de uma cidade do interior paulista durante uma semana. Ela também foi realizada pelas redes sociais do grupo de pesquisa ao qual mestranda e orientadora pertencem. O número total de inscritos foi de 59 pessoas interessadas em realizar o curso, sendo 51 mulheres e 8 homens. Desse total, em relação à faixa etária das pessoas, 2 tinham entre 20 a 25 anos, 6 entre 25 a 30 anos, 26 entre 30 a 40 anos, 15 entre 40 e 50 anos, 9 entre 50 e 60 anos e 1 única pessoa com mais de 60 anos de idade, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Faixa etária das pessoas inscritas no curso.

Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora (2022).

Em relação à localidade das pessoas que se inscreveram, ao todo foram de 18 cidades de 5 Estados diferentes do Brasil, sendo eles: Estado de São Paulo, Ceará, Bahia, Pará e Pernambuco. Entre docentes e pessoas atuantes da coordenação escolar, no Estado de São Paulo foram: 2 professoras pertencentes às escolas da rede particular, 25 professoras e 1 coordenadora escolar de escolas públicas de São Carlos/SP. Das demais cidades do Estado de São Paulo, as professoras eram pertencentes a escolas da rede pública, sendo 1 de Ibaté, 1 de Santa Rita do Passa Quatro, 1 de Barretos, 1 coordenadora pedagógica de Campo Limpo Paulista, 4 de Campinas, 3 de São José dos Campos, 2 docentes e 1 coordenadora escolar de Mococa, 2 de Mogi Guaçu, 1 de Sorocaba, 1 de Limeira, 1 de Ribeirão Preto, 1 de Buri. Nos outros Estados, foram 1 pessoa de Caririçu/CE, 1 de Itaberaba/BA, 1 de Acará/PA e 2 de Macaparana/PE.

O curso teve a inscrição de 3 estudantes do Estado de São Paulo, 1 de São Carlos/SP, 1 de Sorocaba/SP e 1 de Araraquara/SP. Além disso, houve também a inscrição de 1 pessoa atuante na área de assistência social de Ibaté/SP. Abaixo segue uma tabela com a relação da quantidade de inscrições, profissão atuante, cidade e Estado.

Quadro 2 – Informações sobre a localidade das inscrições do curso.

Número de inscrições	Profissão em que atua	Cidade	Estado
1	Professor (a)	Acará	Pará
1	Estudante	Araraquara	São Paulo
1	Professor (a)	Barretos	São Paulo
1	Professor (a)	Buri	São Paulo
4	Professor (a)	Campinas	São Paulo
1	Coordenação Pedagógica	Campo Limpo Paulista	São Paulo
1	Professor (a)	Caririaçu	Ceará
1	Professor (a)	Ibaté	São Paulo
1	Assistência Social		
1	Professor (a)	Itaberaba	Bahia
1	Professor (a)	Limeira	São Paulo
2	Professor (a)	Macaparana	Pernambuco
1	Direção escolar	Mococa	São Paulo
2	Professor (a)		
2	Professor (a)	Mogi Guaçu	São Paulo
1	Professor (a)	Ribeirão Preto	São Paulo
1	Professor (a)	Santa Rita do Passa Quatro	São Paulo
1	Estudante	São Carlos	São Paulo
27	Professor (a)		
1	Direção escolar		
3	Professor (a)	São José dos Campos	São Paulo
1	Estudante	Sorocaba	São Paulo
1	Professor (a)	Taquaritinga	São Paulo

Os critérios de seleção para as 30 vagas disponibilizadas no curso foram, em ordem de chamada da lista: (1) pertencer, enquanto docente, à escolas do ensino infantil da rede pública de São Carlos/SP; (2) ser coordenador/a ou gestor/a de escolas; (3) pertencer, enquanto docente, a escolas do ensino fundamental e médio da rede pública de São Carlos/SP; (4) pertencer, enquanto docente, à escolas do ensino infantil da rede pública de cidades da região; (5) pertencer, enquanto docente, à escolas do ensino fundamental e médio da rede pública de cidades da região; (6) pertencer à categoria de outros profissionais que não escolares; e (7) estudantes.

Na primeira chamada do curso, com base nos critérios de seleção, foram chamadas 30 pessoas que haviam se inscrito, enquanto o restante foi para uma lista de espera. Conforme as pessoas foram desistindo do curso, toda a lista de espera pôde ser chamada.

O curso teve início em 4 de agosto de 2022, com 12 participantes e terminou em 17 de novembro, com 9 participações frequentes. Cabe ressaltar que o curso reuniu 59 inscrições e embora tenhamos chamado inicialmente 30 pessoas na primeira lista e posteriormente mais 29 pessoas da lista de espera, a participação geral não ultrapassou 16 pessoas ao longo dos encontros. Supomos que essa evasão no curso pode ter ocorrido por diversos fatores, dentre eles, a temática sensível do abuso sexual infantil.

As desistências não foram justificadas pelas pessoas inscritas ou já participantes, sendo entendidas a partir de suas faltas subsequentes; não realizamos questionamos diretamente às pessoas desistentes, por se tratar de uma pesquisa e constar do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que a qualquer momento elas poderiam desistir de participar, sem nenhum tipo de prejuízo ou constrangimento. Foram muitas as inscrições e poucas as presenças. As desistências ocorreram majoritariamente antes de as pessoas iniciarem o curso; nenhuma justificou o fato de não comparecer.

Assim, consideramos como participantes da pesquisa 9 pessoas, todas mulheres, entre 25 e 60 anos de idade, todas atuantes em escolas da rede pública do Estado de São Paulo, sendo 4 professoras da cidade de São Carlos/SP, 1 coordenadora escolar da cidade de São Carlos/SP, 1 coordenadora escolar de Mococa/SP, 1 professora de Campinas/SP, 1 coordenadora pedagógica de Campo Limpo Paulista/SP e 1 professora de Santa Rita do Passa Quatro/SP. Segue quadro com caracterização das participantes do curso com nome fictício, idade, localidade, profissão em que atuam e idade das crianças com as quais trabalhavam durante a pesquisa.

Quadro 3 - Caracterização das participantes da pesquisa

Nome fictício	Idade	Localidade	Profissão em que atua	Idade das crianças que trabalha
Alice	40 a 50 anos	Mococa/SP	Coordenação escolar	6 a 12 anos
Amanda	40 a 50 anos	Campinas/SP	Coordenação escolar	0 a 5 anos
Eliane	50 a 60 anos	São Carlos/SP	Professora	6 a 12 anos
Jéssica	25 a 30 anos	Campo Limpo Paulista/SP	Coordenadora Pedagógica	6 a 12 anos
Fabiana	30 a 40 anos	São Carlos/SP	Professora	0 a 5 anos
Lara	30 a 40 anos	São Carlos/SP	Professora	6 a 12 anos
Priscila	50 a 60 anos	São Carlos/SP	Professora	0 a 12 anos
Rosa	50 a 60 anos	Santa Rita do Passa Quatro/SP	Professora	6 a 12 anos
Rosana	40 a 50 anos	São Carlos/SP	Professora	0 a 18 anos

5.2. Delineamento dos encontros do curso

O curso contou com a participação da pessoa pesquisadora, sua orientadora e uma pessoa de apoio do Núcleo de pesquisa NIASE. Todos os encontros ocorreram no mesmo dia da semana, quinta-feira, e no mesmo horário, das 19 horas e 15 minutos até 21 horas e 15 minutos, como previsto. A cada semana, foi proposta uma atividade com questão única, a ser entregue via Plataforma Classroom, sobre um destaque do texto trabalhado em cada encontro e breve justificativa deste destaque.

No 1º encontro, que ocorreu em 04/08/2022, realizamos a apresentação inicial do curso e seu cronograma e em seguida, a apresentação de todas as pessoas presentes. O texto debatido neste encontro tratou sobre a Aprendizagem Dialógica (BRAGA; MELLO.; PAULA, 2019) e seus sete princípios. Contou com a participação de 12 pessoas no total¹⁷. Os destaques das pessoas presentes promoveram reflexões acerca da importância das evidências científicas para o tema de prevenção de violência sexual infantil; as

¹⁷ Na contagem de participantes dos encontros do curso, exclui-se a pesquisadora, sua orientadora e a pessoa de apoio da pesquisa.

consequências da VS para a escolarização; formas de acolhimento na escola de vítimas de VS; falta de retorno do Conselho Tutelar (CT) quando casos foram denunciados; e retorno da pesquisa após finalizada para os indivíduos da pesquisa acompanharem a investigação.

No 2º encontro, que ocorreu em 11/08/2022, com a presença de 16 cursistas, discutimos sobre a Tertúlia Dialógica Pedagógica e sua dinâmica (SILVA; BRAGA; MELLO, 2021). As discussões do texto promoveram diálogos sobre a importância de ter práticas pedagógicas com base em evidências científicas e os instrumentos que a ciência nos proporciona para termos autonomia na sociedade; relatos sobre outros cursos de formação continuada que não possuem base em evidências científicas e o quanto isso pode afetar negativamente docentes, crianças e adolescentes envolvidos; críticas a possíveis omissões do CT; importância das formações se articularem com outras redes de apoio e acolhimento de crianças e adolescentes; e a necessidade da educação ter rigorosidade em relação aos conteúdos relacionados a prevenção de violências. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve os temas presentes no texto.

O 3º encontro do curso ocorreu em 18/08/2022 e teve a participação de 13 cursistas. Tratamos sobre o tema da caracterização das violências, com base em um documento da OMS (DAHLBERG; KRUG, 2002). As reflexões se construíram a partir da violência enquanto problema de saúde pública; diversas formas de violências contra crianças; necessidade de a educação sexual ser uma disciplina curricular nas escolas; ações em rede que protegem crianças e adolescentes. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve os temas presentes no texto.

O 4º encontro contou com a participação de 11 pessoas e discorremos sobre o ECA (ECA, 1990) e sobre uma linha do tempo do UNICEF sobre os direitos das crianças e dos adolescentes¹⁸. As discussões foram sobre o cuidado da criança enquanto comunidade; bullying e cyberbullying; liberdade presente na Tertúlia para poder compartilhar o que pensa; exposição da criança em redes sociais; violência doméstica e o silenciamento presente no ambiente escolar; formas de denúncia anônimas; ineficácia de órgãos competentes para analisar o caso denunciado; responsabilidade histórica na cultura brasileira de que a criança é responsabilidade da mãe; dificuldade em acatar e realizar

¹⁸ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 10 nov. 2022.

denúncias de violências ocorridas dentro da família devido ao pensamento de que o espaço familiar deveria ser seguro para crianças; necessidade de realizar um trabalho formativo com as famílias sobre violências; direito que todas as pessoas possuem de acesso à ciência. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve os temas presentes no texto.

O 5º encontro do curso ocorreu no dia 01/09/2022, com participação de 13 pessoas e tratou sobre os dados atuais da violência sexual contra crianças e adolescentes (UNICEF, 2021). O tema promoveu debates sobre a responsabilidade da docência em formação no tema de prevenção de violência sexual infantil e falta de formação neste tema para o professorado; indignação com os dados que indicam que a VS ocorre majoritariamente dentro do ambiente familiar; preconceitos com a efetivação da educação sexual dentro das escolas; falta de dados concretos no registro de ocorrências de violências sexuais e necessidade de uma vontade política em uniformizar os dados para auxiliar em investigações no tema; obrigatoriedade na área de medicina em registrar denúncia de possíveis casos de violência; necessidade de realizar o trabalho preventivo da violência sexual sem medo de retaliações; função da escola em cobrar retorno do CT em casos denunciados pela instituição; e importância de materiais que indiquem para docentes quais os passos para denunciar casos suspeitos ou constatados na escola. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve os temas presentes no texto, trazendo ainda, resultados de outras pesquisas sobre os dados atuais da VS infantil.

O 6º encontro foi substituído por um trabalho valendo presença no curso, devido a um feriado prolongado que ocorreu próximo no dia 08/09/2022, data que seria o encontro. A atividade foi entregue por 11 cursistas e teve as seguintes questões a serem investigadas: (1) Destaque de um parágrafo, conteúdo ou ideia do texto base (BRINO e WILLIAMS, 2003) que chamou atenção e justificativa da resposta; (2) Destaque de um parágrafo, conteúdo ou ideia do texto complementar (ELSEN, *et al.*, 2011) que chamou atenção e justificativa da resposta; e (3) Comentários sobre o desenvolvimento do curso até agora e sobre a moderação do mesmo (apontamentos e sugestões). Quanto às respostas da atividade, foi possível identificar a reflexão sobre a falta de conhecimento sobre o ECA e precariedade na formação docente para tratar de prevenção de violências; dificuldade em identificar crianças que estão passando por VS; necessidade de estabelecimento de redes de proteção entre educação, saúde e sistema judiciário;

importância de ter formações que possuem base em evidências científicas para atuar neste tema. Em relação a moderação e aos textos dos encontros as respostas foram positivas e elogiosas.

O 7º encontro do curso ocorreu em 15/09/2022 e tratou especificamente do tema de prevenção de violências, acolhimento e formas de encaminhamento de denúncias (UNICEF, 2019). Com a presença de 9 pessoas, foi possível conversar sobre o MDPRC e Comunidade de Aprendizagem; deficiência nos dados sobre VS infantil; violência presente no cotidiano escolar após a volta do distanciamento social provocado pela pandemia de COVID-19; a importância do professorado na identificação e encaminhamento de suspeitas ou constatação de abuso sexual contra crianças; necessidade de agir de acordo com os dados científicos em momentos de prevenção e constatação de violências. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve os temas presentes no texto. Além disso, nesta apresentação trouxemos as últimas evidências científicas sobre formas de prevenção de abuso sexual presencial e também realizado de forma online.

O 8º encontro do curso aconteceu em 22/09/2022 promovendo discussões sobre a Formação Pedagógica Dialógica (ROCA *et al.*, 2020). Neste dia, tivemos a participação de 8 pessoas e as discussões realizadas foram sobre a esperança de transformação social que o texto trouxe; AEEs como ações de segurança para promover prevenção de violências e boa convivência no espaço escolar; crianças com deficiência em um lugar de mais vulnerabilidade de sofrer VS; dificuldade em promover espaços preventivos durante a pandemia de COVID-19 e possibilidades que o texto apresenta para realização da prevenção de VS, tanto presencial como de forma online. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve as AEEs trazidas no texto trabalhado, bem como outras possibilidades de prevenção ao abuso sexual infantil.

O 9º encontro ocorreu em 29/09/2022 e teve a presença de 5 participantes e tratamos do tema da caracterização do abuso sexual infantil, por meio de três capítulos de um livro na temática (SANDERSON, 2005). Neste dia, devido ao conteúdo sensível do livro, optamos por iniciar com a apresentação dos temas tratados nos capítulos, na intenção de guiar as reflexões abordadas. Diante da leitura e da apresentação inicial, as discussões foram sobre a importância da educação sexual para prevenção de VS; cultura permissiva no Brasil em relação a violências contra crianças e adolescentes; diferenciação

entre os termos pedofilia e abusador sexual; inibidores externos, ou seja, sociais, para prevenção de violência sexual e inibidores internos de cada indivíduo; Modelo Ecológico para prevenção de violências; sedução realizada pelo abusador de crianças; e Tertúlias Dialógicas como instrumento para enxergar emoções, sentimentos e riscos sociais que não enxergávamos sozinhos.

No 10º encontro, ocorrido no dia 06/10/2022, teve a presença de 9 participantes do curso e como tema a caracterização, aliciamento e impacto do abuso sexual infantil (SANDERSON, 2005). Neste dia, novamente devido ao conteúdo sensível do livro, optamos por iniciar com a apresentação dos temas tratados nos capítulos, na intenção de guiar as reflexões abordadas. Diante da leitura de mais três capítulos do livro trabalhado e da apresentação inicial, surgiram reflexões sobre desnaturalização da violência com crianças; formas de retirar o protagonismo da criança que teve ações violentas e proteção da vítima; segurança em falar sobre prevenção quando é com base em evidências científicas; e comunicação entre as participantes do curso enquanto rede de apoio e troca de experiências.

No 11º encontro do curso, que ocorreu em 13/10/2022, finalizamos a leitura do livro tratando sobre os temas de sinais de VS, proteção e prevenção do abuso sexual infantil (SANDERSON, 2005). Para finalização do livro, continuamos com a apresentação inicial devido ao conteúdo sensível dos temas abordados na intenção de guiar as reflexões abordadas. Neste dia, houve a participação de 7 cursistas. A apresentação inicial e a leitura deu origem a discussões sobre a importância de não fechar os olhos para suspeitas de VS nas escolas; dificuldade em identificar sinais de crianças que sofrem violências; responsabilidade docente em denunciar diante de qualquer suspeita de VS contra crianças; necessidade de uma educação emocional e também educação sexual nas escolas; não esperar para denunciar casos suspeitos de VS quando revelados no ambiente escolar; o abusador nem sempre é um adulto, pode ser um adolescente; atração pela violência e confusão entre violência e amor; áreas da psicologia que tentam explicar a motivação do agressor sexual; e realização de debates públicos sobre a prevenção de VS contra crianças.

O 12º encontro do curso ocorreu em 20/10/2022, com a participação de 9 pessoas. O tema trabalhado foi sobre Tertúlias Dialógicas (MELLO, 2003) e despertou discussões sobre a criação de sentido presente nas Tertúlias Dialógicas Pedagógicas; percepção de que é possível trabalhar a prevenção de violências sexuais, sendo este tema tão delicado; relatos de experiências das cursistas com Tertúlias; segurança advinda dos textos e das

discussões no curso para realização de formações com docentes sobre Tertúlias e também sobre a prevenção de VS infantil; Comunidades de Aprendizagem e AEEs como atividades com base em ciência para promover prevenção de violências; sentimento de reencontro com o que é belo, bom e verdadeiro presente nas Tertúlias Dialógicas; desfecho de denúncias realizadas por docentes neste tema; perseguição do docente que denuncia a VS infantil e violência de segunda ordem; e necessidade de consenso realizado entre direção escolar e demais funcionários sobre formas de denúncia de violências suspeitas ou constatadas na escola. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve as AEEs trazidas no texto trabalhado, bem como evidenciar novamente os sete princípios da Aprendizagem Dialógica e dinâmica das Tertúlias Dialógicas.

O 13º encontro ocorreu em 27/10/2022, com a participação de 7 cursistas. O tema deste encontro foi sobre o MDPRC (CREA, 2017) e promoveu discussões sobre relato de experiências do MDPRC; tempo para implementação do MDPRC em escolas; necessidade de resolver conflitos mediante a consenso de normas estabelecidas nas escolas; socialização preventiva da violência contra crianças e jovens para criação de um ambiente seguro; inclusão da família no espaço escolar; educação do sentimento de amizade para promover boas relações e prevenção de violências. No final deste encontro realizamos uma apresentação de slides, com duração entre 15 e 20 minutos, com a intenção de condensar de forma breve as AEEs trazidas no texto trabalhado, bem como evidenciar minuciosamente os passos de implementação do MDPRC nas escolas.

No 14º e penúltimo encontro do curso, ocorrido em 10/11/2022, não foi proposto a leitura prévia de nenhum texto, mas sim a realização de uma atividade sobre um estudo de caso vivido ou conhecido, com as seguintes questões: (1) descrição um caso de abuso sexual que enfrentado na escola ou fora dela. Relato deste caso, ou seja, como foi, quem estava envolvido, a sequência de acontecimentos, os sentimentos vivenciados e o desfecho da situação; (2) indicação de confusão da situação com base nas indicações dadas pela Secretaria de Educação do Município de Campo Limpo Paulista/SP, disponibilizados por uma colega do curso que facilitou as orientações que recebeu enquanto coordenadora de uma escola; (3) enquanto professora da educação básica, qual trabalho poderia realizar como prevenção junto a estudantes e junto a famílias; e (4) no papel de coordenadora, ou diretora, como trabalharia com professores(as) a formação em prevenção de abuso e violência contra crianças e adolescentes.

A atividade foi entregue anteriormente ao encontro da semana e durante o encontro online, com a presença de 9 pessoas, discutimos dois casos relatados, devido ao tempo de aula. Para discussão, propomos um roteiro a ser seguido, com intenção de tipificação da violência ocorrida, quanto a quem foram as vítimas, os agressores, qual o tipo de violência sexual sofrida pela vítima, para quem o caso foi relatado, o que a pessoa que recebeu o caso fez após a denúncia e qual o posicionamento que a gestão e direção escolar teve diante o caso de violência. Em seguida, o direcionamento foi para que pensássemos em conjunto avaliando o encaminhamento que do caso de violência sexual relatado, usando como parâmetro todos os materiais que estudamos durante o curso. Por fim, também em conjunto, criamos um plano de ação preventivo para implementação na escola do caso constatado.

O primeiro caso exposto não tratava especificamente de uma violência sexual e ocorreu na educação infantil. Trata-se de um caso em que uma criança levou para a escola - em uma sexta-feira, no dia em que as crianças eram autorizadas a levar brinquedos para a escola - uma boneca que continha drogas no seu interior. A professora, ao perceber o conteúdo da boneca, a retirou da criança e guardou-a em um armário até segunda-feira. Na segunda-feira de manhã a professora relatou a ocorrência para a direção escolar que por sua vez, acionou o CT que apreendeu a boneca. A família da criança foi até a escola em busca de recuperar o brinquedo, com a alegação que não sabia do conteúdo e que as drogas não pertenciam a família da criança. A professora que denunciou o caso, não teve apoio de outros profissionais escolares e tirou licença da escola, se afastando do ambiente escolar. Ao retornar, pediu transferência de escola e não teve mais nenhuma informação sobre o caso denunciado.

A discussão do caso teve reflexões sobre a falta de uma rede de apoio na realização da denúncia e também na forma negligente que a professora teve ao esperar para relatar o caso, colocando a criança em maior situação de risco de violências. Além disso, a professora que denunciou sofreu violência de segunda ordem, quando a pessoa que denuncia passa a sofrer violência por ter se posicionado publicamente ao lado da vítima. A ausência de apoio da direção escolar e a falta de retorno do CT foram criticadas pelas cursistas. Foi consenso de que o caso deveria ser relatado imediatamente para o CT realizar intervenção. Sobre o plano de ação deste caso as reflexões foram sobre estabelecer maior contato entre escolas e CT e que os profissionais escolares se envolvam na eleição dos conselheiros tutelares, na intenção de eleger uma pessoa que apoie a escola e esteja em constante contato com a instituição. Ademais, a necessidade de realizar

formações no tema para o professorado e atividades de prevenção ao abuso sexual infantil nas escolas.

O segundo caso exposto foi um relato espontâneo realizado por uma criança para uma professora de apoio, na qual ela via duas vezes na semana. Trata-se de um caso com poucas informações e que já foi encaminhado antes da criança entrar para a escola em que frequentava. A violência foi perpetrada por adolescentes que eram primos da vítima e a vítima teve auxílio médico apoiado pela irmã mais velha, com a qual residia. Neste relato em específico, a escola já tinha conhecimento prévio da violência sexual sofrida pela criança, mas não tinha mais informações sobre os encaminhamentos realizados e não possuía parâmetros de como ajudar a vítima a superar o ocorrido.

Na discussão desse relato, conversamos sobre o sofrimento que a vítima ainda vivenciava diante da violência que ocorreu com ela e possibilidades que a escola poderia ter para criação de um ambiente acolhedor e dialógico para essa criança. No plano de trabalho traçado diante dessa ocorrência, as Tertúlias Dialógicas surgiram como um espaço que poderia auxiliar a criança a superar o abuso sexual. Além disso, falamos sobre a necessidade da prevenção contra a VS a ser implementada nas escolas, também como prevenção de que adolescentes se tornem abusadores. A promoção de espaços formativos com as famílias e o professorado no tema também foi discutida, na intenção de fazer presente a discussão da prevenção de violências contra crianças.

Os casos de abuso sexual infantil estudados foram diferentes entre si, tendo vítimas e agressores diferentes, em situações distintas. Desta maneira, foi possível articular um diálogo sobre formas de prevenção em cada caso e também lembrar de temas e encaminhamentos sugeridos ao longo do curso, como fonte de conhecimento e de consulta para atuar diante de casos constatados na escola.

No 15º e último encontro, com a participação de 8 cursistas, realizamos o grupo focal comunicativo. No início, explicamos um pouco sobre os encaminhamentos da pesquisa realizada durante os encontros e também sobre as formas de coleta de dados: diários comunicativos, questionários estruturados e grupo focal comunicativo. Seguimos contando do que se trata um grupo focal comunicativo e em seguida, como seria a dinâmica do encontro.

Sendo assim, iniciamos com um relato breve sobre todos os temas e os textos tratados durante o curso, depois sobre as impressões advindas do diário comunicativo realizado pela pesquisadora durante todos os encontros. Neste momento, foram expostos os temas que foram mais comentados durante as intervenções, sendo eles: discussão sobre

a importância das evidências científicas para realização de prevenção e encaminhamento de casos de abuso sexual infantil; críticas ao CT em relação a pouca articulação com a escola e por vezes, casos de omissão; questões sobre acolhimento da vítima e papel docente diante das denúncias; formas de denúncias e redes de apoio para fortalecimento de quem denuncia e também da vítima; importância da educação sexual enquanto disciplina curricular nas escolas; necessidade de incluir as famílias no espaço escolar e na discussão sobre as diversas violências que acometem crianças e adolescentes; necessidade de formação inicial e continuada neste tema para o professorado; temas advindos do livro estudado (SANDERSON, 2005), como formas de aliciamento das crianças, identificação de sinais, exemplos trazidos pelo livro e formas de prevenção de violência sexual infantil; socialização preventiva; atração pela violência; e por fim, a discussão das Tertúlias Dialógicas, do MDPRC e do Clube de Valentes como possibilidades seguras para prevenção de abuso sexual infantil a serem realizadas nas escolas. O Quadro 4 sintetiza dos encontros do curso.

Quadro 4 – Cronograma do curso

DATAS	TOTAL DE PARTICIPANTES	TEMAS	TEXTOS
1º Encontro Síncrono 04/08	12	Aprendizagem Dialógica	<p>Texto base: BRAGA, F. M.; MELLO, R. R.; PAULA, L. C. de. A transformação da educação dentro do atual contexto: uma articulação necessária entre sujeito e estrutura. Interações. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.25755/int.9744</p> <p>Texto complementar: BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa; MELLO, Roseli Rodrigues. Aprendizagem dialógica: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito para todos(as). Coleção UAB-UFSCar. 2012. Disponível em: http://audiovisual.uab.ufscar.br/impresso/2016/PE/Pe_FabianaMarini_AprendizagemDialogica.pdf</p> <p><i>Atividade sobre os textos.</i></p>

Quadro 4 – Cronograma do curso (cont.)

DATAS	TOTAL DE PARTICIPANTES	TEMAS	TEXTOS
2º Encontro Síncrono 11/08	16	Tertúlia Dialógica Pedagógica	SILVA, A. R. N.; BRAGA, F. M.; MELLO, R. R. Formação pedagógica em aprendizagem dialógica em tempos de distanciamento social. Revista Humanidades & Inovação . v.8, n.40, p. 252-267. 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesei-novacao/article/view/5102 <i>Atividade sobre o texto.</i>
3º Encontro Síncrono 18/08	13	Caracterização da Violência	DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. Ciênc. saúde coletiva 11. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/jGnr6ZsLtwkhvdkrd-fhpcdw/abstract/?lang=pt <i>Atividade sobre o texto.</i>
4º Encontro Síncrono 25/08	11	Direitos das crianças e adolescentes	Texto base: BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069 , 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. ano 1990, Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf Material complementar: UNICEF. História dos direitos das crianças . Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca <i>Atividade sobre os textos.</i>
5º Encontro Síncrono 01/09	13	Dados atuais da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil	UNICEF Brasil. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil . 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil . <i>Atividade sobre os textos.</i>

Quadro 4 – Cronograma do curso (cont.)

DATAS	TOTAL DE PARTICIPANTES	TEMAS	TEXTOS
6° Encontro Assíncrono 08/09	10	Formação de Professores no tema	<p>Texto base: BRINO, R. F; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 113-128, julho/2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a06.pdf</p> <p>Texto complementar: ELSSEN, I.; PROSPERO, E. N. S.; SANCHES, E. N.; FLORIANO, C.J.; SGROTT, B.C Escola: Um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Psicologia Argumento, Curitiba, jul./set., v. 29, n. 66, p.303-314, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321285823_Escola_Um_espaco_de_revelacao_da_violencia_domestica_contra_crianças_e_adolescentes1/fulltext/5a18c97ea6fdcc50ade7ea15/Escola-Um-espaco-de-revelacao-da-violencia-domestica-contra-crianças-e-adolescentes1.pdf</p> <p><i>Atividade sobre os textos valendo presença.</i></p>
7° Encontro Síncrono 15/09	10	Prevenção de violência	<p>Texto base: UNICEF Brasil. A educação que protege contra violência. 2019. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-que-protege-contra-violencia</p> <p>Texto complementar: Entrevista a Lidia Puigvert. <i>Violencia 0 desde los 0 años. Hablamos de Cuestión de género</i>. núm. 75 pp. 28-31. 2014. Disponível em: https://adarrablog.files.wordpress.com/2016/03/ai07511_lidia.pdf</p> <p>Material complementar: Site Childhood Brasil. Disponível em: https://www.childhood.org.br/ e site Maio Laranja. Disponível em: https://maiolaranja.org.br/</p> <p><i>Atividade sobre os textos.</i></p>
8° Encontro Síncrono 22/09	8	Formação Pedagógica Dialógica	<p>Texto base: ROCA, E. <i>et al. Schools That ‘Open Doors’ to Prevent Child Abuse in Confinement by COVID-19. Sustainability</i>. 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/2071-1050/12/11/4685/htm</p> <p><i>Atividade do texto.</i></p>

Quadro 4 – Cronograma do curso (cont.)

DATAS	TOTAL DE PARTICIPANTES	TEMAS	TEXTOS
9º Encontro Síncrono 29/09	5	Caracterização do abuso sexual infantil	SANDERSON, Christiane. Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores na proteção à criança contra abusos sexuais e pedofilia. Editora: M. Books. 2005. Capítulos 1, 2 e 3 <i>Atividade sobre os capítulos do livro.</i>
10º Encontro 06/10	9	Caracterização, aliciamento e impacto do abuso sexual infantil. Clube de Valentes.	SANDERSON, Christiane. Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores na proteção à criança contra abusos sexuais e pedofilia. Editora: M. Books. 2005. Capítulos 4, 5 e 6 LONGAS, E.; RODRÍGUEZ, C. P. <i>El club de valientes de la comunidad de aprendizaje</i> CPI Sansomendi PI. Padres y Maestros/Journal of Parents and Teachers , n. 367, p. 38-41, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.14422/pym.i367.y2016.007 . Acesso em: 18 nov. 2022. <i>Atividade sobre os capítulos do livro.</i>
11º Encontro Síncrono 13/10	7	Sinais, proteção e prevenção do abuso sexual infantil	SANDERSON, Christiane. Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores na proteção à criança contra abusos sexuais e pedofilia. Editora: M. Books. 2005. Capítulos 7, 8, 9 e 10 <i>Atividade sobre os capítulos do livro.</i>
12º Encontro Síncrono 20/10	9	Prevenção de violência e as Tertúlias Literárias Dialógicas	Texto base: MELLO, Roseli Rodrigues de. Tertúlia Literária Dialógica: espaço de aprendizagem dialógico. Revista Contrapontos . 3(3). 2003. Disponível em: https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/740 Texto complementar: CREA. Tertúlia Dialógica . Caderno (adaptado). 2017. https://www.comunidadedeaprendizagem.com/uploads/materials/6/580d15e17ff1060840d2c6606046dc28.pdf Vídeo complementar: Tertúlias Dialógicas Literárias - Exemplos na Prática. Instituto Natura. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=H90ox_Ic7c8 <i>Atividade sobre os textos.</i>

Quadro 4 – Cronograma do curso (cont.)

DATAS	TOTAL DE PARTICIPANTES	TEMAS	TEXTOS
13° Encontro Síncrono 27/10	7	Prevenção de violência e o Modelo de Prevenção e Resolução de Conflitos.	Texto base: CREA. Modelo Dialógico de Prevenção e Resolução de Conflitos . Caderno 7 (adaptado). 2017. Disponível em: https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/11/bc6c20e9fc389303db3dde2635fe86b5.pdf Texto complementar: CREA. A convivência e seu desenvolvimento . Periódico Escuela. No. 6. março/2012. <i>Atividade sobre os textos.</i>
14° Encontro Síncrono 10/11	9	Análise de casos	Neste encontro conversaremos sobre análise de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. <i>Atividade sobre estudos de caso.</i>
15° Encontro Síncrono 17/11	8	Grupo focal comunicativo e síntese das aprendizagens do curso	Grupo focal comunicativo e síntese das aprendizagens construídas ao longo do curso. <i>Atividade de preenchimento do 2° formulário google.</i>

Em suma, o curso teve o total de 14 encontros síncronos, via Plataforma *Meet* e um encontro assíncrono, no qual as participantes fizeram uma atividade valendo presença. Além disso, como dito anteriormente, a cada semana, foi proposta uma atividade com questão única, a ser entregue via Plataforma *Classroom*, sobre um destaque do texto trabalhado em cada encontro e breve justificativa deste destaque.

5.3. Desenvolvimento da pesquisa

Conforme indicado anteriormente, o objetivo da pesquisa foi o de analisar limites e possibilidades de um curso de formação continuada em perspectiva dialógica, em formato de Tertúlias Pedagógicas Dialógicas, quanto à mudança de concepções e argumentações dos participantes.

A hipótese que sustentou esse objetivo é que as práticas pedagógicas dialógicas realizadas em torno de textos científicos podem promover maior efetividade na formação

docente para a prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes, o que se revelou por meio de mudanças de concepções e de relatos de atuação na prática docente. Tratou-se, portanto, de uma hipótese alternativa/direcional, conforme indica Creswell (2010, p.166-167), relacionada à produção sobre o modelo de Formação Pedagógica Dialógica (SILVA, BRAGA e MELLO, 2021).

Os objetivos específicos de pesquisa foram:

- (a) identificar concepções iniciais dos participantes quanto à violência sexual infantil, quanto à sua caracterização, motivos de ocorrência, formas de identificação e formas de intervenção para preveni-la e para acolher as vítimas em caso de ocorrência constatada;
- (b) ao final do curso, analisar com cada participante se houve mudança de concepção e de atuação (questionário estruturado) a respeito dos temas tratados (caracterização, motivos de ocorrência, formas de identificação e formas de intervenção para prevenir violência sexual contra crianças e adolescentes e para acolher as vítimas em caso de ocorrência constatada);
- (c) ao final do curso, analisar com os participantes, por meio de grupo focal comunicativo, elementos excludentes e elementos transformadores do curso, produzindo-se lista de recomendações a formadores dedicados à temática, no formato de Tertúlias Pedagógicas Dialógicas.

Consideramos que o processo de pesquisa se resume em uma atividade científica básica que, por meio de questionamentos e reconstrução da realidade, fomenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade, pois à luz de teoria e ação, “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p. 17). É essencial que uma pesquisa científica exponha seus procedimentos metodológicos, tais como o universo delimitado, o instrumento de coleta de dados, o detalhamento das fontes e as bases pesquisadas: “de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 39).

Ao escolher uma metodologia de pesquisa, escolhemos também uma maneira de caminhar no mundo durante a investigação, construindo, compreendendo e transformando a realidade conjuntamente com quem vive a dimensão dela focalizada (GABASSA, 2009). Em vista disso, utilizamos como base teórica-metodológica a Metodologia Comunicativa (MC), que se apoia em conhecimentos da psicologia, da

filosofia, da sociologia e da educação para compreender a dualidade do objeto e do sujeito ao considerar a intersubjetividade, reflexão e autorreflexão.

A MC foi elaborada pelo CREA, da Universidade de Barcelona/Espanha, e é utilizada em pesquisas desde a década de 1990 na Europa; no Brasil, vem sendo amplamente difundida a partir de 2001, pelo NIASE, da Universidade Federal de São Carlos.

Com base na Aprendizagem Dialógica, essa metodologia contribui para uma sociedade mais justa e igualitária, na medida em que luta pela superação de desigualdades sociais, de gênero, raciais, étnicas, culturais e educacionais. Estamos diante de uma metodologia em que o diálogo tem um papel fundamental, pois com base em Gómez *et al.* (2006), o diálogo é transformador e, sendo assim, capaz de mudar contextos desfavoráveis, além de prevenir e resolver conflitos e violências.

Essa metodologia é pautada na racionalidade comunicativa, considera o diálogo intersubjetivo entre iguais, na intenção de evidenciar a reflexão dos próprios atores, suas interpretações e motivações na construção de conhecimento (FLECHA; GÓMEZ; PUIGVERT, 2010; GÓMEZ *et al.*, 2006), pois cada pessoa é “capaz de refletir sobre o mundo em que vive, em comunhão com outras pessoas, e de agir na transformação desse mesmo mundo” (BRAGA; GABASSA; MELLO, 2010, p.35).

Ao todo, 9 pessoas, todas mulheres, frequentaram o curso e entregaram todas as atividades. Elas foram assim consideradas as participantes da pesquisa.

5.3.1. Forma de coleta e de análise dos dados.

Para Gómez *et al.* (2006), na Metodologia Comunicativa, pode-se utilizar qualquer forma de coleta de dados, pois o que importa é que a orientação comunicativa se utiliza na técnica para recolher as informações. De acordo com Creswell (2007), as estratégias de pesquisa contribuem para a técnica de pesquisa geral. Se um conceito ou fenômeno precisa ser compreendido por haver poucas pesquisas na área, a estratégia mais útil é a qualitativa. Em vista disto, a presente pesquisa é conduzida por um estudo qualitativo, por possuir caráter exploratório.

Bogdan e Biklen (1994) compreendem que os levantamentos sociais possuem uma importância particular para investigação qualitativa em educação, pois se relacionam diretamente com os problemas sociais e sua posição entre a narrativa e o estudo científico.

Dito isto, percorremos os seguintes caminhos na análise de dados (I) organização dos dados e produção das categorias de análise; (II) sistematização das informações em quadros de análise correlacionando categorias e dimensões excludentes e transformadoras; (III) interpretação e validação dos dados de forma dialogada com as pessoas participantes do curso.

Existem várias formas e técnicas de coleta de dados, que podem se configurar como instrumentos ou meios para a pessoa pesquisadora chegar à determinada resposta da questão de pesquisa. Na MC, articulando sistema e mundo da vida busca-se as interpretações, significados, diálogos e relatos de pessoas participantes da investigação, sem falsear a realidade (GÓMEZ *et al.*, 2006). Nesta investigação utilizamos três técnicas de coletas de dados: formulários estruturados, observação comunicativas e grupo focal comunicativo.

Na inscrição online, as pessoas participantes preencheram dois formulários google individual de forma online. No primeiro formulário, foi necessário assinalar anuência no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado de forma online com as devidas informações sobre a pesquisa e os encontros. Posteriormente, todos os TCLEs foram assinados individualmente por todas as pessoas envolvidas no curso, participantes, orientadora e pesquisadora. As deste formulário continham os seguintes conteúdos: (I) Perguntas de cunho pessoal para caracterização das e dos participantes: nome completo, sexo, e-mail, cidade onde trabalha e idade; (II) Idade de crianças ou adolescentes trabalham enquanto docente; (III) Motivo de se inscreverem no curso, e (IV) sobre o que sabem e o que pensam sobre violência sexual infantil quanto à sua caracterização, motivos de ocorrência, formas de identificação e formas de intervenção para preveni-la e para acolher as vítimas em caso de ocorrência constatada na escola.

O segundo formulário foi aplicado na semana final do curso com a intenção de coletar dados sobre as aprendizagens e também sobre as dimensões excludentes e transformadoras observadas pelas pessoas participantes. As questões foram questões objetivas de múltipla escolha e também questões dissertativas, com os seguintes conteúdos: (I) Perguntas de cunho pessoal para caracterização das e dos participantes: nome completo, sexo, e-mail, cidade onde trabalha e idade; (II) conteúdos do curso, ou seja, quanto as aprendizagens para prática profissional e pessoal, discussões e reflexões proporcionadas durante o curso; e (III) dinâmica geral do curso, isto é, referente a sua

relevância, aos textos escolhidos, atividades, moderação da Tertúlia Dialógica e formato em que o curso ocorreu.

A observação comunicativa é a feitura de um diário de campo, realizado durante todos os encontros, que permite à pessoa investigadora anotar percepções no momento do fenômeno analisado, além das versões de outras pessoas envolvidas. Essa observação exige diálogo igualitário e interpretação intersubjetiva da realidade. Ademais, essa técnica permite conhecer e registrar a realidade social do grupo, descrevendo situações, reflexões e diálogos durante o momento em que o grupo está reunido, sendo assim, ao final dos encontros, um diálogo sobre as anotações é realizado para consensuar os aspectos observados e desta forma, possibilita dar novos sentidos à realidade (GÓMEZ *et al.*, 2006).

Para Gómez e colaboradores (2006) um grupo focal comunicativo é uma estratégia amplamente difundida em investigações de caráter social e utiliza o diálogo igualitário entre várias pessoas pertencentes a um grupo, com o objetivo de analisar a subjetividade individual com a intersubjetividade das pessoas envolvidas. O grupo focal tem como objetivo discutir e refletir sobre uma situação, caminhando por meio da argumentação a consensos em torno do tema analisado. Sendo assim, esse instrumento possibilita reunir diálogos com diferentes interpretações e experiências múltiplas, o que promove grandes aprendizagens

De maneira mais específica, pode-se afirmar que, na divulgação do curso, já se disponibilizou a informação de que se trataria de uma pesquisa de mestrado, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e que as pessoas matriculadas estariam concordando com serem participantes da pesquisa, assinando naquele ato o termo de consentimento livre e esclarecido. Uma vez inscrita, cada pessoa participante respondeu o primeiro formulário online. No decorrer do curso, os encontros foram gravados e a transcrição das gravações comporão dados de processo. Por fim, ao final do curso, as pessoas concluintes preencheram um novo questionário on-line, agora com questões abertas e fechadas, mas cujos dados ainda não foram organizados e analisados. Houve também, no último encontro, um grupo focal comunicativo, conforme descrito no item sobre o curso.

É importante indicar que os dados foram organizados, analisados e consensuados com as pessoas concluintes.

Para a análise de dados, eles foram organizados por categorias de análise de conteúdo. Para organização e produção das categorias de análise, utilizamos o processo de codificação ao reunir informações sobre as pessoas, lugares, contextos e fenômenos.

Esse processo de codificação é dividido em três momentos: codificação aberta que corresponde às categorias geradas com base em informações; codificação axial refere-se a seleção de cada teoria dentro de um modelo teórico; e codificação seletiva que consiste em narrar uma história da interconexão dessas categorias (CRESWELL, 2010).

Sob a vertente da MC, de acordo com Gómez *et al.* (2006), os dados podem ser analisados a nível de categorias e dimensões, suficientes para uma análise com rigor científico. Nesse nível, as categorias analisadas cruzam-se com as dimensões excludentes e transformadoras. Posto isto, os dados serão sistematizados em quadros que permitem o reconhecimento de elementos excludentes e elementos transformadores (SILVA, BRAGA e MELLO, 2021). Os dados desta pesquisa foram interpretados e validados de forma dialogada com as pessoas participantes, com base no princípio de diálogo igualitário, durante o grupo focal comunicativo (GÓMEZ *et al.*, 2006). Isto não significa abrir mão da análise da pesquisadora, mas evidenciar que as pessoas participantes são igualmente capazes de interpretar a realidade em que vivem, conforme a MC, e deste modo, a partir de diferentes interpretações, transformar contextos desfavoráveis por meio da interação e do diálogo. Além disso, partimos do pressuposto de que todas e todos têm competência comunicativa linguística (HABERMAS, 2012), desta forma todos os sujeitos envolvidos na pesquisa podem ajudar a construir conhecimento. Desta maneira, que os dados são dialogados entre pesquisadora e participantes; a pesquisadora argumenta a partir das pesquisas nacionais e internacionais realizadas sobre o tema e os participantes com base em suas vivências e conhecimentos.

É importante sinalizar que o presente projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado (Número da aprovação do Comitê de Ética – UFSCar: 5.344.359). Destaca-se, ainda, que todas as etapas, foram permeadas pela regulamentação do Comitê.

Durante a realização da pesquisa, no que se refere ao plano de gestão de dados, os arquivos gerados foram mantidos no Drive Institucional relacionado à conta da pesquisadora responsável, passível de backup, pelo período mínimo de 5 anos após a sua conclusão. Outros pesquisadores do NIASE poderão ter acesso a eles quando solicitado para realização de outras análises, mediante aprovação da pesquisadora e da orientadora. Pesquisadores e pesquisadoras externos ao grupo poderão ter acesso aos dados, mediante solicitação justificada, analisada pela pesquisadora e pela orientadora. Em qualquer um dos casos, a identidade dos participantes será mantida em segredo pela pesquisadora e pela orientadora.

6. RESULTADOS

Os dados foram coletados com base na MC, considerando a articulação entre sistema e mundo da vida (HABERMAS, 2012), buscando interpretações, diálogos e relatos das participantes da pesquisa (GÓMEZ *et al.*, 2006). Para isto, os instrumentos de coleta de dados foram: dois formulários estruturados, observação comunicativa por meio do diário comunicativo e grupo focal comunicativo.

Para isto, percorremos os seguintes caminhos na análise de dados (I) organização dos dados e produção das categorias de análise; (II) sistematização das informações em quadros de análise correlacionando categorias e dimensões excludentes e transformadoras; (III) interpretação e validação dos dados de forma dialogada com as pessoas participantes do curso. Passemos aos dados e às análises.

6.1 A aprendizagem no curso: ponto de partida e ponto de chegada.

Lembramos aqui que todas as pessoas que concluíram o curso são do Estado de São Paulo, cinco atuam enquanto professoras em escolas de São Carlos/SP, sendo elas, Eliane, Fabiana, Lara, Priscila e Rosana, com crianças e adolescentes de 6 a 18 anos de idade. Alice atua como coordenadora escolar em uma escola em Mococa/SP e Jéssica atua como coordenadora pedagógica em uma escola de Campo Limpo Paulista/SP, ambas com crianças de 6 a 12 anos de idade. Amanda trabalha como professora em uma escola de Campinas/SP com bebês e crianças de 0 a 5 anos de idade e por fim, Rosa, atua como professora em uma escola de Santa Rita do Passa Quadro/SP, com crianças de 6 a 12 anos de idade.

A faixa etária das pessoas que concluíram o curso, em sua maioria, é de mulheres com mais de 30 anos de idade, atingindo a faixa dos 60 anos. Fabiana e Lara possuem entre 30 a 40 anos; Alice, Amanda e Rosana encontram-se na faixa dos 40 a 50 anos de idade; Eliane, Priscila e Rosa, possuem entre 50 e 60 anos; e apenas Jéssica tem idade entre 25 e 30 anos.

Quadro 5 - Caracterização das participantes do curso.

Nome fictício	Idade	Localidade	Profissão em que atua	Idade das crianças que trabalha
Alice	40 a 50 anos	Mococa/SP	Coordenação escolar	6 a 12 anos
Amanda	40 a 50 anos	Campinas/SP	Coordenação escolar	0 a 5 anos
Eliane	50 a 60 anos	São Carlos/SP	Professora	6 a 12 anos
Jéssica	25 a 30 anos	Campo Limpo Paulista/SP	Coordenadora Pedagógica	6 a 12 anos
Fabiana	30 a 40 anos	São Carlos/SP	Professora	0 a 5 anos
Lara	30 a 40 anos	São Carlos/SP	Professora	6 a 12 anos
Priscila	50 a 60 anos	São Carlos/SP	Professora	0 a 12 anos
Rosa	50 a 60 anos	Santa Rita do Passa Quatro/SP	Professora	6 a 12 anos
Rosana	40 a 50 anos	São Carlos/SP	Professora	0 a 18 anos

Para aprofundamento da descrição sobre cada uma das participantes, e sobre o que sabiam de início sobre a prevenção de violência sexual contra crianças, utilizamos o questionário de sondagem respondido por elas na inscrição do curso. Para ter noção do que elas aprenderam no curso, trazemos também o indicado por elas no questionário 2 respondido ao final da oferta, comparando os dois conteúdos. Os dados podem ser visualizados nos quadros de número 6 a 10, que serão abaixo apresentados. Primeiro, localizamos, uma a uma, cada participante, já dando elementos sobre suas aprendizagens no curso. Depois, aprofundamos as considerações sobre o curso em si.

6.2.1 Participante Alice

Alice é uma mulher que possui entre 40 e 50 anos de idade e é coordenadora escolar em uma escola de ensino fundamental de Mococa/SP que também é uma Comunidade de Aprendizagem. Trabalha com crianças de 6 até 12 anos de idade. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo 3 faltas justificadas.

O interesse de Alice em participar do curso ocorreu após a realização de um curso online na instituição *Childhool* sobre escuta protegida de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Neste sentido, por ter realizado tal curso e também por ser coordenadora escolar, essa participante demonstrou ter um conhecimento prévio sobre o tema, reconhecendo algumas formas de prevenção, identificação e denúncias. Ao se inscrever, Alice expôs que gostaria de saber mais sobre o tema para capacitar as e os professores da escola em que atua.

Além disso, Alice demonstrou, logo no início do curso, o conhecimento sobre o funcionamento do Conselho Tutelar (CT) e reconhecimento da educação sexual como fonte de prevenção de VS contra crianças e adolescentes. Para além disso, devido a escola em que está inserida ser uma Comunidade de Aprendizagem, Alice também tinha conhecimento sobre outros conteúdos que foram tratados no curso, mais diretamente, as AEEs e já havia vivenciado algumas delas, como a Tertúlia Dialógica Literária e o MDPRC.

Após o curso, Alice declarou no questionário final e no grupo focal comunicativo que aprendeu conteúdos que poderá utilizar em sua prática como coordenadora escolar, por exemplo, a Tertúlia Dialógica Pedagógica, que já realizara no próprio decorrer do curso com o professorado da escola em que atua, sobre o tema de prevenção de VS infantil. Além disso, Alice destaca também o Clube de Valentes como atuação na prevenção de violências.

Em suas falas e seus relatos, Alice coloca o curso como uma rede de apoio e as trocas de experiências entre professoras como benéfica para se sentir acolhida. Ressalta que a formação do curso, com base em evidências científicas, a auxiliou em realizar ações formativas com a equipe docente em que trabalha, o que podemos identificar como bons frutos das aprendizagens do curso.

6.2.2 Participante Amanda

Amanda possui entre 40 e 50 anos de idade, atua como professora de uma escola de uma creche em São Carlos/SP e trabalha com bebês e crianças de 0 a 5 anos. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo 2 faltas.

Ao se inscrever no curso, Amanda expôs que precisava de orientação no tema e que não compreendia o abuso sexual infantil. Sobre a identificação da VS contra crianças e adolescentes descreveu que é preciso observar o comportamento da criança.

Após realizar o curso, Amanda constatou a dificuldade de identificar se uma criança ou adolescente está passando por violência, mas pôde ter contato com diversas formas de observar o cotidiano, ter diálogo e acolher a vítima em caso de suspeita ou de violência constatada. Destacou o desenvolvimento da confiança entre docente e estudantes para fortalecer a rede de apoio. Além disso, ressaltou que utilizaria todos os temas trabalhados no curso em sua prática docente, principalmente as Tertúlias Dialógicas como possibilidade de prevenção.

6.2.3 Participante Eliane

Eliane possui entre 50 a 60 anos de idade e atua como professora de uma escola de ensino fundamental de São Carlos/SP, com crianças de 6 a 12 anos. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo 3 faltas.

Ao se inscrever no curso, Eliane imaginava que a VS contra crianças e adolescentes ocorria com mais frequência do que ela tinha conhecimento. Tinha conhecimento de que para lidar com abuso sexual infantil era preciso ter apoio de seus pares e da equipe gestora da escola, além do apoio de autoridades competentes e também do trabalho de conscientização das famílias.

Ao final do curso, Eliane destacou que o número de abuso de crianças e adolescentes no Brasil e no mundo lhe chamou atenção e que ainda, estes números não condizem com os índices reais dessa violência, dada sua subnotificação.

Para além disso, teve conhecimento sobre formas de preservar a exposição da docência em caso de denúncias de suspeita ou constatação de violência sexual vislumbrados na escola, bem como, formas de acolher a vítima. Em sua prática profissional, destaca o diálogo como importante, juntamente com o respeito e a prática sensibilizada para o melhoramento da convivência escolar.

6.2.4 Participante Jéssica

Jéssica possui entre 25 e 30 anos de idade e atua como coordenadora pedagógica em uma escola de ensino fundamental da cidade de Campo Limpo Paulista/SP, com crianças de 6 a 12 anos. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo 3 faltas justificadas.

Por ocupar um cargo de coordenação pedagógica e ser responsável por encaminhar denúncias de quaisquer tipos de violência constatados na escola, a participante Jéssica já possuía conhecimento prévio sobre a VS contra crianças e adolescentes. Ao se inscrever no curso, Jéssica relatou que para escrever seu TCC pesquisou sobre o tema em fontes como a OMS e teve ciência de alguns fatores de risco para essa violência, como a socialização masculina para violência de gênero e também a falta de rede de apoio familiar e para acolhimento das vítimas.

Além disso, já compreendia também as consequências do abuso sexual infantil e o importante papel do professorado nessa prevenção, identificação e encaminhamento de denúncias para proteção de crianças e adolescentes. Sobre o acolhimento, a participante demonstrou conhecimento prévio ao se posicionar sempre a favor da vítima, tendo a ação de acreditar na vítima e não revitimizá-la. Ademais, logo no início, fez o destaque para a importância de basear o trabalho em materiais científicos e não em opinião pessoal, buscando aprender mais com o curso e os materiais disponibilizados.

Neste sentido, ao final do curso, Jéssica pôde compreender a fundo a naturalização da violência presente na nossa sociedade e as relações de poder que perpassam a VS infantil. Fez destaque para a implementação do MDPRC, Formação de Familiares, Assembleias e Clube de Valentes como ações eficazes para prevenção das violências, principalmente a VS contra crianças e adolescentes.

Por fim, ressaltou o livro da Sanderson (2005) como material que mais lhe chamou atenção, devido a leitura difícil em relação aos exemplos do tema de abuso. Para sua prática profissional, utilizaria deste livro apenas as tabelas de dados e de caracterização das violências.

6.2.5 Participante Fabiana

Fabiana possui entre 30 e 40 anos de idade e atua como professora em uma creche de São Carlos/SP, com bebês e crianças de 0 a 5 anos. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo apenas 1 falta.

Ao se inscrever no curso, Fabiana já tinha consciência de que essa violência é uma forma de desumanização da infância e da adolescência e que gera traumas imensuráveis. Além disso, compreendia também que para realizar um bom trabalho preventivo é preciso estabelecer diálogo com a família para além das crianças e adolescentes.

Após realizar o curso, a participante identificou os conteúdos que tratavam sobre a caracterização dos agressores como destaque de sua aprendizagem, podendo se aprofundar mais nesse tema. Neste sentido, confirmou a necessidade do trabalho a ser realizado com as famílias sobre o tema de abuso sexual infantil, conjuntamente com o apoio da equipe escolar e do trabalho com jovens e crianças.

Em sua prática profissional, fez o destaque para o livro da Sanderson (2005), o qual relatou que usaria para abordar o tema da VS infantil, em consonância com práticas de escuta ativa e não revitimização da vítima em caso de suspeita ou constatação da violência.

5.2.6 Participante Lara

Lara possui entre 30 e 40 anos de idade e atua como professora de ensino fundamental em uma escola da cidade de São Carlos/SP, com crianças de 0 a 12 anos. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo apenas 1 falta.

A participante, ao se inscrever no curso, tinha o conhecimento de que é preciso falar sobre a prevenção de VS infantil dentro da escola e prestar atenção na mudança de comportamento de crianças e jovens. Ademais, reconhecia que a VS ocorria por meio de atos físicos e verbais e que a denúncia era imprescindível para deter essa violência.

Neste sentido, após a realização do curso, Lara teve contato com outras formas que a VS infantil pode ocorrer, por exemplo, pelos meios digitais. Além disso, pôde compreender sobre o acolhimento de crianças e adolescentes e o desenvolvimento de uma escuta ativa e que trabalhar com os estudantes sobre os limites dos seus próprios corpos é de suma importância. Em sua prática profissional, fez o destaque para o Livro da Sanderson (2005) e para o ECA como materiais de prevenção de abuso sexual infantil.

6.2.7 Participante Priscila

Priscila possui entre 50 e 60 anos de idade e atua como professora em uma escola de ensino fundamental da cidade de São Carlos/SP, com crianças de 0 a 12 anos. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo 2 faltas justificadas.

Ao se inscrever no curso, Priscila imaginava que a VS infantil poderia causar confusão emocional na vítima e neste sentido, que é algo que precisa ser evitado e combatido urgentemente. Tinha o conhecimento de que para lidar com o abuso sexual

contra crianças e adolescentes é preciso apoio de uma equipe multidisciplinar, unindo educação, saúde, justiça e assistência social para o acolhimento, encaminhamento e prevenção da VS.

Ao finalizar o curso, a participante pôde compreender os mecanismos que agressores utilizam para justificar a violência e culpabilizar a vítima. Neste sentido, Priscila considera a escuta ativa, acolhimento e o encaminhamento adequado como fundamentais para superação da VS infantil.

Em sua prática ressaltou que utilizaria as Tertúlias Dialógicas e o Clube de Valentes como meios para prevenção de violências, inclusive a VS contra crianças e adolescentes. Além disso, destacou como importante a troca de experiências, conselhos e orientações que foram feitas entre as pessoas participantes do curso, promovendo uma rede de apoio que fortalece a prática docente.

6.2.8 Participante Rosa

Rosa possui entre 50 a 60 de idade e atua como professora em uma escola de ensino fundamental da cidade de Santa Rita do Passa Quatro/SP, com crianças de 6 a 12 anos. Participou da maioria dos encontros do curso, tendo 1 falta no último dia.

A participante Rosa cursa mestrado em educação sexual em uma universidade particular, neste sentido, ao se inscrever no curso já tinha alguns conhecimentos prévios sobre o abuso sexual infantil, como a relevância do professorado na prevenção, identificação e encaminhamento de suspeita ou casos constatados na escola, além de ter ciência da comunicação imediata ao CT e a importância do sigilo e proteção a vítima. Sendo assim, Rosa também compreendia a necessidade do estabelecimento de parceria entre diversos profissionais para superação da VS contra crianças e adolescentes, bem como a ação de envolver as famílias na prevenção de violências, fazendo um trabalho conjunto entre escola e comunidade para proteção da infância e da juventude.

Após concluir o curso, Rosa pôde compreender que a VS infantil é um problema de saúde pública e que é preciso esforços conjuntos para superação dessa violência. Além disso, a participante se aprofundou no tema de educação sexual, ressaltando a valorização das diferenças de gênero como frutífera na superação da VS infantil. Neste sentido, pôde aprender sobre formas de acolhimento da vítima e encaminhamento adequado. Em sua prática docente ressaltou a educação sexual e a utilização do livro da Sanderson (2005) como meios para prevenção do abuso sexual infantil.

6.2.9 Participante Rosana

Rosana possui entre 40 e 50 anos de idade e atua como professora em uma escola de ensino fundamental e médio da cidade de São Carlos/SP, com crianças e adolescentes entre 0 a 18 anos, sendo a única professora do curso a trabalhar também com adolescentes na escola em que atua. Participou de todos os encontros do curso, sem ter nenhuma falta.

Ao se inscrever no curso, a participante relatou um caso que acompanhou de VS infantil, que foi devidamente encaminhado, porém não teve retorno do CT se o caso foi apurado ou não. Dada sua indignação, Rosana procurou se formar no tema e ingressar no curso para saber como proceder em casos como este. Neste sentido, tinha conhecimento prévio sobre a necessidade de uma equipe de pessoas competentes para lidar com o abuso sexual infantil, entretanto, tinha pouco conhecimento sobre formas de se prevenir essa violência.

Ao finalizar o curso, Rosa considerou as Tertúlias Dialógicas Pedagógicas como uma maneira formativa, reflexiva e crítica para compreensão do tema de VS contra crianças e adolescentes. Pôde compreender que é de suma importância trazer esse tema para dentro das escolas, buscando formação adequada dos profissionais da educação e prevenção da VS infantil.

Rosa compreendeu a necessidade de ouvir sem julgar, acolher e preservar a vítima, no passo em que é preciso também cobrar retorno do CT de casos encaminhados. Neste sentido, destacou em sua prática docente as Tertúlias Dialógicas, a utilização do livro da Sanderson (2005) e também artigos com dados atuais como formas de prevenção de abuso sexual infantil.

6.3. Motivação e conhecimento inicial sobre o conteúdo do curso e o que aprendeu

De maneira geral, ao se analisar o quadro 6, pode-se verificar que em um primeiro momento, é notório que nas respostas ao questionário 1, as participantes baseavam seus conhecimentos, majoritariamente, em suposições que tinham sobre a VS contra crianças e adolescentes, como implicação de fatores sociais, educacionais e socialização machista. É possível identificar também, que o interesse das participantes pelo curso provém de uma sensibilidade ou empatia com as vítimas de abuso sexual infantil, visto que algumas delas tiveram contato com algum caso ou compreendem a importância da prevenção dessa violência.

É possível observar que na coluna do formulário 1, as respostas seguem a linha da suposição em relação as formas de se identificar o abuso sexual infantil, enquanto na coluna do formulário 2, as participantes pontuam com mais precisão sobre as formas de identificação. Neste quadro, nota-se que não há grandes variações e mudanças nas respostas, entretanto, a segurança na escrita após o curso demonstra a compreensão dessa temática dentro da VS.

Quadro 6 – Aprendizagem no curso: ponto de partida e ponto de chegada

Nome fictício	O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto aos motivos de sua ocorrência. Formulário 1	O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto aos motivos de sua ocorrência. Formulário 2
Alice	Gostaria muito de poder entender o motivo de uma pessoa agir dessa forma, mas entendo que há muitas questões sociais e educacionais envolvidas	Motivos de ordem de saúde pública, econômicos, sociais e culturais.
Amanda	Não entendo muito sobre o assunto.	A violência não tem cara nem forma, Dificuldade de identificação
Eliane	A violência sexual infantil ocorre com muito mais frequência do que imaginamos.	As ocorrências superaram os números de violência sexual.
Jéssica	Pensando no manual de prevenção de violência da OMS, material que pude ler durante o meu TCC, existem fatores de risco que podem levar à violência sexual infantil. Penso que um destes fatores é a socialização masculina voltada para a violência de gênero, bem como a falta de suporte ou rede de apoio dos familiares e das crianças.	Naturalização da violência, Livro Sanderson, Relações de poder.
Fabiana	É a forma de violência mais desumana e traumatizante que existe	Agressor
Lara	É um ato cometido físico, verbal que pode gerar sérias consequências a vítima. As ocorrências acontecem mais no ambiente familiar.	Pobreza, desigualdade social, discriminação racial, etnia e gênero, exclusão.

Quadro 6 – Aprendizagem no curso: ponto de partida e ponto de chegada (cont.)

Nome fictício	O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto aos motivos de sua ocorrência. Formulário 1	O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto aos motivos de sua ocorrência. Formulário 2
Priscila	O que imagino é que deve causar muita confusão emocional no início é algo muito forte, contundente e perigoso quando a vítima toma ciência em uma data posterior de maior amadurecimento. Algo q precisa ser evitado e combatido o quanto antes.	Motivos utilizados para justificar e culpabilizar a vítima
Rosa	Violência sexual não pode ser vista de maneira simples e isolada, pois envolve uma série de fatores que perpassam não somente conceitos científicos, mas valores econômicos, sociais e culturais	Prevenção, Educação sexual.
Rosana	Infelizmente já tive caso de violência infantil com uma criança que foi da minha turma, e as acusações da família recaíam sobre a escola, eu e outras professoras, diretora e outras funcionárias(o) fomos intimadas para depor na delegacia da mulher. Não tive depois conhecimento dos fatos pós investigação, pois na época eu era eventual na unidade escolar. Então penso que é um tema delicado e que devemos ter muito conhecimento para poder agir.	Aprendi como se dá o processo de estudo e conhecimento em forma de Tertúlia Dialógica, e como tema tão difíceis de ser abordado como é o caso da violência e abuso sexual contra criança e adolescente, pode fluir de maneira formativa, reflexiva e crítica, como se deu no curso.

Em comparação com a segunda coluna do quadro, referente ao formulário 2, podemos observar que as respostas foram suscintas em relação as respostas do formulário 1. Entretanto, alguns destaques de conteúdos foram feitos, como: índices da VS contra crianças e adolescentes e que o registro de ocorrências não equivale aos reais números dessa violência, devido sua subnotificação; naturalização da violência em níveis sociais, comunitários, de relacionamentos e individuais; os conteúdos do livro da Sanderson (2005); culpabilização da vítima em uma cultura que apoia o agressor; prevenção de VS de forma geral; educação sexual como ponto chave para prevenção de abuso e Tertúlias Dialógicas como AEE para prevenção de violências.

O quadro 7, refere-se as formas de identificação da VS contra crianças e adolescentes e busca comparar o que as participantes já sabiam antes do curso e o que elas aprenderam sobre a identificação após concluírem o curso.

É possível observar que na coluna do formulário 1, as respostas seguem a linha da suposição em relação as formas de se identificar o abuso sexual infantil, enquanto na coluna do formulário 2, as participantes pontuam com mais precisão sobre as formas de identificação. Neste quadro, nota-se que não há grandes variações e mudanças nas respostas, entretanto, a segurança na escrita após o curso demonstra a compreensão dessa temática dentro da VS.

Quadro 7 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de identificação

Nome fictício	O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação. Formulário 1	O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação. Formulário 2
Alice	Mudança de comportamento da criança, agressividade, interesse sexual aflorado, rejeição a determinadas pessoas	Comportamento, Escuta ativa, Acolhimento
Amanda	Sinais visíveis nas crianças, mudanças de comportamento, falas sobre o assunto...	Abusador busca se autorizar diante do ato, Mudança de comportamento da criança.
Eliane	Identificar o comportamento do aluno é um dos pontos que ficamos sempre em alerta.	Dificuldade de identificação
Jéssica	Ainda pensando sobre o manual da OMS e sobre outras bibliografias que pude ler durante a minha pesquisa, pode-se observar alguns sintomas no comportamento da criança, como irritabilidade, dificuldade no aprendizado, isolamento de outras crianças. Pode-se também observar marcas físicas, se houver, como contusões e machucados (roxos).	Comportamento, atenção aos diversos sintomas.
Fabiana	Temos sempre que estar atentos com mudanças de comportamento e marcar no corpo	Mudanças de comportamento.
Lara	Mudanças de comportamentos e marcas físicas.	Mudanças de comportamento

Quadro 7 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de identificação
(cont.)

Nome fictício	O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação. Formulário 1	O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação. Formulário 2
Priscila	Mudança comportamental do violentado, alterações físicas e fisiológicas, confusão emocional, em alguns casos uma fala espontânea mesmo que não entenda bem o que aconteceu, como forma de encontrar a explicação do que passou.	Difícil identificação, Mudanças de comportamento, Sinais físicos.
Rosa	A Violência Sexual é algo difícil de ser identificado de imediato, inclusive porque na maioria das vezes o agressor faz parte do círculo de convivência da criança ou adolescente. Contudo, os profissionais da educação têm grande relevância na identificação, devido diversas formas de acolhimento e afetividade, e também por estarem, quase que diariamente, envolvidos com essas crianças e adolescentes identificando mudanças de comportamentos e atitudes ou mesmo sinais explícitos de violência.	Mudanças de comportamento, acreditar na fala da criança
Rosana	Penso que entre a suspeita, até realmente se averiguar se existe realmente a comprovação e identificação da violência sexual é necessário cautela, ter uma equipe de pessoas e profissionais competentes para averiguar e investigar, preservando o máximo possível a possível vítima.	Dificuldade de identificação, sinais, mudanças de comportamento.

A princípio, as participantes dizem que para identificar uma criança ou adolescente que está sofrendo ou sofreu VS é preciso prestar atenção nas mudanças de comportamentos e sinais visíveis. Além disso, no formulário 2, as cursistas também relatam que é necessário ter uma escuta ativa e acreditar na criança quando há alguma alegação verbal e também prestar atenção nos sintomas, que nem sempre estão relacionados com marcas físicas.

Quadro 8 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de intervenção para prevenção

Nome fictício	O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de intervenção para preveni-la. Formulário 1	O que você aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de intervenção para preveni-la. Formulário 2
Alice	Em caso de suspeita, sempre denunciar ao Conselho Tutelar ou no disque denúncia. Melhor prevenção é a informação e educação sexual nas escolas. Favorecer uma escuta ativa e respeitosa também a crianças e adolescentes	Educação sexual, Escuta ativa
Amanda	Preciso de orientação	Diálogo, Confiança
Eliane	Penso que dentro da unidade escolar sempre buscar apoio com a equipe gestora e os pares para possível intervenção.	Exposição de profissionais, Trabalho em equipe
Jéssica	A violência infantil afeta a saúde intelectual, física, afetiva e social das crianças. Por isto, é importante que educadores e educadoras saibam como agir em casos de suspeita, quais órgãos deve acionar e como garantir que a criança não seja colocada em um risco ainda maior por suas ações. Daí a importância de ter como base materiais científicos, e não apenas embasados em opinião pessoal.	As práticas com base no modelo dialógico de prevenção e resolução de conflitos, como a formação dos familiares, assembleias e clube de valentes. Trabalho entre comunidade e escola.
Fabiana	Deve ser feito um trabalho de conscientização com as famílias e as crianças, e quando identificado temos que comunicar as autoridades competentes	Trabalho com famílias e crianças
Lara	No contexto da escola é essencial abordar e discutir o tema com as crianças, através de vídeos, roda de conversas, atividades lúdicas, entre outros.	Conversar, orientar as crianças sobre o seu corpo e a importância de seus limites.
Priscila	Apoio multidisciplinar da saúde (médicos, psicólogos), educacional (compreender dificuldades no desenvolvimento por algum dano emocional) Assistência social, policial, no mínimo.	Escuta com acolhimento.

Quadro 8 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de intervenção para prevenção (cont.)

Nome fictício	O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação. Formulário 1	O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação. Formulário 2
Rosa	É preciso que os profissionais das diversas áreas, saúde, educação, promoção social, conselho tutelar, tenham conhecimento do assunto e das principais características em torno do tema, para poderem agir de modo adequado e também de maneira integrada, conjunta. Pois, é de fundamental importância que os serviços de prevenção e de assistência sobre a violência sexual estejam trabalhando em parceria nas diversas regiões ou municípios, assegurando prevenção e o “acolhimento” e tratamento da vítima em casos instaurados, inclusive, quando possível, envolvendo a família.	A violência sexual é uma questão de saúde pública que envolve questões sociais, psicológicas e legais. Educação Sexual, Valorização das diferenças de gênero.
Rosana	Tenho pouco conhecimento, por isso adquirir mais informações é extremamente necessário para saber como abordar o assunto, prevenir ou ajudar as vítimas.	Abordar o assunto em reunião de professores e pais, com palestras com profissionais da área de saúde, educação e justiça, Formação adequada e capacitação para identificar, intervir e prevenir.

O quadro 8, refere-se as formas de intervenção para prevenção de VS contra crianças e adolescentes. Neste sentido, na coluna do primeiro questionário, as respostas foram na direção da necessidade da denúncia ao Conselho Tutelar e necessidade de orientação em como intervir, bem como a importância da equipe gestora, possuir base em material científico para poder intervir, realizar trabalho formativo com as famílias e ter neste processo, apoio interdisciplinar da área da educação, justiça, saúde e assistência social.

Em comparação com o formulário 2, as cursistas repetiram algumas respostas, como necessidade de realizar trabalho formativo com as famílias, mas destacam a necessidade de uma formação adequada para realizar tal trabalho. Pontuam também sobre a relevância da educação sexual, do estabelecimento de uma escuta ativa, do diálogo e da confiança entre crianças, adolescentes e corpo docente. Ademais, falam sobre a necessidade de realizar o acolhimento de vítimas e da valorização das diferenças de gênero na escola.

Além disso, ainda no segundo formulário, fazem destaque para algumas AEEs como formas de intervenção neste tema, como o MDPRC, Formação de Familiares, Assembleia e Clube de Valentes, demonstrando novas aprendizagens de como intervir na VS contra crianças e adolescentes após realizarem o curso.

Quadro 9 – Violência sexual contra crianças e adolescentes: formas de acolhimento às vítimas em caso de ocorrência constatada na escola.

Nome fictício	O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de acolhimento às vítimas em caso de ocorrência constatada na escola. Formulário 1	O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de acolhimento às vítimas em caso de ocorrência constatada na escola. Formulário 2
Alice	Acolhimento, Conselho Tutelar, Denúncia	Preservação da criança, denúncia, Conselho Tutelar, disque 100, Apoio da gestão escolar.
Amanda	Necessidade de orientação	Compreensão e disponibilidade para conversar
Eliane	Apoio, autoridades competentes, Família	Equipe gestora, Acolhimento, preservação da equipe escolar.
Jéssica	Revitimização, Posicionamento à favor da vítima, Acreditar na vítima.	Apoiar a vítima e protegê-la, Denúncia aos órgãos responsáveis.
Fabiana	Trabalho com as famílias e crianças, Denúncia, Autoridades competentes.	Escutar. Não revitimizar.
Lara	Denúncia, Acolhimento	Escutar
Priscila	Escuta atenta, Informações sobre família ou suspeito da violência, Equipe multidisciplinar.	Acolhimento e encaminhamento adequado.
Rosa	Comunicação imediata, Direção escolar, Conselho Tutelar, Averiguação adequada, Sigilo, Proteção, Acolhimento.	Acolhimento, Encaminhamento adequado, Conselho Tutelar, Psicólogos, Médicos, Nova moradia para vítima.
Rosana	Conselho Tutelar, Depoimento, Desfecho.	Ouvir, acolher sem julgar a vítima, Denúncia à direção ou coordenação escolar, preservar o máximo a exposição da vítima.

Em relação às formas de acolhimento às vítimas em caso de ocorrência de VS constada na escola, no quadro TAL, podemos observar que não houve grandes mudanças entre o que sabiam e o que aprenderam, mas destacam-se algumas diferenças.

Nas respostas do formulário 1, as participantes citaram como acolhimento a feitura de denúncias ao CT, necessidade de orientação em como realizar acolhimento,

disponibilizar apoio à vítima e ter o posicionamento sempre a favor da vítima, e ainda, proteger e manter sigilo para preservar a vítima da violência.

No formulário 2, as respostas foram mais direcionadas ao acolhimento de fato, como mostrar-se disponível para conversar com a criança ou adolescente sobre esses assuntos, não revitimizar e não expor a vítima, ter apoio do CT durante o acolhimento e preservar também a equipe escolar durante o acolhimento da vítima.

Quadro 10 – Verificando a efetividade da aprendizagem: conteúdos destacados

Nome fictício	Qual conteúdo do curso você utilizaria em sua prática docente ou enquanto direção/coordenação de escola? Formulário 2	Destaque um ou mais conteúdo do curso que lhe chamaram atenção e justifique sua resposta. Formulário 2
Alice	Tertúlias Dialógicas e Clube de Valente	Tabu, Instrumentalização, Educação sexual.
Amanda	Todos	Tertúlia sobre o tema
Eliane	Diálogo, Respeito, Reflexão, Prática sensibilizada, Melhoria da convivência.	Número de abusos, Atenção.
Jéssica	Clube de Valentines, tabelas exemplificadoras do livro que lemos.	Livro da Sanderson, Tertúlias Literárias Dialógicas
Fabiana	Direção escolar respaldar o corpo docente	Livro da Sanderson
Lara	Eu usaria todos, pois foram bem produtivos.	Livro Sanderson e ECA
Priscila	Tertúlias Dialógicas, Clube dos Valentines.	Troca de experiências, conselhos e orientações
Rosa	Mediação de conflitos/ violência, Educação sexual	O livro Sanderson
Rosana	Texto e vídeo como se trabalhar com TERTÚLIA DIALÓGICA, livro da Sanderson, artigos e dados mais atuais.	Destaque para o livro da Sanderson, Tertúlia Literária Dialógica

O quadro acima, refere-se apenas as respostas do formulário 2, buscando observar os conteúdos destacados pelas participantes sobre qual conteúdo do curso utilizariam na prática docente ou enquanto direção/coordenação de escola e também o destaque de um ou mais conteúdo do curso que chamaram atenção ao longo dos encontros.

Enquanto os conteúdos que utilizariam na prática como docente ou como coordenação e direção escolar, as cursistas pontuaram, em grande parte, as Tertúlias Dialógicas e o Clube de Valentes, além disso, destacaram também a educação sexual, o livro da Sanderson (2005) e as tabelas exemplificadoras presentes neste livro, artigos atuais sobre os dados da VS infantil, bem como a vontade de utilizar todos os conteúdos do curso.

Ao realizarem um destaque de um ou mais conteúdos do curso que chamou atenção ao longo dos encontros, a maioria das participantes destacou o livro da Sanderson (2005) devido a leitura impactante e sensível sobre os dados e exemplos da VS infantil. O segundo conteúdo mais destacado foi a Tertúlia Dialógica como prevenção de violências e melhoramento da convivência na escola, seguido de outras temáticas que foram tratadas no curso, como o ECA, índices da VS contra crianças e adolescentes no Brasil, educação sexual e a frutífera troca de experiências, conselhos e orientações entre todas as pessoas participantes do curso.

A partir da análise global dos quadros aqui apresentados, podemos indicar que a aplicação de questionários via formulário google não foi de fato efetiva para discorrer sobre as aprendizagens obtidas durante o curso. Por esse motivo, as seguintes conclusões dos quadros apresentados encontram-se no campo das evidências superficiais, que serão aprofundadas nas análises dos dados apresentados a seguir.

Conclui-se que as participantes se dedicaram mais para responder o questionário 1, que foi introduzido na inscrição do curso, enquanto, no questionário 2, as respostas foram mais resumidas, fazendo-se destaques para alguns conteúdos. Neste sentido, pôde-se averiguar que, a princípio, o conhecimento das participantes encontrava-se no campo da suposição sobre a VS infantil, enquanto, no formulário 2, as respostas seguiram a linha da afirmação, demonstrando mais confiança sobre o assunto. Além disso, nota-se que houve grande destaque para as Tertúlias Dialógicas como ação preventiva e formativa sobre abuso sexual infantil, além de menções ao Clube de Valentes e outras AEEs identificadas neste sentido.

Não houve grandes mudanças em relação às formas de identificação da VS infantil, mas pode-se afirmar que, sobre o acolhimento e intervenção no tema, as participantes compreenderam de forma mais profunda ações adequadas para agir diante das situações. A necessidade de formação e também formação de familiares na temática também sobressaiu como importante e urgente, bem como o apoio do CT.

O livro utilizado no curso (SANDERSON, 2005) também foi destaque nas respostas das participantes, no que se trata do assunto que mais chamou atenção, isto porque o livro traz caracterizações de diversos tipos de VS infantil, e ainda, depoimentos de vítimas e agressores, tornando-se uma leitura sensível e impactante.

Comparando-se com o que diz a literatura, percebe-se que as respostas das participantes após a conclusão do curso estão em consonância com as evidências científicas na área, sobre como identificar, intervir, acolher e encaminhar vítimas de abuso sexual infantil. Tais respostas demonstram aprendizagens importantes sobre os conteúdos do curso, pois trata-se de um tema que não se pode agir apenas com boas intenções, é preciso guiar-se pelas evidências científicas e melhores ações para prevenção e proteção de crianças e adolescentes, bem como de todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar que se deparam com casos de VS infantil.

Passamos à análise feita pelas participantes sobre o curso e seus conteúdos.

7. ANÁLISE DO CURSO

Nessa seção, buscamos analisar as respostas do formulário 2, organizadas em quadros separados por temas sobre o desenvolvimento do curso, em relação a dinâmica das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, aos encontros, as atividades, aos textos e a moderação. Analisamos também sugestões e indicações para próximas ofertas do curso, se as participantes indicariam o curso para outras pessoas, quais os temas mais difíceis de serem abordados e como poderíamos levar o curso para as escolas e quais os caminhos a se traçar para realizar tal ação.

Além disso, investigamos a efetividade da aprendizagem de conteúdos no formato do curso online e qual a relevância dos temas tratados para a prática profissional e pessoal das participantes.

Em um segundo momento, discorremos sobre as falas feitas no grupo focal comunicativo e a discussão de categorias que surgiram nessas falas.

Quadro 11 – Sobre Tertúlias Dialógicas Pedagógicas

Nome fictício	Você já conhecia as Tertúlias Dialógicas? Se sim, já havia participado de alguma? Formulário 2	Comente sobre a efetividade das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas como formação para docentes. Formulário 2
Alice	Sim, conheço há vários anos. Participei de muitas, virtuais e presenciais. E já realizei muitas também, com professores e alunos. A escola que atuo é Comunidade de Aprendizagem (iniciamos a implementação em 2016)	São extremamente significativas porque contribuem para a formação dos professores. No momento da tertúlia há vários olhares e muitas experiências pessoais vem a tona. Sempre terminamos uma tertúlia com uma bagagem maior do que quando entramos e com visões diferentes que tínhamos antes dela.
Amanda	Não	Com as tertúlias conseguimos nos expressar sem medo de errar e apreender cada vez mais com o outro
Eliane	Sim. Nunca participei, mas acompanhava uma escola que desenvolvia o projeto.	Eu achei interessante, mas é preciso que a comunidade escolar de envolva no projeto.

Quadro 11 – Sobre Tertúlias Dialógicas Pedagógicas (cont.)

Nome fictício	Você já conhecia as Tertúlias Dialógicas? Se sim, já havia participado de alguma? Formulário 2	Comente sobre a efetividade das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas como formação para docentes. Formulário 2
Jéssica	Sim, conheci na graduação, a partir de 2014, e participei de algumas literárias e pedagógicas.	Acredito que foi uma forma de trazer conversas profundas acerca de um tema tão difícil. Senti também engajamento pessoal para ler os textos antes de participar dos encontros.
Fabiana	Não	É uma forma democrática de construir o conhecimento, nos ensina a escutar e respeitar as opiniões.
Lara	Não.	É uma estratégia muito interessante para o aprendizado.
Priscila	Esta foi minha primeira participação de uma tertúlia, foi tudo muito novo. Só sinto que não consegui me dedicar mais por um problema de saúde que se agravou neste período (e só conseguirei resolver parte dele a partir de uma cirurgia o ano que vem). Mas, gostei muito. Confesso que estava (e ainda estou) sentindo falta destas discussões acadêmicas.	As tertúlias como formação para docente são muito interessantes pois permite experimentar outra forma de interação onde o conhecimento não está em poder de um indivíduo, mas é parte de todo o grupo e assim todos conseguem um melhor aproveitamento das interações e se consegue um ganho efetivo do conhecimento tanto individual como em grupo.
Rosa	Já conhecia, mas não havia participado.	As Tertúlias Dialógicas são fundamentais para formação docente, além do aprendizado do próprio processo há a questão cultural, do saber ouvir, da reflexão, do ouvir, da discussão e também do acolhimento.
Rosana	Sim. Mas este foi o primeiro curso que participei.	Gostei muito do tipo de formação que a Tertúlia propicia, pois traz de maneira dinâmica o conhecimento pela participação ativa, reflexões, mudanças consistente e consciente aos participantes.

Ao investigarmos se as participantes já conheciam ou haviam participado de alguma Tertúlia Dialógica, constatamos que Alice já conhecia e já havia participado de algumas Tertúlias com estudantes e docentes, devido a escola em que está inserida, enquanto coordenadora escolar, ser uma Comunidade de Aprendizagem. Outra participante, Jéssica, também já havia tido contato em sua graduação com as Tertúlias, tendo conhecimento prévio da organização de Tertúlias Dialógicas Literárias e Pedagógicas.

Eliane, Rosa e Rosana já haviam ouvido falar sobre as Tertúlias Dialógicas, porém não haviam participado de nenhuma, enquanto Amanda, Fabiana, Lara e Priscila nunca tinham ouvido falar sobre e também nunca participaram de Tertúlias Dialógicas.

Quando indagamos sobre a efetividade das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas como formação para docentes, as cursistas responderam de modo geral, que é uma estratégia muito fundamental e benéfica para o aprendizado docente.

São extremamente significativas porque contribuem para a formação dos professores. No momento da tertúlia há vários olhares e muitas experiências pessoais vem à tona. Sempre terminamos uma tertúlia com uma bagagem maior do que quando entramos e com visões diferentes que tínhamos antes dela (Alice, questionário 2, 2022)

Foi destacado também que as Tertúlias Dialógicas são uma possibilidade para se expressar sem medo de errar e aprender cada vez mais com a outra pessoa, promovendo conversas profundas sobre um tema considerado difícil, como o abuso sexual infantil. Neste sentido, as Tertúlias foram vistas como uma forma democrática de construir o conhecimento, no passo em que ensina a escutar e respeitar diferentes opiniões.

As tertúlias como formação para docente são muito interessantes pois permite experimentar outra forma de interação onde o conhecimento não está em poder de um indivíduo, mas é parte de todo o grupo e assim todos conseguem um melhor aproveitamento das interações e se consegue um ganho efetivo do conhecimento tanto individual como em grupo (Priscila, formulário 2, 2022)

O diálogo durante a Tertúlia foi identificado como essencial para o aprendizado docente, promovendo reflexão, discussão e também construção de um local de acolhimento para as professoras participantes. A dinâmica da Tertúlia Dialógica Pedagógica conseguiu promover a participação ativa das cursistas, bem como reflexão de suas práticas e “mudanças consistentes e conscientes das participantes” (Rosana, formulário 2, 2022).

A seguir, o quadro 12 apresenta as respostas das participantes sobre o desenvolvimento do curso de forma geral, referente aos encontros, atividades, textos e moderação das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas.

Quadro 12 – Desenvolvimento do curso (encontros, atividades, textos e moderação)

Nome fictício	Como você avalia, de modo geral, o desenvolvimento do curso? (Encontros, atividades, textos, moderação)	Por favor, comente sobre a resposta anterior em relação ao desenvolvimento geral do curso.
	Formulário 2	Formulário 2
Alice	Excelente	O curso foi muito bem organizado, desde o cronograma, para que pudesse me organizar melhor nos estudos e leituras para as tertúlias.
Amanda	Muito bom	Gostei bastante, não conhecia o método
Eliane	Excelente	O curso foi bastante interativo e os conteúdos abordados nos levaram a uma reflexão. Cabe a nós tentar maneiras de colocar em prática o que esse rico aprendizado nos proporcionou.
Jéssica	Excelente	Acredito que foi bem organizado e bem dialogado com as pessoas para essa organização, e quando foi necessária uma intervenção mais específica (como, por exemplo, a escolha dos textos), ela foi feita também, entendendo que a escolha foi feita pelas pessoas mais experientes no assunto.
Fabiana	Excelente	Foi muito informativo e produtivo.
Lara	Excelente	Excelente, pois foi bem direcionado e estão todas de parabéns pela sabedoria e competência.
Priscila	Excelente	Não tenho críticas por ser minha primeira tertúlia (como já dito anteriormente), mas foi um pouco além das minhas expectativas. Foi um curso leve apesar do tema ser bastante contundente tanto social como emocionalmente.
Rosa	Muito bom	Ao meu ver foi muito bom, acredito que quando mais pessoas participam há também maior troca de opiniões e conhecimentos.
Rosana	Excelente	Excelente, o comprometimento das formadoras em cada encontro, a pontualidade no horário, a escolha e disponibilização dos textos.

Ao tratar do desenvolvimento geral do curso, ou seja, os encontros, as atividades, os textos e a moderação das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, das 9 participantes que concluíram o curso, 2 avaliaram o desenvolvimento como muito bom e 7 como excelentes.

A organização do curso foi elogiada pela maioria das participantes, bem como o cronograma de leituras e a pontualidade dos encontros. Neste sentido, o diálogo entre as moderadoras e as participantes foi pontuado como benéfico para a condução dos encontros, bem como o rico aprendizado que a metodologia dos encontros ocorreu. Além

disso, as participantes destacaram os encontros como interativos, tendo conteúdos que proporcionaram reflexões e troca de opiniões e conhecimentos.

A seguir, o quadro 13, trata especificamente da avaliação dos encontros do curso.

Quadro 13– Encontros do curso

Nome fictício	Como você avalia, em específico, os encontros do curso?	Por favor, comente sobre a resposta anterior em relação aos encontros do curso.
	Formulário 2	Formulário 2
Alice	Excelente	Os encontros sempre trouxeram contribuições a minha prática, mesmo quando o assunto ou texto era indigesto demais.
Amanda	Muito bom	Os temas de cada encontro foram muito bons e dinâmicos
Eliane	Muito bom	Foram muito bem conduzidos. Achei interessante demais.
Jéssica	Excelente	Acredito que os encontros foram produtivos e possíveis de participar por serem no período noturno. Com organização prévia, enquanto pessoa que trabalhava o dia todo eu consegui participar sem dificuldades da maioria dos encontros.
Fabiana	Excelente	Foram maravilhosos, muito esclarecedor.
Lara	Excelente	Excelente, pois foi proveitoso e rico em conhecimento.
Priscila	Excelente	O curso foi muito bem estruturado e apresentado de uma forma bastante razoável pela sua proposta.
Rosa	Excelente	Foram excelentes, pois houve respeito e interação das mediadoras e participantes e os horários e datas foram seguidos, textos postados, a organização foi perfeita.
Rosana	Excelente	Precisos e pontuais tanto no quesito do horário da duração de cada encontro como na condução não impositiva de participação.

Ao tratar do desenvolvimento dos encontros do curso, 2 participantes avaliaram como muito bons e 7 como excelentes. Ao discorrerem sobre o assunto, as participantes pontuaram que os encontros trouxeram contribuições para a prática docente, mesmo quando o assunto do texto era indigesto demais, referindo-se a VS contra crianças e adolescentes.

Ademais, a estruturação e organização do curso em geral foram elogiadas, destacando a pontualidade e o seguimento do cronograma proposto no início do curso. Neste sentido, ressaltou-se o horário noturno em que o curso ocorreu, como possibilidade de participação para as pessoas que trabalham durante a manhã e a tarde.

Em relação a moderação das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, as participantes pontuaram como uma condução não impositiva de participação, ressaltando a importância deste modo de mediação para construção democrática do conhecimento.

Os três próximos quadros a seguir, tratam especificamente sobre as atividades, os textos e a moderação do curso. Sendo o primeiro, sobre as atividades implementadas no curso.

Quadro 14 – Atividades do curso

Nome fictício	Como você avalia, em específico, as atividades do curso?	Por favor, comente sobre sua resposta anterior em relação as atividades do curso.
Alice	Excelente	Realizar o registro dos pensamentos sobre o trecho escolhido para a tertúlia é um excelente exercício de reflexão. Percebi que pensamos mais quando temos que escrever antes mesmo de falar no momento da tertúlia. Portanto, para mim foi bastante significativo.
Amanda	Muito bom	Nos fez refletir sobre cada texto proposto.
Eliane	Muito bom	As atividades sempre nos levavam a uma reflexão.
Jéssica	Excelente	Me ajudaram a pensar no que eu destacaria e o porquê faria essa fala.
Fabiana	Excelente	Muito boas, com conteúdos ótimos que necessitavam de bastante reflexão.
Lara	Excelente	Excelente, produz muito conhecimento e aprendizado.
Priscila	Excelente	Precisei, inclusive, aprender um pouco do google Classroom para poder atender as demandas das atividades, mas não coloco como uma crítica ruim e sim como mais um aprendizado que a tertúlia me proporcionou.
Rosa	Muito bom	Acredito que as leituras foram fundamentais e vieram ao encontro do proposto na ementa do curso.
Rosana	Excelente	Atividades tranquilas de realizar, apesar de não ter afinidades com o CLASSROOM, tive o auxílio da formadora e pesquisadora me auxiliando e dando feedback sempre que precisei.

No quesito atividades do curso, 3 participantes consideraram as atividades muito boas, enquanto 6 responderam que as atividades foram excelentes. Ao discorrerem sobre este assunto, a maior parte das participantes colocaram as atividades como um excelente exercício de reflexão, possibilitando refletir antes, durante e depois das Tertúlias.

Além disso, a implementação das atividades colaborou para a produção de conhecimento e aprendizado durante o curso, além de propiciar outras aprendizagens,

como de plataformas digitais, visto a utilização da Plataforma Google Classroom para efetivação das atividades.

A seguir, o próximo quadro trata especificamente dos textos utilizados no curso.

Quadro 15 – Textos utilizados no curso

Nome fictício	Como você avalia, em específico, os textos do curso?	Por favor, comente sobre sua resposta anterior em relação aos textos do curso.
	Formulário 2	Formulário 2
Alice	Excelente	Todos os textos estavam alinhados a temática e trouxeram contribuições. Alguns textos foram difíceis de ler, não pela leitura em si, mas pelas informações contidas nele. Mas sempre necessárias para refletir sobre o tema
Amanda	Excelente	Excelentes, bastante reflexivos e buscando abrir nossos entendimentos sobre um tema tão complexo e medonho
Eliane	Muito bom	Os textos eram sempre interessantes e de acordo com o tema do curso. Superou minhas experiências
Jéssica	Excelente	Acredito que o cronograma dos encontros e os textos lidos tiveram uma lógica, e que sempre pensaram em olhar o problema e em seguida dar uma solução possível para ele.
Fabiana	Excelente	Muito informativo e esclarecedor.
Lara	Excelente	Excelente, pois produziu reflexão, busca pelo conhecimento a cada texto estudado.
Priscila	Muito bom	Alguns textos foram extensos para a leitura pelo tempo que eu particularmente tinha disponível e no começo, pela minha falta de habilidade no google classroom, acabei perdendo algumas leituras que só identifiquei mais tarde, no decorrer do curso.
Rosa	Muito bom	Os textos vieram ao encontro do curso, sugiro talvez leituras de pesquisas nacionais e mais recentes.
Rosana	Excelente	As escolhas precisas de cada texto ofereceram conteúdos e conhecimentos consistentes sobre um tema delicado como o estudado.

Na avaliação dos textos do curso, 3 participantes consideraram os materiais muito bons, enquanto 6 constataram serem excelentes. As participantes, de modo geral, consideram os textos alinhados a temática de prevenção de VS contra crianças e adolescentes, seguindo uma lógica de olhar para o problema e em seguida, propor uma solução com base em evidências científicas, bem como, que tais leituras trouxeram contribuições para a aprendizagem docente.

Embora a dificuldade da leitura dos textos tenha sido destacada, devido ao conteúdo sensível das informações, como índices do abuso sexual infantil no Brasil e no mundo, as participantes dissertaram a necessidade destes textos por mostrarem a realidade dessa violência e promoverem reflexão sobre isto.

A escolha dos textos foi elogiada e pôde superar as expectativas das participantes ao oferecer conhecimentos consistentes sobre a prevenção do abuso sexual infantil. Como sugestão para uma próxima oferta, destacou-se a promoção de leituras de pesquisas nacionais mais recentes no assunto.

A seguir, o quadro abaixo fala especificamente sobre a moderação das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas no curso.

Quadro 16– Moderação do curso

Nome fictício	Como você avalia, em específico, a moderação do curso?	Por favor, comente sobre sua resposta anterior em relação a moderação do curso.
	Formulário 2	Formulário 2
Alice	Excelente	As professoras demonstraram estar sempre preparadas para a aula, com contribuições pontuais dos temas e sempre com muito respeito e tranquilidade. A tranquilidade de vocês me tranquilizou para abordar o tema com minhas professoras.
Amanda	Muito bom	As moderadoras buscavam sempre nos estimular na fala
Eliane	Excelente	Os moderados conduziam com muito conhecimento sobre o tema apresentado.
Jéssica	Excelente	Ficou nítida a postura da professora Roseli a respeito do assunto, o tamanho de seu conhecimento, mas achei muito bacana a moderação de Milena e de Rafa, que também demonstravam ter muito conhecimento sobre o assunto abordado e sobre a perspectiva dialógica. Então deu a sensação de que todos e todas realmente são capazes de aprender e de poder transmitir o que foi aprendido.
Fabiana	Excelente	Muito boa
Lara	Excelente	Excelentes profissionais.
Priscila	Excelente	Tudo sempre muito claro, de forma leve e sempre com muita responsabilidade.
Rosa	Excelente	Foi perfeita a moderação, pois houve respeito, compartilhamento de conhecimentos, organização.
Rosana	Excelente	Perfeita, muito bem conduzida e estruturada em cada encontro, precisa na atenção disponibilizada sempre que alguma dúvida surgiu.

Em relação as respostas sobre a moderação do curso, uma participante considerou muito boa, enquanto as demais consideraram excelente. O preparo e a organização das pessoas que moderaram o curso foram elogiados, bem como, as contribuições das mesmas sobre o tema de forma respeitosa e com tranquilidade, de modo que tranquilizou as participantes para abordar o tema com demais professores e professoras.

A motivação e a responsabilidade das moderadoras para estimular as falas das participantes de forma leve foi destacada, assim como o conhecimento e a segurança para tratar dos temas, de maneira que “(...) deu a sensação de que todos e todas realmente são capazes de aprender e de poder transmitir o que foi aprendido” (Jéssica, formulário 2, 2022).

O respeito e o compartilhamento de conhecimentos também foram ressaltados como benéfico para a aprendizagem docente no curso, bem como a disponibilidade das moderadoras para sanar alguma dúvida antes, durante e após as Tertúlias.

Quadro 17 – Verificando a efetividade do desenvolvimento do curso de forma online.

Nome fictício	O curso realizado de maneira online favoreceu ou dificultou sua aprendizagem? Explique. Formulário 2
Alice	Não prejudicou minha aprendizagem, gosto muito do meio digital. E no meu caso que moro distante de São Carlos, foi uma maneira de poder participar.
Amanda	Favoreceu em muito.
Eliane	O curso online é muito bom. Evita a dispersão e se concentra muito no foco e no assunto abordado.
Jéssica	Favoreceu, pois se fosse presencial, estando em outro município, eu não poderia participar. O horário também favoreceu a participação. Acho que já tendo passado por uma graduação inteira presencial já tenho um hábito mais autodidata, por assim dizer, não sei se seria da mesma forma se eu não tivesse aprendido essa disciplina para estudar anteriormente.
Fabiana	Favoreceu, pois assim ficou mais fácil tem acesso ao conteúdo e aos encontros.
Lara	Facilitou muito a minha aprendizagem.
Priscila	As discussões após cada leitura permitiram compreender os textos propostos com mais objetividade e profundidade.
Rosa	Favoreceu e muito, pois não resido tão próximo a UFSCar e seria muito dificultoso fazer o curso com essa frequência e horário de maneira presencial.
Rosana	Favoreceu, principalmente no meu caso que estou me recuperando de um acidente, pois no momento não o faria se fosse presencial. E ter os textos enviados por e-mail permite a leitura e consulta quando precisar.

Ao verificarmos a efetividade do desenvolvimento do curso de forma online, a saber se favoreceu ou dificultou a aprendizagem das participantes do curso, constatamos que majoritariamente favoreceu a aprendizagem das docentes envolvidas no curso.

As participantes relataram que o meio digital favoreceu a aprendizagem e para além disso, possibilitou a participação no curso, já que algumas pessoas que concluíram o curso residem em cidades vizinhas de São Carlos/SP e só poderiam realizar o curso de maneira online.

O fácil acesso aos textos disponibilizados via Plataforma Google Classroom foi destacado como facilitador da aprendizagem, bem como o horário de início e término do curso, por ser no período noturno, agregando pessoas que trabalham durante o dia. Além disso, o meio digital foi visto como uma maneira de evitar a dispersão e possibilitar a concentração com foco no assunto que foi abordado.

A seguir, o quadro 7h, busca investigar a efetividade do desenvolvimento do curso para aprendizagem de conteúdos e identificar sugestões de melhoria para o curso.

Quadro 18 - Verificando a efetividade do desenvolvimento do curso para a aprendizagem de conteúdos

Nome fictício	A forma com que o curso foi desenvolvido contribuiu positivamente ou negativamente para a sua aprendizagem de conteúdos? Explique.	Qual sugestão você daria para melhorar o curso? Comente.
	Formulário 2	Formulário 2
Alice	Muito positivamente. Aprendi teoria, aprendi prática. E aprendi que tudo isso pode ser feito de forma tranquila e com apoio de outros profissionais	Mais tempo de curso porque adoraria aprender mais com vocês
Amanda	Positivamente. Me fez ver a necessidade que temos de conhecer mais profundamente o tema	Nenhuma
Eliane	Sim, com certeza. Nos levaram a uma reflexão e também conhecer mais especificamente a realidade da violência sexual infantil principalmente dentro do ambiente familiar.	Aumentar o número de participantes e reduzir o tempo diário do curso.
Jéssica	Sem dúvidas positivamente, pois reafirmou em mim a importância do papel que temos dentro da escola na proteção das crianças e trouxe também a importância da leitura de textos científicos durante os momentos de formação continuada, e não somente reuniões em que são usadas para preenchimento de burocracia ou de relatos de problemas. Claro que esses momentos também são importantes, mas na minha prática sinto falta desses momentos de conhecimento acadêmico para o preparo para a sala de aula.	Não tenho sugestões.

Nome fictício	A forma com que o curso foi desenvolvido contribuiu positivamente ou negativamente para a sua aprendizagem de conteúdos? Explique.	Qual sugestão você daria para melhorar o curso? Comente.
Fabiana	Positivamente, me ensinou muito sobre como agir nessas situações.	O curso foi maravilhoso.
Lara	Positivamente, pois estimulou a reflexão e produziu muito conhecimento.	Que o curso fosse oferecido nas escolas, especialmente no HTPC.
Priscila	Positivamente. Veio agregar quanto a postura a ser tomada nestas situações, permitiu conhecer formas de encaminhamento e de redes de apoio tanto para as vítimas das violências como a busca por ajuda aos professores, que costumam ser os principais agentes que podem perceber os diversos sinais que uma vítima deste tipo de abuso pode oferecer como pedido de ajuda, mesmo que inconsciente.	Não consigo pensar em nenhuma sugestão neste momento.
Rosa	Positivamente, inclusive utilizei o aprendizado de imediato.	Nada específico.
Rosana	Contribuiu positivamente, os textos foram muito bem selecionados, bem distribuídos dentro do cronograma. O tempo de duração de 2 horas de cada encontro sempre bem aproveitado propiciando conhecimentos sobre a temática.	O curso foi excelente podendo manter tudo.

Ao perguntarmos sobre a forma com que o curso foi desenvolvido, a saber se contribuiu positivamente ou negativamente para a aprendizagem de conteúdos por parte das participantes, constatamos pelas respostas das mesmas que contribuiu positivamente.

As respostas evidenciaram que é preciso estudo aprofundado sobre o tema de prevenção do abuso sexual infantil e conhecimento da realidade da VS contra crianças e adolescentes, principalmente dentro do ambiente familiar. Averiguamos que o curso possibilitou aprendizagem da teoria e também da prática, propiciando conhecimento sobre como agir diante dessa violência e mostrando que a formação neste tema pode ser feita de forma tranquila e com o apoio de outros profissionais.

As participantes concluíram que o curso reafirmou a importância do papel da docência dentro da escola na proteção de crianças e adolescentes, promovendo a reflexão crítica e tomada de decisões ao permitir o conhecimento sobre formas e encaminhamento e rede de apoio para as vítimas da VS infantil e também para o professorado, enquanto principais agentes na identificação de sinais de abuso.

Foi destacado que o conhecimento adquirido foi utilizado de imediato pelas participantes e houve a compreensão da importância de textos científicos durante os momentos de formação continuada de docentes.

Quando indagadas sobre sugestões para a melhoria do curso, as participantes pontuaram a possibilidade de o curso dispor de mais tempo e encontros para maior aprendizado e também o aumento do número de participantes do curso. Além disso, sugeriu-se também que haja oferta deste curso para as escolas, especialmente em horários de trabalho pedagógico coletivo (HTPC).

A seguir, o quadro Tal, sintetiza a efetividade do curso para a prática profissional e pessoal das participantes.

Quadro 19 – Verificando a efetividade do curso para prática profissional e pessoal

Nome fictício	Qual a relevância do curso para sua prática profissional? Formulário 2	Qual a relevância do curso para sua prática pessoal? Formulário 2
Alice	Muito relevante porque me instrumentalizou para o trabalho de formação de professoras e da comunidade. Já até comecei a utilizar estratégias do curso na minha prática profissional	Reafirmar a certeza de que precisamos estar atentos aos nossos alunos e se tivermos dúvida, denunciar sempre. que os órgãos competentes se encarregam de verificar se há ou não abuso/violência acontecendo. E vivenciei durante o curso um caso na escola de violência física contra um menino autista que mexeu muito comigo, porque eu fiz a denúncia e ele foi abrigado, retirado da família. Entrei no curso muito abalada e o acolhimento das professoras e a aula daquele dia tiraram um peso das minhas costas, foi muito importante pra mim. E sim, hoje estamos comprovando a violência da família e a criança está sendo amparada. Salvamos um menino nesse processo. E estou certa que teve impacto pelo curso acontecendo e pela postura que aprendi de não aceitar violência, mesmo essas "sutis" do dia a dia.
Amanda	Muito grande, como eu disse antes, nos faz ter ciência do quanto as crianças precisam da nossa atenção	Estar sempre observando o cotidiano
Eliane	Lidar com possíveis casos de violência sexual dentro da escola.	Conhecer melhor as estatísticas de violência e as possibilidades de lidar com o problema

Quadro 19 – Verificando a efetividade do curso para prática profissional e pessoal
(cont.)

Nome fictício	Qual a relevância do curso para sua prática profissional? Formulário 2	Qual a relevância do curso para sua prática pessoal? Formulário 2
Jéssica	Repito a resposta da pergunta 32.	Repito a resposta da pergunta 32 porque para mim é muito difícil desassociar meu eu profissional do pessoal. Não há como agir de uma forma enquanto pessoa e outra enquanto professora ou coordenadora, por assim dizer. Independente da situação, seja como profissional da educação ou como uma vizinha, se houver a suspeita de abuso infantil, farei a denúncia ao Conselho Tutelar. Tenho sempre também a intenção de continuar estudando e tendo acesso à dados atualizados a respeito do tema.
Fabiana	Uma maior sensibilização sobre o assunto e a importância de escutar e estar sempre atenta aos acontecimentos em sala de aula.	Mostrou com mais profundidade uma realidade que já sabia que existia.
Lara	Muito importante para abordar o tema com conhecimento e sabedoria na minha prática profissional.	Muito importante para abordar o tema com conhecimento e sabedoria na minha prática pessoal.
Priscila	Infelizmente (digo pela situação das violências contra crianças que temos visto e parece crescer), este curso é importante pois permite ver sob um olhar um pouco mais cuidadoso as crianças e as alterações de seus comportamentos, dos desenvolvimentos cognitivos que podem aparecer em decorrência das diversas violências que possam estar sofrendo.	Usar este conhecimento para também pode perceber qualquer tipo de violência, principalmente contra crianças, em diversos grupos sociais e poder alertar aqueles responsáveis que podem dar o apoio à criança vítima de violência sem colocá-la ainda mais em risco uma vez que a maior parte das violências contra crianças acontecem em casa e por aquelas pessoas que deveriam protegê-la.
Rosa	A relevância é muito positiva e gostaria que mais profissionais da rede que trabalho fizessem o curso.	Fortalecimento pessoal que incide nas ações cotidianas
Rosana	Imprescindível para minha formação profissional o tema abordado.	Muito relevante proporcionou aprendizagem necessária sobre uma temática delicada e urgente.

Em relação à prática profissional das participantes, as cursistas relataram que o curso as fez ter ciência do quanto as crianças precisam da nossa atenção e que aprenderam a lidar com possíveis casos e VS contra crianças e adolescentes dentro da escola. Que o

tema da prevenção ao abuso sexual infantil precisa de maior sensibilização e atenção, além de ter conhecimento efetivo sobre como identificar, encaminhar e acolher as vítimas.

Além disso, averiguamos que o curso pôde dar instrumentos às participantes para realizar o trabalho de formação do professorado e da comunidade no tema; Alice, por exemplo, relatou já ter começado a utilizar as estratégias aprendidas no curso em sua prática profissional de coordenadora, para a formação em tertúlia pedagógica dialógica no tema.

O curso também promoveu a importância da escuta ativa e a atenção aos comportamentos em sala de aula e Rosana expôs que gostaria que mais profissionais da rede em que atua como professora realizassem este curso.

Sobre a prática pessoal, as participantes relataram que o curso mostrou a realidade da violência trabalhada e necessidade de estarem atentas ao cotidiano e as crianças e adolescentes do dia a dia e ainda que foi essencial conhecer as estatísticas da VS infantil e as possibilidades para lidar com este problema. Além disso, a dissociação da prática profissional do pessoal foi destacada, bem como a intenção de continuar estudando o tema.

(...) porque para mim é muito difícil desassociar meu eu profissional do pessoal. Não há como agir de uma forma enquanto pessoa e outra enquanto professora ou coordenadora, por assim dizer. Independente da situação, seja como profissional da educação ou como uma vizinha, se houver a suspeita de abuso infantil, farei a denúncia ao Conselho Tutelar. Tenho sempre também a intenção de continuar estudando e tendo acesso à dados atualizados a respeito do tema (Jéssica, formulário 2, 2022)

O conhecimento aprendido no curso foi pontuado como delicado e urgente, podendo ser utilizado para perceber qualquer tipo de violência contra crianças em diversos espaços e grupos sociais e além disso, para poder informar e alertar aqueles responsáveis que podem dar o apoio à criança vítima de violência, sem colocá-la mais em risco uma vez, visto que a maior parte das violências contra crianças acontecem em casa e por aquelas pessoas que deveriam protegê-la.

O fortalecimento pessoal para agir em situações cotidianas também foi ressaltado, bem como uma criação de rede de apoio durante os encontros do curso.

(...) Reafirmar a certeza de que precisamos estar atentos aos nossos alunos e se tivermos dúvida, denunciar sempre. que os órgãos competentes se encarregam de verificar se há ou não abuso/violência acontecendo. Vivenciei durante o curso um caso na escola de violência física contra um menino autista que mexeu muito comigo, porque eu fiz

a denúncia e ele foi abrigado, retirado da família. Entrei no curso muito abalada e o acolhimento das professoras e a aula daquele dia tiraram um peso das minhas costas, foi muito importante pra mim. E sim, hoje estamos comprovando a violência da família e a criança está sendo amparada. Salvamos um menino nesse processo. E estou certa que teve impacto pelo curso acontecendo e pela postura que aprendi de não aceitar violência, mesmo essas "sutis" do dia a dia (Alice, formulário 2, 2022).

Por meio deste relato acima, podemos perceber que a prática profissional e pessoal se misturam e que o curso pôde auxiliar em ações em ambas as áreas, proporcionando conhecimento da VS contra crianças e adolescentes e assim, o fortalecimento para superar essa violência.

A seguir, o próximo quadro trata de sugestões para próximas ofertas do curso, a saber quais possíveis modificações as participantes fariam no curso e o que acrescentariam de conteúdo.

Quadro 20 – Sugestões para próximas ofertas do curso

Nome fictício	30 - O que você mudaria no curso? Comente. Formulário 2	31 - O que você acrescentaria de conteúdo no curso? Comente. Formulário 2
Alice	Seria ótimo uma extensão onde pudéssemos implementar algumas ações e ter um feedback das professoras, orientando nesse percurso. E meu maior desejo é ter essa equipe na minha escola para uma formação com meus professores, seria um sonho.	Feedback de práticas que fôssemos realizando na escola / Presença de vocês para formação de professores na minha escola
Amanda	Nada	Sempre há coisas novas, mas abordaria com mais ênfase o abuso virtual
Eliane	Achei que deveria ter mais participantes.	Acredito que os conteúdos apresentados foram suficientes para atingir os objetivos
Jéssica	Ainda não sei se eu releria o livro da Sanderson. Achei ele muitíssimo importante e esclarecedor, mas também muito difícil de ler. Não há como ter leituras leves em um curso como esse, mas textos como da Unicef e da OMS trouxeram dados sem essa sensação, talvez de desespero, que esse livro deu. Talvez por ele ser uma leitura mais específica sobre o tema mesmo, enquanto os outros abordaram a violência de uma forma mais geral.	Acrescentaria, talvez, diálogos com pessoas que fazem parte de órgãos como o Conselho Tutelar, para trazer quais são as ações tomadas e os encaminhamentos quando recebem denúncias de violência.
Fabiana	O curso foi muito bom, não mudaria nada	Nada, conteúdo muito bom.

Nome fictício	30 - O que você mudaria no curso? Comente. Formulário 2	31 - O que você acrescentaria de conteúdo no curso? Comente. Formulário 2
Lara	Nada a declarar.	Nada a declarar.
Priscila	Como acredito ser o meu primeiro neste formato, não consigo opinar neste sentido.	Não consigo pensar em nenhuma sugestão neste momento.
Rosa	Mais participantes, imagino que muitas pessoas desistiram, mas esse é um fato esperado, então iniciar com mais participantes.	Leituras de pesquisas nacionais e mais recentes.
Rosana	Nada.	Não tenho que o acrescentar, pois tudo foi muito bem selecionado, estruturado e conduzido.

Quando perguntadas sobre o que mudariam no curso, algumas participantes relataram que não mudariam nada, desde a dinâmica até os conteúdos dos encontros. Por outro lado, houve participantes que gostariam de uma extensão do curso, onde fosse possível implementar algumas ações e ter um feedback das formadoras do curso, orientando este percurso.

Duas participantes pontuaram a possibilidade de haver mais participantes em uma próxima oferta do curso, o que pode gerar mais aprendizado e troca de experiências. Além disso, uma participante também expôs o desejo de realizar a formação propiciada pelo curso na escola em que é coordenadora escolar.

O livro da Sanderson (2005) foi destacado como importante, mas também como muito difícil de ler e, como sugestão, a possibilidade de utilizar outros textos gerais no tema como o do UNICEF e da OMS utilizados para trabalhar sobre os dados da VS contra crianças e adolescentes no curso.

Sobre quais conteúdos as participantes acrescentariam no curso, foram dadas algumas sugestões como: abordar com mais ênfase o abuso sexual virtual, a utilização de pesquisas nacionais mais recentes e diálogos com pessoas que fazem parte de órgãos como o CT, a fim de trazer quais ações são tomadas por elas quando a escola encaminha uma denúncia de violência.

O próximo quadro 8b, trata de fatores relacionados a próxima oferta do curso.

Quadro 21 – Indicações para próximas ofertas do curso

Nome fictício	Você indicaria esse curso para outra pessoa? Formulário 2	Por favor, comente sobre sua resposta anterior. Formulário 2	Qual o tema que você sente que é o mais difícil de ser abordado? Justifique e sugira algo, por favor. Formulário 2	Como poderíamos levar o curso para escolas? Qual caminho fazer? Formulário 2
Alice	Sim	Eu falo desse curso o tempo todo com meus professores e com colegas coordenadoras. Todas as escolas deveriam ter essa formação e cuidar da prevenção de violência contra crianças e adolescentes, porque é uma realidade que acontece com muitas crianças, certamente com as crianças que lidamos no dia a dia escolar. É nossa função zelar por elas também.	Educação sexual é um tema difícil de ser abordado. Também com professores. Porque não tivemos essa formação e para nós também é tabu. O que pode ser feito é trabalhar o tema sem precisar nomeá-lo assim, com leituras, atividades lúdicas.	Quero dizer que é meu maior desejo esse curso na minha escola e desde já coloco a escola que atuo a disposição para isso. Estamos longe de São Carlos, poderia ser virtual. Mas adoraria algum momento presencial aqui com a gente, pra recepcioná-las com todo amor, carinho e gratidão que tenho a vocês. Parabéns por esse trabalho lindo. Gratidão por poder fazer parte dele. Sucesso a Rafaela na apresentação do Mestrado. E, por favor, venham pra cá ampliar esse conhecimento tão importante.
Amanda	Sim	É um tema de alta importância para todos	A identificação do problema em si	Entrando em contato com as secretarias de Educação e mostrando a real intenção do curso.
Eliane	Sim	O curso foi excelente e muito bem conduzido.	O abuso sexual dentro da residência. Engajar a escola com os integrantes da mesma seria um caminho de bons resultados.	Conversar com a equipe escolar e mostrar a importância da conscientização sobre o assunto.

Quadro 20 – Sugestões para próximas ofertas do curso (cont.)

Nome fictício	Você indicaria esse curso para outra pessoa?	Por favor, comente sobre sua resposta anterior.	Qual o tema que você sente que é o mais difícil de ser abordado? Justifique e sugira algo, por favor.	Como poderíamos levar o curso para escolas? Qual caminho fazer?
	Formulário 2	Formulário 2	Formulário 2	Formulário 2
Jéssica	Sim	Indicaria esse curso não só para docentes, mas para toda pessoa que tem preocupação com o tema e deseja aprofundá-lo com o desejo de prevenção.	Novamente cito o livro da Sanderson, especificamente a forma de aliciação das crianças. Parece difícil de acreditar como é "fácil" aliciar familiares e crianças para o abuso. Me fez sentir impotência diante do assunto, como se não houvesse a possibilidade de mudança (algo que mudou depois com a leitura dos demais textos).	Pensando no meu município de atuação, eu ofertaria para a SME com a possibilidade de pontuação para as professoras, pois assim, garantiria que a maioria das docentes teria interesse em fazer. A SME de vez em quando oferta formações online para nós desta forma e costuma ter grande participação.
Fabiana	Sim	Pois me ensinou muito sobre o tema.	As consequências nas vítimas	Conversar com as autoridades das unidades escolas e da secretaria da educação.
Lara	Sim	Para colegas de trabalho, amigos e outros.	A temática é difícil de ser abordado. Sensibilizar e impactar a todos sobre a relevância do assunto.	Parceria é fundamental com os gestores e supervisores de ensino.
Priscila	Sim	É um curso, que apesar do tema ser muito contundente e forte, se apresenta de uma forma leve, objetiva e muito esclarecedora.	É muito complicado tentar compreender "se é que podemos dizer assim" que uma criança possa sofrer qualquer tipo de violência, ainda mais a sexual, por parte daqueles que deveriam zelar, acolher, contribuir para seu desenvolvimento. É algo conflitante em vários aspectos	A partir das secretarias municipais, estaduais (por regiões) capacitando a rede de atuação contra a violência infantil de cima para baixo para que quando o professor se deparar com um caso deste tipo de violência, a rede já esteja capacitada e não a partir do professor que não teria para onde encaminhar se a estrutura educacional não está organizada para oferecer o apoio a todos os envolvidos no processo de acolhimento e encaminhamento para um acompanhamento de vítimas, famílias e das pessoas ao seu redor que poderiam ajudar de alguma forma.

Nome fictício	Você indicaria esse curso para outra pessoa? Formulário 2	Por favor, comente sobre sua resposta anterior. Formulário 2	Qual o tema que você sente que é o mais difícil de ser abordado? Justifique e sugira algo, por favor. Formulário 2	Como poderíamos levar o curso para escolas? Qual caminho fazer? Formulário 2
Rosa	Sim	Comentei muito sobre o curso com as alunas do curso de Pedagogia que trabalho e também com os profissionais da rede que atuo.	O mais difícil não é um tema em específico, mas é o profissional da educação se sentir parte do processo para realizar esse "estudo" sobre a violência sexual e mesmo a violência como um todo, pois geralmente há uma negação do ocorrido.	O caminho seria através da conscientização dos gestores, professores e também dos Departamentos e secretarias da educação, pois é preciso abordar de maneira muito significativa e incisiva a questão da violência sexual no contexto escolar, algo que é pouco valorizado, por acreditar que a mesma não ocorre com os alunos que trabalhamos
Rosana	Sim	É um tema delicado, mas necessário na formação de toda pessoa, pois toda sociedade precisa saber como agir, intervir e proceder diante da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes.	Homossexualidade - Identidade de gênero.	Parceria com a Secretaria de educação, identificar por meio de pesquisa temas relevantes previamente por meio de formulários on-line. Com formação a cada 15 dias em HTPC.

Todas as participantes relataram que indicariam o curso para outras pessoas, não só docentes, mas principalmente para os profissionais que trabalham nas escolas e demais pessoas que se preocupam com a VS infantil, pois é dever de todas as pessoas proteger e zelar pelo bem estar de crianças e adolescentes. A indicação do curso também se deu pelo tema de suma importância e pela condução ter sido feita de uma forma leve e objetiva.

Em relação aos temas mais difíceis de serem abordados, as participantes ressaltaram o tema do abuso sexual infantil como um todo e também a formação nesta área ainda ser considerada um tabu nas escolas. A identificação, a ocorrência dentro do ambiente familiar e as consequências da VS contra crianças e adolescentes também foram vistas como temas difíceis de serem abordados na formação.

É muito complicado tentar compreender "se é que podemos dizer assim" que uma criança possa sofrer qualquer tipo de violência, ainda mais a sexual, por parte daqueles que deveriam zelar, acolher, contribuir para seu desenvolvimento. É algo conflitante em vários aspectos (Priscila, formulário 2, 2022).

O livro da Sanderson (2005) foi trazido como uma leitura sensível e difícil de ser feita por trazer consigo diversos relatos de adultos que foram abusados sexualmente quando crianças e também de agressores, gerando um sentimento de impotência que foi posteriormente modificado com as demais leituras do curso, das quais proporcionaram perspectiva de mudança deste cenário violento que acomete crianças e adolescentes.

Vislumbrar o profissional da educação como parte do processo de superação do abuso sexual infantil foi identificado como difícil, devido a uma cultura de negação desta violência. Outro tema que apareceu como difícil de ser estudado foi a homossexualidade e a identidade de gênero.

Ao perguntarmos como levar o curso para as escolas e qual caminho fazer para que isso se concretize, as cursistas coloram o desejo de ter o curso na escola onde atuam e se colocaram à disposição para auxiliar nessa implementação. Outra sugestão foi entrar em contato com as Secretarias de Educação e expor os objetivos do curso, bem como conversar com a equipe escolar para alertar sobre os índices da VS contra crianças e adolescentes e a urgência deste tema.

Foi sugerido também realizar novamente o curso de maneira online e oferecer a possibilidade de pontuação para docentes que concluírem o curso, tornando o curso mais

atrativo para que mais pessoas participem. Parcerias com gestores e supervisores de ensino também foram colocadas como fundamentais.

7.1 Grupo focal Comunicativo

O grupo focal comunicativo ocorreu no 15º e último encontro do curso, em 17 de novembro de 2022, com duração de 2 horas e a participação de 8 cursistas. Esse encontro teve o objetivo de conversar profundamente sobre os temas tratados durante o curso, em busca de uma avaliação geral tanto do curso, como da aprendizagem.

Dos temas tratados ao longo do grupo focal comunicativo, sobressaíram alguns, que se tornaram categorias para análise, como Conselho Tutelar, Formação/capacitação de professores, Tertúlias Dialógicas, Clube de Valentes, Redes de apoio e proteção e desenvolvimento do curso. A seguir, a transcrição do grupo focal comunicativo, com todas as falas das participantes.

Após a transcrição do grupo focal comunicativo – que se encontra disponível no 2 – evidencia-se a análise das categorias identificadas em diferentes fontes (no diário comunicativo, nas atividades e no grupo focal comunicativo) possibilitando a triangulação de dados e, posteriormente, a discussão de cada categoria.

8. APROFUNDANDO A COMPREENSÃO SOBRE OS TEMAS DO CURSO: TRIANGULAÇÃO DE DADOS.

Para além da comparação entre o questionário inicial e o final respondido pelas participantes, conforme mencionado na metodologia da pesquisa, as filmagens dos encontros, as atividades respondidas pelas participantes em cada encontro e o grupo focal comunicativo realizado no último encontro com as participantes foram fontes de dados. Os dados obtidos com esses instrumentos foram organizados e analisados para se aprofundar a compreensão a respeito da efetividade do curso ofertado e conteúdos mobilizados.

Após transcrever os materiais, foi feita a sua leitura exaustiva, marcação dos temas emergentes e a consolidação de categorias, conforme as orientações de Bogdan e Biklen (1994). Priorizando a relevância dos temas e categorias, escolhemos aqui analisar alguns dias específicos do diário comunicativo, que traziam falas sobre o CT e a formação do professorado, sendo de suma importância trazer essas discussões para dentro das análises desta pesquisa. Utilizamos, assim, os dados do 1º, 2º, 5º e 7º encontros do curso. No mesmo sentido, justifica-se a utilização da atividade 6 do curso, como um recorte temporal realizado na metade do curso em busca de avaliar seu desenvolvimento. A partir destas fontes, produzimos uma matriz de análise, explicitando as menções a elementos excludentes e transformadores.

As categorias da matriz de análise foram dispostas na ordem em que foram citadas dentro do diário comunicativo, das atividades e também do grupo focal comunicativo, sendo nove categorias: *Conselho Tutelar, Formação/capacitação de professores, Tertúlias Dialógicas, Clube de Valentés, Redes de apoio, Curso: desenvolvimento e livro da Sanderson (2005), Família e Educação Sexual.*

O CT, a *Formação/capacitação de professores, Redes de apoio e Desenvolvimento do Curso* apareceram em todos os instrumentos de coleta de dados. No Diário Comunicativo e nas atividades apareceram as categorias *Família e Educação Sexual*, enquanto apenas no Grupo focal Comunicativo apareceram as categorias *Tertúlias Dialógicas, Clube de Valentés* e a subcategoria *Livro da Sanderson (2005)*.

Quadro 22: Matriz de análise das dimensões excludentes e transformadoras dos temas

Categorias	Diário comunicativo		Atividades 6º Encontro (08/09/2022)		Grupo focal comunicativo		Total de menções		
	Dimensão excludente	Dimensão transformadora	Dimensão excludente	Dimensão transformadora	Dimensão excludente	Dimensão transformadora	Dimensão excludente	Dimensão transformadora	
Conselho Tutelar	16	5	0	2	0	3	16	10	
Formação/capacitação de professores	7	4	7	7	2	6	16	17	
Tertúlias Dialógicas	0	0	0	0	0	12	0	12	
Clube de Valentes	0	0	0	0	0	2	0	2	
Redes de apoio e de proteção	0	2	0	3	0	2	0	7	
Curso	Desenvolvimento	1	3	1	15	0	8	2	26
	Livro Sanderson (2005)	0	0	0	0	7	3	7	3
Família	1	0	6	3	0	0	7	3	
Educação sexual	2	2	2	1	0	0	4	3	

A primeira categoria mais citada pelas participantes nos diferentes materiais foi o *Desenvolvimento do Curso*. No Diário Comunicativo essa categoria foi citada 1 vez na dimensão excludente e 3 vezes na dimensão transformadora. Nas atividades o Desenvolvimento do Curso foi citado 1 vez na dimensão excludente e 15 vezes na dimensão transformadora. No Grupo focal essa categoria foi citada 2 vezes na dimensão excludente e 8 vezes na dimensão transformadora. No total, o Desenvolvimento do Curso foi citado 2 vezes na dimensão excludente e 26 vezes na dimensão transformadora.

A segunda categoria mais citada foi a *Formação/capacitação de professores*. No Diário Comunicativo essa categoria foi citada 7 vezes na dimensão excludente e 4 vezes na dimensão transformadora. Nas atividades foi citada 7 vezes na dimensão excludente e 7 vezes na categoria transformadora. No Grupo focal Comunicativo a Formação foi citada 2 vezes na dimensão excludente e 6 vezes na dimensão transformadora. No total, essa categoria foi citada 16 vezes na dimensão excludente e 17 vezes na dimensão transformadora.

A terceira categoria mais citada foram as *Tertúlias Dialógicas*. No Diário Comunicativo e nas atividades essa categoria não foi citada, entretanto, no Grupo Focal Comunicativo, foi citada 12 vezes apenas na dimensão transformadora.

Passamos a descrever e a analisar cada uma das categorias.

8.1 Conselho Tutelar

Para discussão do CT é importante conhecer sua história e a forma que este órgão se articula. Em 1927, surge no Brasil, um dos primeiros documentos legais direcionado às crianças e os adolescentes, chamado Código de Menores. Este código possuía a função de estabelecer diretrizes para o trato da infância e da juventude. No entanto, havia uma distinção entre as denominações “criança” e “menor”, pois criança se referia àquelas pertencentes as famílias que detinham poder econômico; e menor era estipulado para nomear crianças de famílias pobres, que no pano de fundo, eram vistas não como marginalizadas, mas sim marginais.

Neste sentido, o Código de Menores mantinha um caráter assistencialista, patriarcal e excludente. Com soluções paliativas, não havia de fato a preocupação com as realidades da infância e da adolescência brasileira. Crianças e adolescentes envolvidos no “cenário irregular” – infratores o/ou titulados por terem “desvio de conduta” – eram segregados e marginalizados da sociedade, maquiando a raiz do problema: estas eram

vítimas de maus-tratos, abandono, pobreza e demais fatores que demandam medidas distintas.

Na década de 1980, o Brasil caminha com passos de uma nação recém-saída de duas décadas de ditadura, em direção a garantia dos direitos humanos. Acontece uma mobilização social e de organizações voltadas à infância – além da pressão internacional – para o surgimento do artigo 227¹⁹ da Constituição Federal, que garante às crianças e adolescentes proteção e direitos fundamentais de sobrevivência.

Com a ampliação dos direitos de crianças e adolescentes, em 13 de julho de 1990, surge o ECA, um dos documentos mais importantes para a garantia de direitos e proteção da criança e do adolescente. É nele que o trabalho do CT se embasa para atuar em prol do bem estar físico e psicológico desta população, bem como no enfrentamento de violências perpetradas contra a infância e a adolescência.

Este Estatuto (2007) pressupõe que as crianças devam ser protegidas das diversas formas de violência:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 2007, p.11).

O CT por sua vez, surge como instrumento de garantia destes direitos, mediante a previsão expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 131, nos seguintes termos: “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.” (ECA, 2017, p.64).

Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha (ECA, 2017, p.64-65).

¹⁹ Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_227_.asp. Acesso em: 10 jan. 2023.

O art. 133 do ECA, prevê que para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, possua os seguintes requisitos: “I – reconhecida idoneidade moral; II – idade superior a vinte e um anos; III – residir no município” (ECA, 2017, p.65).

São atribuições do CT: atender as crianças e adolescentes em situações de negligência, violência e /ou maus-tratos; atender e aconselhar os pais ou responsável; requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações; encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional; expedir notificações; requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário; assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos; e representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural (ECA, 2017).

As denúncias ao CT podem ser realizadas – de forma anônima ou não – por meio do Disque 100, pelo telefone dos Conselho da Cidade ou diretamente o prédio em que reside o órgão na cidade, além disso, há um aplicativo – vinculado diretamente ao Disque 100 – chamado Proteja Brasil, que por meio de aparelhos móveis permite realizar denúncias.

O CT realiza um trabalho de rede entre órgãos, comunidades, instituições escolares e demais pessoas civis na garantia de proteção de crianças e adolescentes. Trabalho este que se aproxima do conceito de rede social proposto por Castells (2000), que define o compartilhamento de poder, de recursos humanos e materiais de um conjunto social, seja formal ou informal, de grupos, instituições e indivíduos em determinado território. Neste sentido, são tecidos sociais que se articulam em prol de objetivos comuns, cuja a teia é construída por meio de um processo de participação coletiva e de responsabilidades que são compartilhadas. Todavia, ressalta-se, no entanto, que o CT não é órgão de segurança pública, e não lhe cabe a realização do trabalho de investigação policial, substituindo o papel da polícia judiciária (polícia civil).

O CT foi citado nos três instrumentos de coletas de dados, diário comunicativo, Grupo focal Comunicativo e nas atividades. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções do CT na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 23: Resumo de menções do CT na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão excludente	Dimensão transformadora
Falta de retorno do CT após encaminhamentos de denúncias;	Importância deste órgão de proteção às crianças e aos adolescentes no ambiente escolar, bem como a primeira fonte de acesso para denunciar casos suspeitos ou evidenciados na escola.
Dificuldade em estabelecer comunicação com Conselheiros;	
Falta de unidade entre CT e escolas	O CT foi identificado como órgão formador de profissionais escolares

No *diário comunicativo*, os dias de discussão mais frequentes sobre o CT foram o 1º (04/08/2022), 2º (11/08/2022) e 5º (01/09/2022) encontro do curso, sendo assim, são estes encontros que pautamos nossa análise advinda deste instrumento de coleta de dados.

O CT foi citado 16 vezes na dimensão excludente e 5 vezes na dimensão transformadora no diário comunicativo. Nesta análise foi possível identificar que, em relação à dimensão excludente, a maioria das participantes relata a falta de retorno do CT quando a escola notifica alguma suspeita ou caso de violência que se evidenciaram na instituição escolar. Os seguintes questionamentos de uma participante ilustram essa afirmação:

(...) Quando aconteceu um caso lá na unidade que estava eu fiz alguns questionamentos né, falei gente, como que a gente vai trabalhar essa questão? Como que o CT vai chegar até a gente, nós professores, para trabalhar? Não, mas eles não virão. Eles precisam estar aqui para nos dar suporte também, de como age o CT numa situação dessa? E como nós professores podemos auxiliar e ter um olhar mais atento a todas as situações que acontecem? A gente não está preparado. Aí eu até questioneei, falei será que não seria interessante ao invés de afastar essa criança completamente da escola, porque ela foi afastada, ela não veio mais para aula, para unidade, porque é a educação infantil, né. Não seria interessante ter um olhar tipo assim, mostrar um outro lado da escola? (...) Não, o CT vai agir fora e na escola é como se não tivesse acontecido isso. E a cabeça da criança, como vai ficar? (...) Então eu comecei a fazer vários questionamentos e aí me podaram e falaram, não, deixa aqui quem tá investigador da delegacia da mulher e o CT junto com a família. E aí a gente não ficou sabendo de mais nada, até a gente ter sido, né, intimados a comparecer na delegacia. Então eu faço o desfecho para minha formação em si, como lidar com uma situação, se um dia

vier acontecer novamente, eu não tive. Então ficou tipo assim, a lei age a escola não. Então a escola, que seria um lugar de processo educativo para tantas situações, inclusive essa dessa suposta violência sexual, nos eximiu, a gente ficou com ponto de interrogação assim, então a escola não tem que fazer nada, se aconteceu aqui dentro, tá bom, aconteceu a gente não tem culpa de certa forma, entre aspas né. Então a gente não tem culpa ou a gente teve muita culpa, se realmente aconteceu a gente não olhou, a gente não teve um olhar atento, a gente não ajudou em nada. Então quer dizer que ficou uma negativa muito grande em cima da escola nesse caso (...) (Rosana, 1º Encontro, 04/08/2022).

Nota-se, portanto, um descontentamento com o procedimento do CT após receber uma denúncia da escola, especificamente no caso relatado por Rosana, a escola não obteve retorno da violência denunciada e desta forma, a professora envolvida se sentiu desamparada pelo CT e sem saber como proceder após a denúncia. Neste sentido, as participantes também pontuaram a necessidade de saberem quais os desfechos dos casos encaminhados para o CT como ação formativa para a profissão. Outra fala de uma participante ilustra a importância e a falta de retorno do CT diante de um caso encaminhado pela escola:

(...) A gente também teve um caso na escola, fizemos os encaminhamentos e o CT não deu retorno nenhum para escola, não falou com a gente de forma alguma. Depois acabou se resolvendo a questão (...). E durante esse tempo todo a gente foi passando as informações para o CT, primeiro buscando orientação do Conselho né, porque eles não costumam dar esse tipo de orientação, de como a escola tem que proceder, o que que precisa fazer (...). Mas, quando a gente precisou, a gente precisou, a gente teve que ir atrás, a gente precisou ligar, mandar e-mails, nos encontramos com eles para ter todas as orientações necessárias, para poder atender essa criança. Aí quando a gente fez um relatório, que consegui fazer o encaminhando foi quando a mãe o tirou, aí a gente reencaminhou informando como tirar da Unidade, pro CT fazer essa ponte, mas o CT não tem retorno para gente, não sabemos nem se ele chegou entrar em contato com a escola, porque esse tempo depois a mãe retornou para criança, então realmente como um vácuo né. O CT é importante, tem que um órgão de atendimento para criança, mas me parece que muitas situações ele se omite, e ele faz o que tava sendo falado antes, ele joga a culpa na escola, ah é escola que não manda, a escola que não vai atrás, a escola que não quer saber, a escola que barra o nosso acesso, o que não é verdade. Todas as vezes que a escola foi procurada pelo CT, nós informamos prontamente a situação que a gente via na escola da criança (Amanda, 5º encontro, 1/09/2022).

Além disso, pôde-se identificar, por meio das falas, falta de auxílio do CT para com os profissionais escolares e pouca articulação entre escola e CT e ainda, que as

docentes observaram em suas vivências pouco trabalho efetivo de órgão, como relata Priscila ao dizer que “O Conselho Tutelar também, a gente não vê a resposta deles, a gente não vê um trabalho mais efetivo né, a gente só vê notificações (...) (Priscila, 2º encontro, 11/08/2022).”

Ademais, em uma das falas das participantes, foi possível identificar a falta de posicionamento e omissão da direção escolar frente aos casos de violência revelados na escola. Na mesma fala, é possível analisar um diálogo entre um conselheiro tutelar indicando a uma professora, durante um curso de formação, que a escola não costuma gostar da presença dos conselheiros tutelares no ambiente escolar. A seguinte fala demonstra os pontos levantados:

(...) Não é medo assim, como é a gente faz o registro sabe na educação infantil, observamos na criança uma marca que não tinha, chama diretora né, porque a gente tem que submeter a direção qualquer coisa que a gente visualiza. E aí muitas vezes, a gente é orientada a não falar nada (...). Às vezes é nítido gente ver marca de cigarro, queimaduras de ferro, coisas assim que pode acontecer da criança teve barrado sim, mas às vezes é constante a gente relatar e a orientação normalmente é não aprofunda sabe, não aprofunda. Ah então notifica o Conselho né, não vem... Eu cheguei no absurdo... eu fiz um curso de... era sobre o as várias secretarias da prefeitura, esqueci o nome do título agora, do curso em si, mas a gente teve com CT, eu cheguei no absurdo de ouvir de um conselheiro tutelar que as escolas são contra o Conselho, “aí não é que a gente não vai na escola, é que vocês não acionam, vocês não aceitam o conselho na escola, não aceitam o conselheiro tutelar na escola”. Não é isso não, é que normalmente professor relatou, diretor disse enviou o ofício e não teve resposta, então é raros casos que realmente o Conselho vem verificar a denúncia que a gente passou adiante para direção sabe ou muitas vezes vai conversa com a diretora e a gente não tem o retorno do que foi dito, não sabe se chegou a acionar a família não, muitas vezes a família até muda de instituição, porque, acho que se sente constrangida, se sente perseguida, não sei. Então a gente já teve caso assim de não ter um retorno não sabe, aí você fica com medo porque começa a te olhar feio hora que você sai da escola, começa a fazer rodinha na frente da unidade, entre as mães assim fala alto que vai pegar a professora, deixa ela falar mais alguma coisa a respeito do meu filho, eu quero ver provar, então assim, já teve várias ameaças (...) (Rosana, 5º encontro, 1/09/2022).

Em um estudo de Teixeira e Taquette (2010), ao tratarem sobre as causas da subnotificação de casos de VS identificados na escola, expõem a descrença crescente da população nos sistemas de proteção que reflete em uma redução gradual das comunicações aos CTs, bem como, a percepção rasa destes órgãos criarem uma espécie de “filtro” frente ao grande número de ocorrências, priorizando as “muito graves”.

É inegável que a ação do CT diante do acolhimento dos casos de violência revelados na escola suscita uma série de questionamentos. Se por um lado é imprescindível a atuação dos Conselhos para os direitos das crianças e dos adolescentes, por outro lado, estudos apontam uma tendência em torno da qual parece haver consenso a partir da fala das participantes do curso: precariedade em recursos humanos; despreparo de conselheiros para o desempenho de suas atribuições; e escassez de diálogo e falha na comunicação entre escola e conselheiros tutelares (GONÇALVEZ e BRITO, 2011; CAVALCANTI, 1999).

Ainda no diário comunicativo, o CT foi citado 5 vezes na dimensão transformadora e todas as falas consistem em considerar a importância deste órgão de proteção as crianças e aos adolescentes no ambiente escolar, bem como a primeira fonte de acesso para denunciar casos suspeitos ou evidenciados na escola. Além disso, uma das indicações foi a parceria estabelecida entre escola e CT, principalmente em relação a ação de cobrar retorno de uma unidade para outra, visando a proteção integral da vítima da violência durante o processo e também após o encaminhamento para o CT. O relato de uma coordenadora pedagógica ilustra essa análise:

(...) Eu tô atuando como coordenadora desde o ano passado e quando eu ouço as minhas colegas coordenadoras falando isso né, que elas não têm retorno, eu pergunto, mas você entra em contato com o Conselho Tutelar posteriormente para perguntar se houve uma visita à residência? Porque esse é um hábito meu né, que eu comento com as minhas colegas também, que pelo menos uma vez por mês eu retorno ao Conselho Tutelar, eu ligo para perguntar se tem retorno dos relatórios que a gente enviou né. O ano passado a gente teve um caso que eu encaminhei por conta de buscativa né, eram crianças que não entregavam as atividades na escola, quando ainda era online e no presencial não retornaram e junto com meu relatório e com uma denúncia anônima, provavelmente de vizinhos, descobriu-se que era um caso de abuso sexual em casa. Então é importante que a gestão escolar também procure esses órgãos né, então eu deixo já marcado na minha agenda, todo início de mês vai ter um dia que eu vou entrar em contato com Conselho Tutelar para cobrar, e aí e os relatórios que a Unidade Escolar enviou né, qual que é o retorno que o Conselho tem mesma coisa para UBS que tem a psicóloga que atende algumas das nossas crianças e o CAPS né com a Psiquiatra. Então a gente também tem que ter esse hábito de solicitar o retorno, entender que essa também é uma função nossa de solicitar esse retorno, e tanto é que às vezes o Conselho Tutelar me cobra também relatórios de retorno de aluno. Então no outro caso desse ano, dois irmãos e não estavam indo para escola e aí a gente acionou Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar foi na casa e periodicamente Conselho Tutelar entra em contato com a escola pedindo relatório de acompanhamento, se as crianças estão indo à escola, se quando elas vão à escola elas estão bem cuidadas, se elas estão limpas, como que tá o

aprendizado dessas crianças, se elas vão todos os dias, se chegou atrasada. Então eu acho que é possível ter essa parceria, mas precisa ser uma via de mão dupla precisa ser dos dois lados, porque se a gente envia a documentação e depois não faz mais nada de fato a gente não vai ter retorno. Então eu acho que é bacana, falando enquanto gestora, aí é uma coisa que tem dado certo para mim né, para nós da escola, é solicitar esse retorno do Conselho Tutelar, e ter esse diálogo com eles, conhecer os conselheiros para garantir que a gente tenha mesmo essa devolutiva (Jéssica, 5º encontro, 1/09/2022).

O relato acima evidencia a possibilidade de parceria entre escola e CT e que é responsabilidade de ambas as unidades proteger as crianças e os adolescentes. Neste sentido, como ilustra Jéssica em sua fala, é preciso que a instituição escolar e seus profissionais reúnam esforços para manter o contato ativo com o CT, fortalecendo este vínculo e fomentando a parceria entre as duas partes.

Nas *atividades*, o CT não foi citado nenhuma vez na dimensão excludente e 2 vezes na dimensão transformadora. Sendo assim, as falas indicaram a relação entre denúncia, CT e escola, sendo o CT o primeiro órgão a ser notificado quando há suspeita ou constatação de qualquer tipo de violência.

A despeito disso, a orientação que devemos encaminhar qualquer tipo de maus tratos ao CT é a que predomina, de forma que a primeira orientação sobre como proceder nesses casos, tem que partir do próprio conselheiro. Desta forma os “achismos”, seriam eliminados (Amanda, 6º atividade)

Pode-se identificar nesta fala de Amanda que uma das responsabilidades do CT é orientar o corpo docente em casos de denúncia, para assim superar os “achismos” de como proceder. No mesmo sentido, foi pontuado também por Amanda que a escola não deve se eximir de esclarecimentos e depoimentos que forem solicitados, agindo em parceria com o CT para proteção das vítimas, ao dizer “Creio que a denúncia da escola deva ser reportada ao Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários, sem se eximir de esclarecimentos e/ou depoimentos” (Amanda, 6º atividade).

No *Grupo focal Comunicativo*, o CT não foi citado nenhuma vez na dimensão excludente e 3 vezes na dimensão transformadora. O CT foi identificado como órgão formador de profissionais escolares, como indica a fala a seguir.

(...) Propor uma formação, já para supervisão de coordenação, diretores que assumiram concurso nessa temática e com o Conselho Tutelar, mais o pessoal da assistência, formar uma rede e uma documentação, propor uma documentação, uma normativa (...) (Rosana, Grupo focal Comunicativo).

Cabe ao conselheiro tutelar fiscalizar se a família, a comunidade, a sociedade em geral e o Poder Público estão assegurando a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ademais, o CT também atua na prevenção de violações de direitos deste público, promovendo palestras e disseminando informações para efetivação da proteção.

Uma participante também indicou que o CT acolheu uma denúncia em que realizou como coordenação escolar,

(...) Eu tive um caso de violência na minha escola, que eu denunciei e o menino foi acolhido né, um autista e no dia que ele foi acolhido, que Conselho Tutelar foi buscar né, que ele foi embora eu entrei na aula muito mal assim, me sentindo culpada, com medo de ter feito algo errado né, será que eu estou prejudicando uma família e tal (...) (Alice, Grupo focal Comunicativo).

O professorado ou qualquer profissional, diante de suspeita e/ou confirmação de abuso e/ou maus tratos, de acordo com o ECA (2007), tem a obrigação de denunciar para os órgãos competentes:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de Lei n 105 o 8.069/1990 comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários mínimos de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (ECA, 2007, p.104- 105).

Cabe ressaltar, de acordo com o ECA (2007), que os profissionais em contato com a criança e com o adolescente possuem o dever de denunciar caso tenham qualquer tipo de suspeita. Não é necessário ter comprovação e nem mesmo fazer uma denúncia formal à Delegacia ou outros órgãos da polícia, o caminho mais eficaz é a comunicação ao CT do município (BRINO *et al.*, 2011).

Quando acionado, o CT mediante a uma suspeita ou constatação de violação de direitos, cabe ao órgão aplicar medidas de proteção pertinentes ao caso específico. Tais medidas protetivas podem ser: acompanhar os pais, encaminhar para o CREAS; solicitar ajuda psicológica, psiquiátrica ou médica; em casos extremos – considerando que o ambiente que a criança/adolescente vive é de risco – o CT faz a primeira intervenção, retirando a criança da família natural até outros membros desta família.

Em outro relato, Jéssica ao pontuar sobre a falta de formação acadêmica em seu curso de graduação, coloca o CT como fonte de encaminhamento em caso de contato com algum tipo de violência evidenciado na escola:

Acho que tô um pouquinho nessa transição de estudante para professora, porque eu acabei de me informar me formar em 2018. Na UFSCar, eu me deparei com o tema em disciplinas optativas, então foi como eu tive contato e lembrando aqui agora, quando eu tava na disciplina de estágio, eu lembro que a professora falou sobre isso também né. Eu não lembro, se foi porque algum colega da sala perguntou, ou se se ela já tinha se preparado para falar sobre isso, sobre caso alguma criança denunciasse né, que tava sendo vítima de violência para nós estagiários e estagiárias, o que que era para a gente fazer né, então seria conversar com a professora da sala e conversar também com ela para que ela fizesse um caminhamento e conversasse com a escola, mas assim não deu detalhes né, apenas que iria para o CT (...) (Jéssica, Grupo focal Comunicativo).

A partir dessa fala de Jéssica, podemos identificar o CT como órgão de principal acesso para denúncias de casos de violência revelados na escola. É consenso entre os profissionais escolares de que este é o procedimento padrão e inicial, contatar o CT. Entretanto, o que se evidenciou também diante das falas das participantes do curso, foi que o conhecimento que possui se limita até o encaminhar da denúncia, deixando-as sem saber como proceder após contatar o CT. Fato este que se vislumbra ser uma falta de formação no tema de prevenção de violências e também pouco diálogo entre CT e escola após receber as denúncias.

8.2. Formação/capacitação de professores

A categoria de formação de professores foi citada no total, em todos os instrumentos de coleta de dados, 16 vezes na dimensão excludente e 17 vezes na dimensão transformadora. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre a formação/capacitação de professores na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 24: Resumo das menções sobre a formação/capacitação de professores na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão excludente	Dimensão transformadora
Aligeiramento das formações do professorado, das quais não se trabalha a fundo temas importantes como formação científica no tema do abuso sexual infantil.	Importância da formação sobre abuso sexual infantil na formação inicial e continuada, abordando em específico, a possibilidade da formação sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes constar no currículo pedagógico dos cursos de graduação em que se formam o professorado.
Pouca procura de cursos como este que abordem essa questão.	
Falta de preparo que professoras/es possuem diante do tema de VS infantil.	
Distanciamento da atuação docente da proposta do ECA.	Instrumentalização enquanto coordenadora escolar - Superação de inseguranças para capacitar demais agentes escolares.
Necessidade desta formação acontecer no início da carreira docente, em cursos de graduação e também nos de formação continuada.	

No *diário comunicativo*, essa categoria foi citada 7 vezes na dimensão excludente e 4 vezes na dimensão transformadora. No que se refere a dimensão excludente, em grande maioria, as participantes do curso relataram a falta de formação e capacitação no tema de prevenção de violências, em específico a VS contra crianças e adolescentes. Outra questão levantada é o aligeiramento das formações do professorado atuais, das quais não se trabalha a fundo temas importantes como formação científica no tema do abuso sexual infantil em cursos iniciais e de formação continuada, o que reflete diretamente na prática dos profissionais escolares no cotidiano escolar, como evidencia o seguinte depoimento:

(...) Eu acho que ultimamente, a gente tá tendo formações docentes aligeiradas, muito rápidas ou então, quando eu falo dos cursos de formação, das licenciaturas mesmo né, muito distantes da realidade, da questão científica da formação, até mesmo por algumas questões governamentais, aqui não cabe a gente discutir. E aí muitas vezes na escola, é um excesso de informação e pouco conhecimento, então o docente acaba sendo meio, desculpa palavra que eu falar né, então meio palpiteiro, vai falando de tudo e esquece, não colocando como se pudesse dar conta de tudo, sem aquele real conhecimento, só uma informação, então viu na televisão viu na internet de uma rede social. Isso é uma coisa muito complicada, principalmente quando a gente tá falando, todos os assuntos né, a gente pode falar de alfabetização, só ver, se não tem conhecimento aplicado, matemática, mas na questão da educação sexual, da violência sexual no caso aqui, a gente tá discutindo é bastante complicado porque envolve uma série de questões né, o outro, envolve os sentimentos e volto né, uma formação científica é muito importante. (Rosa, 2º encontro, 11/08/2022, 37m)

Ainda sobre a falta de formação e oferta de cursos que abordem a VS contra crianças e adolescentes, foi exposto por uma participante, entretanto, a e pouca procura de cursos como este que abordem essa questão.

(...) A busca por um modelo de formação de profissionais, não só isso, mas com várias coisas né, existe um aumento, eles fazem né, as escolas, a prefeitura, principalmente nossa rede, capacitação. Só que eu nunca vi uma capacitação que viesse a fazer esse tema né, da violência sexual, não existe né, assim muito difícil, esse curso por exemplo, que tá tendo agora com vocês. É um curso que foi divulgado na rede e tudo, mas poucas pessoas se interessaram né, e a capacitação contínua desses profissionais, que eu entendo né, para prevenção, identificação, notificação, é papel da secretaria né, precisa ser tomada pela Gestão Municipal e o que raramente acontece. Então é uma fala assim, que eu acho interessante né, os profissionais eles encontram dificuldades para compreender, ter compreensão desses fatores né, que são de tratar mesmo, o acolhimento né, essas crianças e adolescentes, que forma essa violência e uma forma de a gente poder estar interagindo na mediação de conflitos né. Então apesar de ser uma responsabilidade do poder público, isso não acontece né, não existe essa formação e esse encontro, esse curso, está vindo de encontro a tudo isso. Seria assim interessante que mais pessoas buscassem esse tipo de formação, porque para lidar com esse tipo de problema é preciso preparo, conhecimento, que a gente tenha mecanismos para reduzir as consequências físicas, psicológicas e sociais dessas crianças e adolescentes e outras vítimas né. Então se a gente não tiver um engajamento na solução desses conflitos, isso fica notoriamente comprometido, no caso da violência sexual que abrange tanto na violência doméstica. (Priscila, 2º encontro, 11/08/2022)

No relato de Priscila podemos observar a necessidade que os profissionais da educação possuem em terem formação sobre o abuso sexual infantojuvenil, pois é um tema que não sabem lidar e sendo assim, não conseguem proteger crianças e adolescentes. Outra fala que relata a ânsia da docência por formação na temática é a de Rosana:

(...) Essa ânsia que nós temos (...) de que a gente não tem uma capacitação né, o tema violência sexual, ele é um tema que nos afeta muito, nos incomoda muito, porque justamente por isso não tem capacitação para trabalhar isso e emocionalmente também algo que se a gente tem um caso na unidade você fica desestruturada, porque você se você fala que o diretor, o diretor fala para o outro e tal e vai virando uma situação que você acaba se tornando incapaz de resolver. Mas não nos cabe resolver como o curso tá trazendo, nos cabe saber identificar esse tipo e dá para o segmento né para que que outros órgãos que teriam maior competência para apurar, averiguar, fazer esse papel... Então penso que nós professores nós estamos ali na escola, a gente

precisa ter o que o texto faz, essa inteligência emocional para saber lidar, não desesperar, mas também não ficar intimidado e incapacitado mediante ao que a gente pode falar tá vindo como possibilidade de violência. E eu vou bater sempre na tecla de uma rede né e essa rede tem que ser muito bem amarrada para que nós professores, que geralmente estão ali mais próximos das crianças, consigamos o que é necessário, no caso assim ó, a gente presume que tá acontecendo, mas não cabe a nós também verificar se está ou não, então a gente é a primeira linha ali né para averiguar isso e trazer à tona, mas não nos cabe além disso. Acho que no momento assim essa criação dessa rede é muito necessária, para que as coisas assim acontecerem de forma mais efetiva para que a vítima, a possível vítima, seja acolhida da forma que competem pelos profissionais. (Rosana, 7º Encontro, 15/09/2022)

O depoimento de Rosana ressalta fortemente a falta de preparo que professoras e professores possuem diante do tema de VS infantil e além disso, a necessidade de uma formação que abranja o emocional, devido a delicadeza e dureza deste tema. Sendo um tema que desestrutura, como pontuado pela participante do curso, quando não se sabe o que fazer gera o sentimento de incapacidade e coloca crianças e adolescentes em risco. Sendo assim, um ponto demarcado por Rosana, é a criação de redes para que a proteção aconteça de forma efetiva e que a vítima seja acolhida pelos profissionais da educação e também por outros profissionais que competem essa função.

Nas *atividades*, as falas das participantes indicam a mesma coisa que revela o diário comunicativo, ressaltando fortemente a importância de cursos de formação sobre VS infantojuvenil serem pautadas em evidências científicas.

(...) Como realmente as professoras e professores do país precisam de uma formação acerca da prevenção da violência, com base em legislação e documentos comprovadamente científicos, pois questões como a leitura do ECA, por exemplo, deveriam ser obrigatórias para todos que trabalham na educação. (Jéssica, 6º atividade)

A atuação de muitos profissionais da área da educação ainda está distante da proposta do ECA, pois muitos que se deparam com evidências de maus tratos não se encontram preparados para uma atuação condizente com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diante da gravidade da problemática, a escola tem um papel importante e é parte de uma rede fundamental não apenas para o processo de formação de identidade e socialização do aluno, mas também para a proteção da criança. (Eliane, 6º atividade)

Chama atenção de como a violência por abuso sexual é difícil de ser identificada e delicada de ser abordada, principalmente no contexto escolar; penso que por medo, desconhecimento e não formação efetiva

com base teórica e científica, como temos estudado neste curso, urge ser necessária sobre a temática, pois acabamos percebendo haver na escola um despreparo para abordar o assunto. (Rosana, 6º atividade)

Jéssica, Eliane e Rosana trazem a problemática da falta de formação docente com base em evidências científicas no tema de prevenção de VS infantil e Jéssica e Eliane acrescentam o distanciamento da atuação docente da proposta do ECA, pois ao desconhecer a temática do abuso, também anuncia a precariedade no conhecimento do ECA.

Outro tema citado pelas participantes dentro da formação e capacitação do professorado, é a necessidade de tratar o tema do abuso sexual infantil desde cursos iniciais de formação até os cursos de formação continuada.

(...) O professor pode fazer muito por seu aluno, pois a escola as vezes é o único lugar que pode contar o que está acontecendo. Mas para que o professor esteja preparado para essa realidade, ele precisa de formação, que na minha opinião deveria ser fornecida pela instituição em que esse professor atende, deveria fazer parte da grade curricular de curso de pedagogia e ser obrigatório oferecer a todos que lidam com crianças (Fabiana, 6º atividade).

Despertou a minha atenção em virtude do que já dialogamos em nossos encontros, o desconforto que muitos profissionais tem em relação ao tema, a necessidade de cursos, graduações e formações continuadas para discussão e capacitação sobre o abuso infantil e pesquisas pautadas em base científica para a temática (Lara, 6º atividade).

A questão da formação docente é o foco principal em relação ao desconhecimento sobre a temática, seja essa formação em nível de graduação, complementação pedagógica ou pós-graduação, pois a sexualidade deve ser concebida como algo inerente ao ser desde tenra idade e dessa forma ser abordada na escola. A questão preconceituosa em torno dos menos favorecidos socialmente e a concepção de que somente nessa situação ocorre violência é fator grave que deve ser desmistificado, além de que as questões sociais também devem ser discutidas nos contextos escolares pelos gestores e grupo de professores. Muitas vezes, os professores e equipe escolar não está preparada para essa abordagem, pois também sofreu ou sofre a questão da violência das diversas ordens, e muitos grupos de estudo acabam se torno “terapia”, algo negativo em relação a formação para atuar na escola. (Rosa, 6º atividade)

Fabiana ressalta que o corpo docente pode “fazer muito pelo aluno ou aluna”, isto é, na proteção de violências, principalmente a VS e destaca que para que essa atuação seja efetiva é preciso preparo para essa realidade enfrentada e este preparo precisa estar

presente desde a formação inicial do professorado. Lara também pontua a necessidade desta formação acontecer no início da carreira docente, em cursos de graduação e também nos de formação continuada. Na mesma linha, Rosa ressalta a sexualidade como tema que deve ser tratado no início e nas formações continuadas da docência e ainda, que deve ser abordada na escola evitando preconceitos sociais para com estudantes e temas que podem ser sensíveis aos docentes.

Outro relato disserta sobre a importância da formação no tema de VS infantil para se trabalhar conjuntamente com toda as pessoas envolvidas na escola, bem como com a comunidade e com as famílias.

Como já foi abordado em outros encontros, o professor não está preparado para lidar com situações de violência sexual nas escolas por falta de capacitação. Os professores não têm o conhecimento necessário sobre o abuso sexual e suas responsabilidades quanto ao tema no contexto escolar de modo a estarem preparados para identificar, prevenir ou conduzir famílias às medidas necessárias. Além disso, sentem-se despreparados para o enfrentamento do problema, não possuem formação adequada para tal e não têm respaldo de formação continuada que lhes proporcionem preparo para isto. Concluiu-se, então, que é necessário que haja a capacitação dos professores, e que o psicólogo escolar/educacional (quando houver), pode fazer intervenções significativas com toda a equipe escolar, como também trabalhar com a comunidade, dando orientações a pais e familiares para que eles possam corroborar para o combate a tão repudiável crime (Eliane, atividade).

Resta levantar e conhecer o repertório de informações sobre abuso sexual desses professores para que se possam promover novas investigações sobre como envolver professores em cursos de capacitação acerca do tema. Demonstra a importância de capacitar se não todos os professores, mas a sua maioria para identificar possíveis casos deste tipo de abuso e encaminhar de forma correta, para proteger a real vítima e punir seus agressores (Priscila, 6º atividade).

Eliane e Priscila chamam a atenção para a formação no tema de prevenção ao abuso sexual infantil não apenas para o professorado, mas para todas as pessoas que se preocupam em proteger as crianças e os adolescentes, principalmente a escola, enquanto responsável por zelar pelo desenvolvimento pleno da infância e na adolescência.

Outro aspecto levantado pelas participantes é sobre a baixa adesão de docentes para realizar o curso.

Essa parte me chamou a atenção por causa da baixa adesão ao curso, eu acredito que isso ocorreu, pois, esse tema é muito delicado e muitos professores tem receio de abordar, pois pode gerar desconforto e represarias, então muito preferem não saber mais sobre o tema, pois

assim ficam isentos sobre o assunto e as atitudes que devem ser tomadas (Fabiana, 6º atividade).

O relato de Fabiana tem fundamento no próprio desenvolvimento do curso realizado nesta pesquisa. Inicialmente disponibilizamos 30 vagas para realização do curso na temática de prevenção do abuso sexual infantil, das quais nunca foram integralmente preenchidas, mesmo as inscrições excedendo o número de vagas. Como demarcado por Fabiana, este tema é delicado e pode gerar receio no corpo docente, além de desconforto e represarias, e sendo assim, preferem se isentar do assunto. Entretanto, diante dos dados exposto nesta pesquisa, é imprescindível que haja formação docente no tema de VS infantil, pois quando escolhemos não falar sobre o tema, estamos permitindo que essa violência aconteça com crianças e adolescentes. Por mais desconfortável e sensível que seja trabalhar esta temática, é importante que o corpo docente reconheça sua importância na superação desta violência, optando então, por falar sobre o tema e se formar para proteger a infância e a adolescência de milhares vítimas no país.

Na dimensão transformadora, a formação e capacitação do professorado foi indicada 4 vezes pelas participantes como benéfica para a proteção de crianças e adolescentes, sendo este um dos caminhos para a superação da VS infantil.

No *Grupo focal comunicativo* os relatos das participantes continuam na mesma linha de pensamento, sendo a formação a formação e a capacitação do professorado citada 2 vezes na dimensão excludente e 6 vezes na dimensão transformadora.

Sobre as 2 vezes desta categoria citada na dimensão excludente incidem os relatos de falta de formação no tema de prevenção de VS infantil em consonância com as falas do diário comunicativo e também das atividades.

Na dimensão transformadora, essa categoria foi citada 6 vezes, ressaltando a importância da formação sobre abuso sexual infantil na formação inicial e continuada, abordando em específico, a possibilidade da formação sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes constar no currículo pedagógico dos cursos de graduação em que se formam o professorado.

(...) É muito importante mesmo trabalhar na formação na formação inicial, porque eu me formei em 2018, em fevereiro de 2019 já tava em sala de aula, então eu não fui tão crua para sala nesse aspecto né, então quando aconteceu mesmo que eu não tivesse todos os elementos eu tinha uma base ali para eu me apoiar o sabe onde eu podia pesquisar para ter ajuda. Então acho que é que é bacana a ideia da optativa e que seja conversado né, com estudantes da graduação a importância desse

tema para que eles façam essa optativa justamente sabendo que vão lidar com isso né, quando entrarem na escola não tem não tem escapatória, seja no primeiro ano, seja no trigésimo, no fim da carreira, algum caso vamos pegar, então é importante sair da graduação tendo o mínimo de base assim (Jéssica, Grupo focal comunicativo).

Jéssica ressalta a importância de trabalhar a prevenção da VS contra crianças e adolescentes, em uma possível disciplina optativa, nos cursos de graduação para que futuros professores estejam aptos para lidar com casos que, de acordo com os índices dessa violência, têm grande possibilidade de serem evidenciadas na escola.

No próximo relato, Alice disserta como se instrumentalizou enquanto coordenadora escolar no curso desta pesquisa e superou suas inseguranças para capacitar demais agentes escolares.

(...) que ficou muito forte para mim, pra minha experiência, foi me instrumentalizar de como levar isso para escola né, porque eu já tinha passado pela formação e eu precisava formar os professores enquanto coordenadora pedagógica, sensibilizar para esse tema e principalmente levar esse tema para sala de aula né, para discutir com os alunos, e eu não sabia como fazer isso, eu tava muito perdida, por ser um tema muito sensível, por falta de informação minha mesmo, tanto pessoal, quanto na minha na minha graduação na faculdade não tive formação nesse tema, e também por todo o cenário que a gente estava vivendo e vive ainda de polarização, de certas coisas serão interpretadas de outras formas e de querer de repente gerar um conflito né, então eu tinha muita insegurança (Alice, Grupo focal comunicativo)

Jéssica pontua ainda, uma indicação para cursos de formação continuada nesta área, indicando um ponto importante a ser tratado, o acolhimento da vítima e a crença na fala da criança e do adolescente, para que não haja revitimização da vítima. Relembra ainda, o papel do professorado diante de uma suspeita ou caso constatado na escola:

Pensando na formação continuada, eu acho que algo que teria ser muito enfatizado com as professoras é nunca duvidar da vítima, ontem foi atpc no município, foi um ATPC para preenchimento de documentação, então a gente conversava na sala dos professores, então a gente conversava sobre esse decreto e as professoras, elas... eu senti assim, que elas duvidam muito do que as crianças falam, então é sempre o argumento, ah mas será que foi assim mesmo, ele é terrível, será que a mãe não tava batendo porque ele tava aprontando, porque ele faz isso e isso na sala. Então eu acho que nesse sentido, os dados ajudaram, como aquele da Segurança Pública que a gente leu, que mostram os dados mesmos, quantitativos, para que entendam que não é a nossa função duvidar da criança e nem investigar, eu acho que tem que ficar bem claro, de que o nosso papel vai fazer o encaminhamento para que os

órgãos responsáveis, os órgãos devidos façam as investigações para verificar o que que tá acontecendo. Mas, eu tenho pensado, assim por conta da minha conversa com as professoras ontem, que seria muito interessante deixar isso sem muito claro, enfatizar muito de que a gente não pode duvidar da criança, que inicialmente a criança vem fala com a gente a gente tem que acolher ela, ouvir o que ela tem a dizer e fazer o encaminhamento né (Jéssica, Grupo focal comunicativo).

Na categoria de formação e capacitação do professorado fica evidente, no Brasil, a necessidade de formação no tema de abuso sexual infantil desde a formação inicial até cursos de formação continuada. Como já indicava pesquisas internacionais e sobretudo, as nacionais sobre VS contra crianças e adolescentes (SOUZA *et al.*, 2015; BRINO e WILLIAMS, 2003, 2008; ZULIANI, 2017; PROULX e MARTINEZ, 2013; LLOYD, 2019) há uma defasagem na formação do professorado quando se trata de prevenção de violências, principalmente sobre VS infantil, tema tão presente no ambiente escolar e cotidiano de agentes escolares.

O tema do abuso e da VS infantil ainda é visto como um tabu na escola dificultando o diálogo, o reconhecimento e conseqüentemente a prevenção desta violência (BRINO; WILLIAMS, 2003; FURLANETTO *et al.*, 2018; ZULIANI *et al.*, 2017). Em seus contornos e desdobramentos, isto pode estar relacionado com as concepções sobre sexualidade baseadas em crenças religiosas, higienistas e heteronormativas que permeiam a escola (MARTELLI, 2013). Em vista disso, a educação mostrou pouco protagonismo nas capacitações sobre VS contra crianças e adolescentes (SOUZA *et al.*, 2015; RISTUM, 2010). Há uma resistência por parte da escola em assumir a responsabilidade de falar sobre sexualidade com adolescentes quando se trata de educação sexual e/ou prevenção do abuso sexual (FACHINELLI *et al.*, 2013). Neste sentido, a escola em omissão, não denuncia os casos evidenciados e não encaminha crianças vítimas de VS para os órgãos protetivos e para tratamento psicológico (PELISOLI e PICCOLOTO, 2010; LIMA e DESLANDES, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Embora as escolas sejam um ambiente privilegiado para se tratar e prevenir violências, pode-se constatar que estas não estão instrumentalizadas para desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento, seja remediativa ou preventivamente em relação a violência doméstica contra crianças e adolescentes (INOUEL e RISTUM, 2008; RISTUM, 2010; MARTELLI, 2013).

8.3 Tertúlias Dialógicas

As Tertúlias Dialógicas foram citadas apenas no *Grupo focal comunicativo*, 12 vezes na dimensão transformadora. A maioria das menções feitas pelas participantes se referiram às Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, pois foi por meio delas que realizamos o curso desta pesquisa. Outras menções fazem referências as Tertúlias Dialógicas Literárias, pois foram trabalhadas ao longo do curso como forma eficaz de prevenção de violências no ambiente escolar. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre as Tertúlias Dialógicas na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 25: Resumo das menções sobre as Tertúlias Dialógicas na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão transformadora
Forma eficaz de prevenção de violências no ambiente escolar.
Importância para uma boa aprendizagem pessoal e coletiva
Fortalecimento, também pessoal e coletivo, proporcionado pelas Tertúlias
A troca de experiências entre docentes e moderadoras
Sensibilização e engajamento no tema da prevenção de VS contra crianças e adolescentes
Promoção das Tertúlias Dialógicas em sala de aula.

Alice expõe sua experiência anterior ao curso em relação as Tertúlias Dialógicas e pontua que a escola em que trabalha atualmente é uma Comunidade de Aprendizagem, local onde se desenvolvem também outras AEEs, como Grupos interativos, Participação educativa da comunidade e MDPRC:

(...) Sobre os princípios da aprendizagem dialógica e as atuações eu já conhecia né, que eu tive formação em comunidade de aprendizagem pelo Instituto Natura durante alguns anos. Na rede que eu trabalho, e a escola onde é atual, é Comunidade de Aprendizagem e nós já temos atuações educativas de êxito acontecendo com as Tertúlias, os Grupos interativos, a Participação educativa da comunidade, as Assembleias né, que é o MDPRC, então nós já temos essas atuações. Eu já conheci os princípios né, e já conhecia as atuações. Participei de muitas tertúlias, inclusive na pandemia instituto Baobá, pessoal fazia online. E fiz muitas tertúlias em sala de aula com os professores com os alunos né, mesmo estando na coordenação eu sempre gostei de ir fazer junto com elas, então eu já tinha bastante experiência nesse tópico né, dos princípios (Alice, Grupo focal comunicativo).

Já Rosana indica que foi a primeira vez que participou de uma Tertúlia Dialógica, destacando a importância para uma boa aprendizagem pessoal e coletiva:

(...) Foi muito bom né saber das experiências que elas [participantes do curso] têm já com a Tertúlia. (...) Então vou falar das minhas sensações, para mim foi extremamente novo participar da Tertúlia... já conhecia alguma coisa sobre Tertúlia, mas participar de uma Tertúlia foi a primeira vez que eu participei mesmo, arduamente em todos os encontros e das leituras dos textos indicados. Então é uma forma, assim, que para mim é muito... muito boa para aprendizagem pessoal e coletiva. Então assim, você se fortalece individualmente pelas tertúlias e coletivamente para ações, então para mim foi muito bom (...) E o texto da Roseli, assim, da pesquisa dela, foi algo que motivou ainda mais a trabalhar com Tertúlias, a forma como ela traz deve ser uma forma de sensível, assim de olhar a Tertúlia, de ler a respeito né, de conhecer mais profundamente, como que se iniciaram as Tertúlias né, e como de lá para cá, ela trouxe para nossa realidade nacional (Rosana, Grupo focal comunicativo).

Além de ressaltar o impacto positivo das Tertúlias Dialógicas para a formação pessoal e coletiva, Rosana menciona o fortalecimento, também pessoal e coletivo, proporcionado pelas Tertúlias. Ademais, a participante faz menção ao texto de Mello (2003), destacando a escrita sensível e motivador para falar sobre as Tertúlias Dialógicas, gerando aprofundamento no tema de abuso sexual infantil.

A troca de experiências durante a realização das Tertúlias Dialógicas e a finalização dos encontros feita pelas pessoas moderadoras das Tertúlias foram positivamente citadas por Alice, indicando que essas ações possibilitaram muito aprendizado e aprofundamento no tema.

(...) que foi bacana para mim foi que a gente fazia Tertúlia né, a gente trocava as experiências e no final tinha sistematização das professoras, então isso para mim foi muito importante, porque ajudava eu amarrar as ideias que fazem eles ficavam soltas na minha cabeça, isso trouxe para mim muito aprendizado e muito aprofundamento no tema (Alice, Grupo focal comunicativo).

Alice relata que começou a se movimentar enquanto coordenadora escolar e a utilizar o que aprendeu no curso por meio da formação do professorado, moderando uma Tertúlia Dialógica Pedagógica.

Eu já comecei a me movimentar né, eu coloquei no meu relato que eu já iniciei, eu fiz a Tertúlia com as professoras do meu grupo com o texto do Unicef, o panorama de violência letal contra crianças e adolescentes e foi muito... muito assim, para mim impactou muito esse momento,

porque as professoras se sensibilizaram para o tema e elas perceberam o quanto isso é uma coisa que pode estar acontecendo diante dos nossos olhos e se a gente não tá atento para isso, para os sintomas, para os sinais né, a gente pode ter crianças no nosso convívio que estão sofrendo violência e ninguém tá percebendo. Então isso sensibilizou o grupo né, de estar estudando mais sobre o assunto e de estar começando algumas ações em sala de aula assim, por meio de leituras, por meio de Tertúlia (...) (Alice, Grupo focal comunicativo).

Com o relato explicitado acima, podemos perceber que as professoras que participaram da Tertúlia Dialógica Pedagógica, realizada pela participante Alice, se sensibilizaram e se engajaram no tema da prevenção de VS contra crianças e adolescentes, programando realizar Tertúlias Dialógicas também em sala de aula.

8.4 Clube de Valentés

Assim como a categoria das Tertúlias Dialógicas, o Clube de Valentés foi apenas citado no Grupo focal comunicativo, sendo 2 vezes mencionado na dimensão transformadora, apenas pela participante Alice. Justifica-se que embora o número de menções a esta categoria seja consideravelmente baixo em relação as outras, é importante coloca-la devido a magnitude dos relatos. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre o Clube de Valentés na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 26: Resumo das menções sobre o Clube de Valentés na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão transformadora
O Clube de Valentés como um caminho a ser traçado diante da prevenção do abuso sexual infantojuvenil
Interesse das demais professoras da escola em saber mais sobre o tema.
Destaque em diversas falas das participantes do curso, apresentando-se como uma ação com base em evidências científicas e de fácil compreensão e implementação junto às crianças, gerando resultados imediatos onde é exercida.

Alice indica o Clube de Valentés como um caminho a ser traçado diante da prevenção do abuso sexual infantojuvenil:

(...) E aí o curso me ofereceu instrumentalização de como fazer né, o quê que poderia ser feito tanto na formação com os professores, quanto depois lá com as crianças né, os livros do clube dos Valentes e tal isso para mim foi incrível porque me mostrou caminhos do que eu posso fazer daqui para frente.

Para além deste destaque, Alice também pontua que durante uma Tertúlia Dialógica Pedagógica, realizada por ela mesma na escola em que trabalha, ao citar o Clube de Valentes surgiu interesse das demais professoras de sua escola em saber mais sobre o tema.

Então isso sensibilizou o grupo né, de estar estudando mais sobre o assunto e de estar começando algumas ações em sala de aula assim, por meio de leituras, por meio de Tertúlia, elas ficaram muito interessado no Clube dos Valentes, mesmo nos momentos de Assembleia, que nós temos, de levar alguns temas para discussão (Alice, Grupo focal comunicativo).

O Clube de Valentes apareceu com destaque em diversas falas das participantes do curso, apresentando-se como uma ação com base em evidências científicas e de fácil compreensão e implementação junto às crianças, gerando resultados imediatos onde é exercida.

8.5 Redes de apoio e de proteção

A categoria redes de apoio e de proteção foi citada em todos os instrumentos de coleta de dados, todas as vezes na dimensão transformadora. Sendo mencionada 2 vezes no diário comunicativo, 3 vezes nas atividades e 2 vezes no grupo focal comunicativo, totalizando 7 menções transformadoras. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre as Redes de apoio e de proteção na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 27: Resumo das menções sobre as Redes de apoio e de proteção na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão transformadora
Importância da formação dessas redes para atuação docente
Criação de redes entre os agentes escolares e demais profissionais como forma efetiva de lidar com a denúncia.
Instituições educativas como parte fundamental das redes de apoio e de proteção
Redes de proteção intersetoriais, envolvendo escolas, agentes sociais, saúde e justiça para trabalhar a prevenção do abuso sexual infantil
Permanência no curso devido a rede de apoio que se formou entre as participantes ao longo dos encontros
Benéfica para a organização do trabalho de identificação, encaminhamento e acolhimento das vítimas

No *diário comunicativo* as redes de apoio e de proteção foram citadas por uma mesma participante do curso, ao destacar a importância da formação dessas redes para atuação docente diante de casos de VS infantil.

E eu vou bater sempre na tecla, de uma rede né, e essa rede tem que ser muito bem amarrada para que nós professores, que geralmente estamos ali mais próximos das crianças, consigamos o que é necessário. No caso assim ó, a gente presume que tá acontecendo, mas não cabe a nós também verificar se está ou não, então a gente é a primeira linha ali né, para averiguar isso e trazer à tona, mas não nos cabe além disso. Acho que no momento assim, essa criação dessa rede é muito necessária, para que as coisas assim acontecerem de forma mais efetiva para que a vítima, a possível vítima, seja acolhida da forma que competem pelos profissionais (Rosana, 7º Encontro, 15/09/2022).

No comentário de Rosana é possível identificar também a preocupação com o acolhimento das vítimas de VS infantil na escola, sendo assim, a participante aponta a criação de redes entre os agentes escolares e demais profissionais como forma efetiva de lidar com a denúncia.

Nas *atividades*, as participantes Eliane e Rosana destacaram as instituições educativas como parte fundamental das redes de apoio e de proteção de crianças e adolescentes:

Diante da gravidade da problemática, a escola tem um papel importante e é parte de uma rede fundamental, não apenas para o processo de formação de identidade e socialização do aluno, mas também para a proteção da criança (Eliane, 6º atividade)

Meu destaque foi para este último parágrafo do texto, pois ele traz um pensamento que tenho sobre a formação de uma rede de proteção entre as instituições educativas, sociais, de saúde e justiça, para efetivamente se trabalhar tanto a prevenção por meio de cursos de formação e capacitação de agentes que possam abordar a temática da VS infantil com propriedade, como de caminhos legais de proteção adequada caso haja indício ou certeza de VS infantil (Rosana, 6º atividade)

Rosana, em específico, faz menção as redes de proteção intersetoriais, envolvendo escolas, agentes sociais, saúde e justiça para trabalhar a prevenção do abuso sexual infantil, buscando capacitar também para encaminhamentos legais quando há suspeita ou constatação de violências reveladas na escola.

No *Grupo focal comunicativo*, as redes de apoio e proteção foram citadas apenas por uma participante. Rosana pontua em um relato que diante da dificuldade em lidar com o tema da VS infantojuvenil, acredita que as pessoas que permaneceram no curso não desistiram devido a rede de apoio que se formou entre as participantes ao longo dos encontros.

(...) Eu penso que nós não desistimos, porque a gente tem vocês com apoio e tá legal e vocês deixaram bem à vontade para gente se tivesse alguma situação que estava chocando muito, que era só entrar em contato com vocês e tudo (...) (Rosana, Grupo focal comunicativo).

Além disso, Rosana também identifica a rede de apoio e a rede de proteção às crianças e adolescentes como benéfica para a organização do trabalho de identificação, encaminhamento e acolhimento das vítimas, pois assim, cada agente sabe devidamente qual ação tomar diante de cada situação.

(...) Então acho que esse caminho mesmo assim, acolhe-se a vítima, independente se ela foi ou não, acolhe-se e tem alguém específico para trabalhar, essa situação né, eu acho que quando forma uma rede fica muito mais claro né, cada um é responsável por aquilo que lhe cabe, dentro da sua formação. No caso nós professores, a gente tem que receber informações e saber lidar com elas, como encaminhar, mas também não ficar depois de tudo sem saber o desfecho numa situação né, você sabe olha encaminhamento depois de tudo, foi feito isso, isso, isso, isso e fica tranquilo que a sua parte foi feita, eu acho que dá essa tranquilidade para quem né que geralmente faz a denúncia é bom, faz bem para a gente para fortalecer (...) (Rosana, Grupo focal comunicativo).

Rosana ressaltou ainda, a necessidade advinda das pessoas que denunciam de saberem o desfecho da denúncia, como forma de se fortalecer, de modo que ter esse retorno possibilita à docência um processo formativo em como lidar com o tema.

8.6 Desenvolvimento do curso

A categoria de desenvolvimento do curso foi citada em todos os instrumentos de coleta de dados. No diário comunicativo, foi citada 1 vez na dimensão excludente e 3 vezes na dimensão transformadora; nas atividades, essa categoria foi mencionada 1 vez na dimensão excludente e 15 vezes na dimensão transformadora; e no grupo focal comunicativo o desenvolvimento do curso não foi citado nenhuma vez na dimensão excludente e 8 vezes na dimensão transformadora. Totalizando as menções, essa categoria foi a mais citada pelas participantes, mencionada 2 vezes na dimensão excludente e 26 vezes na dimensão transformadora. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre o desenvolvimento do curso na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 28: Resumo das menções sobre o desenvolvimento do curso na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão excludente	Dimensão transformadora
Baixa adesão ao curso	Superou expectativas
	Ter voz para compreender o que está sendo trabalhado nas pesquisas científicas no Brasil e de outros países.
	Possibilita se sentir ouvida e auxilia na argumentação sobre a temática, em como falar e em como cobrar medidas para superação dessa violência.
	Destaque para as ferramentas de prevenção proporcionadas pelo curso e que essa aprendizagem a auxiliou a construir um projeto de formação docente no tema de prevenção a VS contra crianças e adolescentes
	Elogios à organização do desenvolvimento do curso
	Diálogos com profissionais da educação de diferentes localidades e que essa troca de experiência e aprendizagem em conjunto, mostra que é possível desenvolver um trabalho conjunto
	Formação com base em evidências científicas
	Conhecimento efetivo do ECA
	Fortalecimento pessoal para agir diante da VS contra crianças e adolescentes.

No *diário comunicativo*, nos dias analisados, as participantes pontuaram a necessidade de mais pessoas participarem do curso ofertado, considerando baixo o número de pessoas frequentes nos encontros. A baixa adesão ao curso, foi um ponto levantado na dimensão excludente, pois mais participantes possibilitariam maior aprendizagem para o grupo de cursistas.

Ademais, Rosana destacou que gosta de participar de formações para ter voz e para compreender o que está sendo trabalhado nas pesquisas científicas no Brasil e de outros países.

(...) eu gosto de participar das formações por isso, para ter voz, para ouvir o que é feito de pesquisas científicas, para a gente possa dados né, de outros países, de como trabalham os países, porque quando você se sente sozinha em uma causa tão importante como essa, é horrível, quando você não se sente ouvida, quando você não tem como argumentar, como falar, como cobrar, é muito ruim né (...) (Rosana, 1º Encontro, 04/08/2022, 35m)

Rosana coloca que se formar no tema do abuso sexual infantil, possibilita se sentir ouvida e auxilia na argumentação sobre a temática, em como falar e em como cobrar medidas para superação dessa violência.

Nas *atividades*, na dimensão excludente evidencia-se o mesmo debate que apareceu no diário comunicativo, a discussão da baixa adesão de profissionais da educação no curso. Já na dimensão transformadora, o desenvolvimento do curso foi citado amplamente pelas participantes, atendendo e superando a expectativa das mesmas.

O curso tem atendido minhas expectativas, no sentido de conhecer mais sobre violência contra crianças e adolescentes, bem como nas ferramentas que podemos usar para o trabalho com este tema na escola. Estamos desenvolvendo um projeto de prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes e as discussões das aulas, bem como as leituras disponibilizadas têm me ajudado muito para pensar na formação dos professores (Alice, 6º atividade).

Alice faz o destaque para as ferramentas de prevenção proporcionadas pelo curso e que essa aprendizagem a auxiliou a construir um projeto de formação docente no tema de prevenção a VS contra crianças e adolescentes. Para Eliane, o curso foi além de suas expectativas:

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a equipe responsável pelo curso. O curso está sendo muito proveitoso e além das minhas expectativas. Vasto material disponibilizado, amplo espaço para discussão, embasamento teórico e de fácil compreensão. Apesar da

minha dificuldade de utilizar as ferramentas para um curso online, estou conseguindo acompanhar sem maiores problemas. A organização e o tempo para entrega dos trabalhos também estão sendo positiva e satisfatória, contribuindo de forma positiva para o cumprimento das datas agendadas. Agradeço imensamente poder fazer parte desse curso, contribuindo dessa forma na minha jornada profissional. (Eliane, atividade)

Os elogios à organização do desenvolvimento do curso, citados por Eliane, também fizeram parte da fala de outras participantes, como a de Jéssica:

Até o momento o curso tem sido excelente. Os textos tem interligação e isso dá continuidade às aulas, e assim, fica claro o objetivo de cada aula e cada leitura. Além disso, tem sido bom também ter a sistematização dos textos, junto com os debates e diálogos de profissionais da educação de diferentes localidades. Me faz pensar que independente da distância e da localização as escolas e profissionais tem enfrentado o mesmo problema, e conforme foi dito em uma das aulas, este é o ponto em comum entre todas e é onde se encontra o consenso para a possibilidade de trabalhar conjuntamente. É importante também a pontualidade de início e de fim das aulas, ajuda com a organização das falas e com a síntese do que está sendo dito (Jéssica, 6º atividade)

Jéssica faz menção para os diálogos com profissionais da educação de diferentes localidades e que essa troca de experiência e aprendizagem em conjunto, mostra que é possível desenvolver um trabalho conjunto para a prevenção do abuso sexual infantil. Além disso, a importância de o curso proporcionar formação com base em evidências científicas também foi evidenciada como benéfico para formação.

Estou gostando de participar do curso, principalmente dos textos disponibilizados para leituras, e a maneira que a proposta dialógica trabalha, confesso que nunca li o ECA de forma atenta há uma temática, apenas fiz leituras rápidas para concursos, mas percebo que necessito uma leitura mais atenta deste documento, pois me identifiquei como sendo uma professora que não tem base científica sobre o assunto da violência e sobre o ECA. (Rosana, 6º atividade)

Rosana destaca que, em sua carreira, não havia feito uma leitura atenta do ECA e por meio do curso, pôde compreender a importância deste documento para trabalhar com crianças e adolescentes. A participante coloca ainda que no curso, se identificou como uma professora que não tinha, anteriormente ao curso, base científica para a discussão de violências.

Roca e colaboradores (2020), em uma investigação para fornecer conhecimento sobre ações baseadas em evidências para promover relacionamentos de apoio e um ambiente seguro para prevenir o abuso infantil, enfatizaram a formação com base na ciência, as amizades e os relacionamentos com pares para discutir o abuso em relacionamentos íntimos, como instrumentos-chaves para construir relacionamentos positivos, promovendo o desenvolvimento de relacionamentos livres de medo e abuso, possibilitando habilidades de resolução de conflitos e atitudes subjacentes que levar a tendências abusivas.

Além disso, a moderação dos encontros do curso foi destacada como positiva pelas participantes, Alice expôs que a forma com que os encontros foram mediados gerou reflexão e profundidade para trabalhar o tema de prevenção ao abuso sexual infantil: “A mediação nas aulas é muito significativa, pois sempre me leva a refletir com mais profundidade sobre os temas abordados nas tertúlias, me trazendo mais elementos para pensar sobre isso” (Alice, 6º atividade).

No *Grupo focal comunicativo*, o desenvolvimento do curso não foi nenhuma vez citado na dimensão excludente e 8 vezes na dimensão transformadora. Um dos pontos levantados pelas participantes é o fortalecimento pessoal para agir diante da VS contra crianças e adolescentes.

(...) o curso deixou muito claro, a gente precisa se fortalecer no caso das ações e essas ações, se a gente não tiver coragem né, para enfrentá-las e para mostrar aqui não, aqui não é aqui não, a criança não pode ser abusada (...). Assim, eu sinto que me fortaleci muito, sinto por não tá podendo discutir, levar tudo aqui no dia a dia para sala (...) (Rosana, Grupo focal comunicativo)

Em consonância com o fortalecimento pessoal das participantes, evidenciou-se também a instrumentalização para saber o que fazer enquanto docente diante de uma situação de VS infantil, tanto na formação de professores, quanto o que fazer com as crianças, como destaca Alice: “(...) E aí o curso me ofereceu instrumentalização de como fazer né, o quê que poderia ser feito tanto na formação com os professores, quanto depois lá com as crianças (...)” (Alice, Grupo focal comunicativo).

Neste sentido, Alice faz destaque para o aprofundamento no assunto da prevenção ao abuso sexual infantil proporcionado pelo curso e que as aprendizagens adquiridas a instrumentalizaram para o desenvolvimento de ações na escola em que atua como coordenadora escolar.

Com relação aos dados né sobre abuso e violência eu conhecia de forma mais superficial, que eu fiz o curso *Childhood* né no começo do ano, e foram apresentados dados também que me chocou muito, e então eu conhecia superficialmente, mas o curso me trouxe uma aprofundamento muito grande né, por meio dos textos que a gente foi lendo ao longo dos encontros e por meio das tertúlias das discussões, das aulas, então assim, tem como fundamento para mim é muito importante e para minha formação mesmo no assunto. E principalmente assim, o que ficou muito forte para mim, pra minha experiência, foi me instrumentalizar de como levar isso para escola né, porque eu já tinha passado pela formação e eu precisava formar os professores enquanto coordenadora pedagógica, sensibilizar para esse tema e principalmente levar esse tema para sala de aula né, para discutir com os alunos, e eu não sabia como fazer isso, eu tava muito perdida, por ser um tema muito sensível, por falta de informação minha mesmo, tanto pessoal, quanto na minha na minha graduação (...) (Alice, Grupo focal comunicativo)

Na fala de outra coordenadora, Jéssica pontua o aprofundamento que o curso agregou para sua prática profissional, concomitantemente coloca como positivo o desenvolvimento do curso ser ofertado de forma online, possibilitando a participação de pessoas de outros municípios.

E aí aproveito também para fazer minhas palavras das colegas para agradecer, porque eu achei que o curso no geral foi muito produtivo né, eu já conhecia as atuações educativa jeito por conta da graduação, mas foi bom poder me aprofundar também e pensar em possibilidades enquanto coordenadora né, porque enquanto professora você se movimenta de uma forma, enquanto coordenadora você tem que se movimentar de outra. Então foi muito bom assim, porque tem me feito pensar possibilidades e outra coisa que eu achei que foi muito boa também, foi a possibilidade do online, porque permitiu a gente de vários locais pudéssemos estar juntas né, então se esse fosse um curso que fosse oferecido presencialmente, eu não poderia participar porque eu não tô no município, então online eu acho que foi uma coisa muito positiva também. (Jéssica, Grupo focal comunicativo).

Por meio dos destaques das participantes e das discussões nos instrumentos de coletas de dados, podemos concluir que o curso proporcionou aprendizagens profundas na prática pedagógica e nas ações pessoais das participantes. Neste sentido, o curso ofereceu ações preventivas que podem ser aplicadas de imediato no cotidiano escolar, a fim de prevenir e superar a VS sexual contra crianças e adolescentes. Destaca-se a importância de o curso ter base em evidências científicas, fortalecendo as participantes para atuarem com precisão e confiança em suas instituições escolares.

8. 6. 1 Livro Sanderson

A subcategoria do desenvolvimento do curso refere-se ao livro da Sanderson (2005). Essa categoria não foi citada nenhuma vez nos dias analisados do diário comunicativo e também não apareceu nas atividades. Entretanto, no grupo focal comunicativo o livro da Sanderson (2005) foi mencionado 7 vezes na dimensão excludente e 3 vezes na dimensão transformadora. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre o livro da Sanderson (2005) na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 29: Resumo das menções sobre o livro da Sanderson (2005) na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão excludente	Dimensão transformadora
Relatos de vítimas e de abusadores que podem despertar gatilhos em quem lê	Recortes no conteúdo do livro, utilizando apenas as informações sobre os dados e tabelas descritivas dos tipos de VS contra crianças e adolescentes.
Sofrimento provocado pela leitura	
Dificuldade de leitura devido aos depoimentos	

Tal livro intitula-se “Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia”, é de autoria de Christiane Sanderson, foi publicado por primeira vez em 2005, na Inglaterra. No Brasil, é material de referência para o setor jurídico e para várias pesquisadoras do tema sobre violência sexual contra crianças. Considerando esse fato, incorporamos o material ao curso, para proceder, com as participantes, à sua análise.

Durante o *Grupo focal comunicativo*, a moderação do encontro introduziu uma questão sobre a utilização do livro de Sanderson (2005), que foi trabalhado em três encontros do curso, nas próximas formações no tema. Neste sentido, as participantes dissertaram sobre como foi realizar a leitura deste livro e como acreditam que o mesmo possa ser utilizado nas próximas formação no tema de prevenção ao abuso sexual infantil.

(...) pode desencadear certo gatilhos os depoimentos, assim, porque a gente, eu fiquei bem tocada e eu não sou de ficar tocada com coisas que eu vejo assim, mas sei lá, porque a gente fala que vai se envolvendo de uma certa forma e você sente na pele a dor nos relatos, principalmente da criança (...) Dói muito, doeu muito, então eu acho que pode poupar a princípio né talvez, depois de um grupo que já venha mais tempo falando né sobre esse assunto já esteja mais familiarizado com a situação da violência. De repente assim, talvez, por conselheiros

tutelares seria um livro para ser trabalhado mais profundamente, agora para professores eu acho que apresentando esses dados e os outros textos, todos os que foram indicados seria mais adequado, porque a situação é uma só né, quando a gente se emociona se envolve (...) (Rosana, Grupo focal comunicativo).

(...) Então eu acho importante que que a gente que você trabalha assim os relatos e de andamento né. O livro das Sanderson, dependendo a clientela eu acho que os relatos que ela faz minuciosamente é importante ser trabalhado sim e dependendo o contexto não né, só as informações já bastam (...) (Rosana, Grupo focal comunicativo).

Rosana expõe que seria importante, durante as próximas ofertas do curso, trabalhar apenas com os dados trazidos pelo livro de Sanderson (2005), pois foi muito dolorido ler os depoimentos trazidos no conteúdo do livro, provocando um sofrimento que impactou as participantes durante os encontros em que trabalhamos este conteúdo. Ademais, Jéssica ressalta a importância de realizar tais cortes no conteúdo do livro, pois os relatos podem disparar gatilhos em quem lê.

Eu coloquei bastante no meu relato né sobre o livro da Sanderson, eu lembro até que eu coloquei se não na questão de se tem alguma sugestão para o curso, eu coloquei que eu não tinha, mas depois eu fiquei pensando justamente sobre o livro né, eu falei bastante dele, e que talvez a minha sugestão talvez fosse (...) de não trabalhar ele integralmente, porque justamente pensando que a gente não vai saber qual o professor sofreu abuso sexual na infância e ler aqueles relatos pode trazer algum gatilho assim muito pesado né, então eu fiquei pensando nisso assim, porque foi um livro que me tirou o sono, daí acredita que das colegas também então, eu penso que seria mais produtivo a gente trabalhar com as informações do livro sem ter os relatos tanto das vítimas quanto dos abusadores, assim eu acho que realmente seria mais produtivo, e também não ia eu coloquei no questionário, também acho que não ia incitar o ódio né, das pessoas porque quando a gente lê isso a gente quer justiça né, muitas vezes com as próprias mãos, e não é a intenção não é o que resolve a questão, então acho que que realmente esta seria uma boa alternativa assim trabalhar com as informações do livro sem ter os relatos (Jéssica, Grupo focal comunicativo).

Na discussão sobre a utilização integral ou parcial do livro de Sanderson (2005), houve consenso de realizar recortes no conteúdo do livro, utilizando apenas as informações sobre os dados e tabelas descritivas dos tipos de VS contra crianças e adolescentes. Durante os encontros, foi notório o sofrimento estampado no rosto das participantes diante dos relatos reais trazidos no interior do livro, gerando um impacto negativo nas participantes.

8.7 Família

A categoria família foi citada apenas no diário comunicativo e nas atividades analisadas. No diário comunicativo essa categoria foi citada 1 vez na dimensão excludente e nenhuma vez na dimensão transformadora e nas atividades a família foi mencionada 6 vezes na dimensão excludente e 3 vezes na dimensão transformadora. Totalizando as menções, essa categoria foi citada 7 vezes na dimensão excludente e 3 vezes na dimensão transformadora. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre a família na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 30: Resumo das menções sobre a família na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão excludente	Dimensão transformadora
Lugar de maior ocorrência de VS contra crianças e adolescentes é o âmbito familiar	O papel de educadores e educadoras se torna essencial na prevenção, identificação e encaminhamento de suspeitas e/ou confirmação de abuso e VS contra crianças e adolescentes, pois é na escola que estes casos têm mais chances de serem tratados e acolhidos.
Ambiente de risco para crianças e adolescentes	
Lugar de maior ocorrência de VS contra crianças e adolescentes é o âmbito familiar	Importância das famílias na prevenção da VS infantil, integrando escola, comunidade e famílias para realização do trabalho preventivo e na proteção de crianças e adolescentes.

Há tempos as pesquisas e os dados indicam que o lugar de maior ocorrência de VS contra crianças e adolescentes é o âmbito familiar (RIBEIRO *et al.*, 2004; PELISOLI e PICCOLOTO, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2014; FITRIANA *et al.*, 2018; SOUZA *et al.*, 2020) e que houve o aumento da violência doméstica e abuso infantil durante o confinamento (ROCA *et al.*, 2020). Brino e demais pesquisadores (2011), sinalizam que os dados apontam para um índice de 70% de abusos intrafamiliares, ou seja, cometidos por familiares da criança ou do adolescente.

Em relação a dimensão excludente, a categoria família foi identificada como ambiente de risco para crianças e adolescentes, pois de acordo com os dados nacionais e internacionais, o ambiente familiar é o local de maior ocorrência da VS infantojuvenil. Alice traz um relato pessoal que exemplifica essa evidência:

As famílias deveriam amar, prover e proteger as crianças, mas, muitas vezes, a violência acontece no núcleo familiar, que deveria ser um lugar de segurança, de amor. E violências físicas e verbais, porque talvez muitos pais não tenham a dimensão do que causam nos seus filhos para

a vida toda, seja por meio da “palmada” ou até mesmo por aquilo que falam. Sei disso porque tenho experiência própria no assunto e sei do impacto que isso trouxe para minha vida toda e como isso se projetou e moldou minha forma de ser (Alice, 6º atividade).

Ainda em uma fala de Alice, a participante expõe a importância da educação de crianças e adolescentes sem violências e que é preciso que as famílias rompam com o ciclo de violência, gerado por uma cultura que banaliza e normaliza a criação de jovens e crianças por meio da violência enquanto maneira de educar.

Mediante ao exposto, o papel de educadores e educadoras se torna essencial na prevenção, identificação e encaminhamento de suspeitas e/ou confirmação de abuso e VS contra crianças e adolescentes, pois é na escola que estes casos têm mais chances de serem tratados e acolhidos.

Mas entendo também que por vezes os pais dão aquilo que receberam, não sabem fazer de outra forma e são poucas as pessoas que conseguem romper esse ciclo. Eu sou uma delas, decidi educar meus filhos seguindo a filosofia da criação com apego, nunca usei a palmada e me preocupo muito com a forma que falo, com a forma que corrijo. Não somos perfeitos, erramos, mas também é importante reconhecer o erro e se desculpar quando for preciso. É necessário respeito. Não é ser permissivo, mas também entender que estamos formando gente, educando seres humanos!!! Eu sonho muito com um tempo em que pais e famílias possam entender seu papel, ter estrutura social, econômica e cultural suficientes para viver com dignidade. Que possam perceber o impacto que sua fala e suas atitudes tem na vida de uma criança. E que possamos fazer diferente daquilo que recebemos. Porque não somos o que fizeram com a gente, mas aquilo que fazemos com o que fizeram com a gente. Precisamos romper o ciclo de violência dentro do seio familiar (Alice, 6º atividade).

Evidenciou-se em pesquisas, que as famílias não possuem conhecimentos básicos sobre as características de perpetradores e as consequências não físicas do abuso sexual (JUNGQI *et al.*, 2007). Posto isto, as famílias demonstraram ter dificuldades de comunicação com os/as filhos/as para falar sobre relações afetivo-sexuais e quando falam, o diálogo não tange às violências que podem ocorrer nessas relações (FACHINELLI *et al.*, 2013). Além disso, as famílias demonstraram preocupação de que a educação preventiva da VS possa fazer com que seus filhos saibam "demais sobre sexo" (JUNGQI *et al.*, 2007), indicando o despreparo e a escassez de informações sobre a temática da sexualidade e de abuso e VS contra crianças e adolescentes.

Em relação a dimensão transformadora, as falas das participantes foram na direção da importância das famílias na prevenção da VS infantil, integrando escola, comunidade e famílias para realização do trabalho preventivo e na proteção de crianças e adolescentes.

Neste sentido, é necessário que as famílias participem de formações sobre o tema, superando preconceitos e estigmas sociais do tema, pois não basta realizar a prevenção apenas no espaço escolar, para que uma criança ou adolescente seja realmente preservado e protegido, é preciso unidade neste trabalho.

8.8 Educação sexual

A educação sexual enquanto categoria de análise foi citada apenas no diário comunicativo e nas atividades analisadas. Desta forma, no diário comunicativo a educação sexual foi citada 2 vezes na dimensão excludente e 2 vezes na dimensão transformadora, enquanto nas atividades, essa categoria foi citada 2 vezes na dimensão excludente e 1 vez na dimensão transformadora. Totalizando as menções, essa categoria foi citada 4 vezes na dimensão excludente e 3 vezes na dimensão transformadora. O quadro abaixo trata-se de um resumo de todas as menções sobre educação sexual na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Quadro 31: Resumo das menções sobre educação sexual na dimensão excludente e dimensão transformadora.

Dimensão excludente	Dimensão transformadora
Tema difícil de ser trabalhado no ambiente escolar, devido a estigmas e preconceitos sociais.	Essencial para formar e proteger crianças e adolescentes sobre sexualidade e violências.
Preconceito dos próprios professores e professoras	
Educação sexual restrita aos conteúdos curriculares de biologia, com enfoque em práticas preventivas em uma perspectiva reguladora e disciplinadora da sexualidade	
Tabu social	
Há uma resistência por parte da escola em assumir a responsabilidade de falar sobre educação sexual	

Em 1996, a educação sexual, denominada ainda como, orientação sexual, entra nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como tema transversal, mas ainda hoje a educação sexual é pouco trabalhada nas escolas. É fato que “as manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na ideia de que a sexualidade é assunto para ser lido apenas pela família” (PCN, 1998, p. 291).

No *diário comunicativo*, os relatos das participantes evidenciam que atualmente, a educação sexual ainda é um tema difícil de ser trabalhado no ambiente escolar, devido a estigmas e preconceitos sociais.

(...) Pensei com relação à formação de professores né, para que possa trabalhar educação sexual dentro das escolas, porque é uma vivência que eu tô tendo agora né, que eu tenho que trabalhar esse tema com meu grupo, porque eu tive essa formação no início do ano. E a gente sofre resistência e a gente sofre muito medo, principalmente o tema como educação sexual seja abordado na escola, porque muitas vezes existem concepções equivocadas do que é educação sexual, e às vezes é um preconceito dos próprios professores, então como estar quebrando essas barreiras e de como estar atuando na prevenção né, para que isso nem venha a acontecer (Alice, 5º encontro, 1/09/2022).

Alice pontua o preconceito dos próprios professores e professoras ao lidar com o tema de educação sexual para crianças e adolescentes na escola. Neste sentido, essa constatação vai de encontro com a literatura nacional e internacional sobre como a educação sexual é vista no ambiente escolar.

Em algumas pesquisas, uma gama de professoras não possuía certeza sobre a possibilidade de prevenção da VS e outras acreditam que não se trata de VS com crianças pequenas (SPAZIANI e MAIA, 2015). Alguns profissionais pontuaram que não aprovam o trabalho da sexualidade em ambiente escolar (FURLANETTO *et al.*, 2018) o que resulta na privação de diálogo docente-estudante referente às questões sexuais (ZULIANI *et al.*, 2017; FURLANETTO *et al.*, 2018).

Em contrapartida, houve educadores/as que reconheceram a necessidade de formação e educação sexual nas escolas que trate sobre a prevenção e o abuso sexual (SPAZIANI e MAIA, 2015; VIEIRA e MATSUKURA, 2017) e que aceitaram participar de programas e projetos formativos para identificação, notificação e encaminhamento de casos de VS contra crianças e adolescentes (BRINO e WILLIAMS, 2008; OLIVEIRA *et al.*, 2014; STANLEY *et al.*, 2015).

Além disso, a educação sexual apareceu restrita aos conteúdos curriculares de biologia, com enfoque em práticas preventivas em uma perspectiva reguladora e disciplinadora da sexualidade (BRINO, R. F; WILLIAMS, 2008; VIEIRA, M. P; MATSUKURA, 2017) e, sendo assim, não tange o diálogo sobre a prevenção de VS contra crianças e adolescentes e entre adolescentes.

Nas *atividades*, Alice destaca a importância do ambiente escolar para identificação e encaminhamento de denúncias de casos de abuso sexual infantojuvenil,

acrescenta que é um tema delicado, principalmente em relação ao desenvolvimento do conteúdo de educação sexual nas escolas, devido ao tabu social imputado a este tema. Neste sentido, a participante pontua a importância de profissionais escolares para a prevenção e para trabalhar com a educação sexual com crianças e adolescentes.

Na escola há um ambiente para que os abusos contra crianças sejam identificados e denunciados. Mas para que isso aconteça é necessário muito cuidado por parte dos profissionais de educação. É um tema delicado. Mas nem por isso devemos fazer vista grossa quando temos alguma desconfiança. É sempre necessário denunciar. E neste sentido, para mim fica a importância da necessidade de formação dos profissionais de educação para identificar sinais de possível violência sofrida pelas crianças e adolescentes, bem como na necessidade de encaminhar denúncias ou suspeitas para os órgãos competentes. Também é fundamental trabalhar o tema em sala de aula, com a educação sexual desde as crianças pequenas, conversando sobre permissão e sobre o cuidado que devemos ter com nosso corpo, de forma lúdica, mas formativa. Embora seja algo extremamente importante e necessário, falar de educação sexual no contexto atual do nosso país é tabu, é tema delicado. Porque existem muitas concepções errôneas, além de *fake news* sobre o tema, que impactam de forma negativa falar sobre educação sexual nas escolas. É preciso formação dos profissionais da educação e muito diálogo com as famílias e toda comunidade escolar (Alice, 6º atividade).

A educação sexual nas escolas é um fator chave para a prevenção ao abuso e VS contra crianças e adolescentes (SOUZA *et al.*, 2020; SPAZIANI e MAIA, 2015; MIRANDA *et al.*, 2017; MARTINE *et al.*, 2001). Por meio de evidências científicas é possível desenvolver projetos que garantam os direitos reprodutivos e sexuais de seus alunos e alunas (FURLANETTO *et al.*, 2018), bem como prevenir a violência nas relações afetivo-sexuais de adolescentes (FACHINELLI *et al.*, 2013).

Programas de prevenção no âmbito escolar apresentam estratégias muito úteis (PELISOLI e PICCOLOTO, 2010; SPAZIANI e MAIA, 2015; ROCA *et al.*, 2020). Os resultados indicaram que as crianças participantes do programa de prevenção apresentaram maiores conhecimentos e habilidades preventivas em relação às crianças não participantes (MARTINE *et al.*, 2001; FITRIANA *et al.*, 2018; MANHEIM *et al.*, 2019) Além disso, houve o reconhecimento de violências que não eram identificadas antes da intervenção de programas de prevenção na escola (BERNADETTE, *et al.*, 2020).

De acordo com as falas das participantes do curso e em consonância com a literatura nacional e internacional sobre educação sexual, a educação mostrou pouco protagonismo nas capacitações sobre VS contra crianças e adolescentes. Há uma

resistência por parte da escola em assumir a responsabilidade de falar sobre educação sexual com crianças e adolescentes, bem como a discussão que tange a prevenção do abuso sexual.

Todavia, a escola foi identificada como setor de sucesso e de importância para prevenir, identificar e encaminhar casos de abuso sexual infantil, devido ao contato direto e cotidiano com crianças e adolescentes. Neste sentido, a instituição escolar se torna essencial neste processo, considerando que a os casos tem a casa como local de maior ocorrência.

9. CONCLUSÕES

Para desmistificar o significado do amor, da arte e da prática de amar, precisamos usar definições claras de amor quando falamos com as crianças, e precisamos também assegurar que ações amorosas nunca sejam contaminadas pelo abuso.
(bell hooks, 2020, p.67)

Este estudo contribui para o campo das investigações sobre a prevenção de VS contra crianças e adolescentes, bem como para o campo da formação dialógica do professorado, por meio das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas, com base em evidências científicas e nos princípios da Aprendizagem Dialógica (AUBERT *et al.*, 2016).

A violência contra crianças e adolescentes, de modo geral, é um problema de saúde pública que merece nossa atenção e a urgência da concretização de medidas de proteção e de políticas públicas no Brasil. Em específico, a VS infantojuvenil é um dos principais problemas de saúde pública do mundo (WHO, 1996). O abuso sexual infantil ocorre em todos os grupos, sem distinguir raça, localidade, cor, idade, crenças ou fatores econômicos.

Na literatura nacional e internacional sobre o tema de VS infantojuvenil e concomitantemente por meio das evidências coletadas nesta pesquisa com o professorado, é notório a precariedade de formação neste tema, professores, agentes escolares, famílias e comunidades ainda não sabem como proceder diante dessa violência que acomete milhares de crianças e adolescentes a cada ano no país. A VS na infância e na adolescência cresce em índices aterrorizantes no Brasil e é preciso que este tema esteja presente nos mais variados espaços de debate público, pois quando escolhemos não falar sobre isso, estamos permitindo que a violência aconteça.

O objetivo desta pesquisa foi analisar limites e possibilidades de um curso de formação continuada em perspectiva dialógica, em formato de Tertúlias Pedagógicas Dialógicas, quanto à mudança de concepções e argumentações dos participantes. Neste sentido, concluímos que o curso possibilitou a formação continuada no tema do abuso sexual infantojuvenil e que o formato de Tertúlias Dialógicas Pedagógicas teve êxito na aprendizagem dos conteúdos e produziu boas interações entre as participantes, o que culminou em uma rede de apoio entre as professoras envolvidas.

No que tange aos objetivos específicos desta pesquisa, foi possível identificar concepções iniciais dos participantes quanto à violência sexual infantil – quanto à sua caracterização, motivos de ocorrência, formas de identificação e formas de intervenção para preveni-la e para acolher as vítimas em caso de ocorrência constatada – e ao final do curso, analisar com as participantes, as aprendizagens e mudanças de concepções sobre os temas tratados.

Além disso, foi possível obter os elementos excludentes e elementos transformadores do curso, produzindo-se lista de recomendações a formadores dedicados à temática, no formato de Tertúlias Pedagógicas Dialógicas. Sendo essas recomendações: utilização de textos científicos produzidos no Brasil; realizar o curso em formato híbrido, para possibilitar a participação de docentes fora do município em que a oferta acontecerá; não trabalhar com materiais que descrevam explicitamente casos reais de VS, depoimento de vítimas e ainda de agressores; realizar estudo de casos vivenciados pelas pessoas participantes do curso, compartilhando aprendizagens sobre identificação, encaminhamento, denúncia, redes de apoio e acolhimento da vítima; oferecer feedback em ações aprendidas no curso e implementadas nas escolas pelas pessoas participantes; propiciar um espaço dialógico para acolhimento das pessoas participantes do curso; e realizar uma sistematização em cada encontro formativo para assimilação dos conteúdos apreendidos.

A questão de pesquisa que nos guiou foi: Como a Formação Dialógica Pedagógica, realizada por meio de um curso de formação continuada, organizado com base de Tertúlias Dialógicas Pedagógicas de textos científicos sobre prevenção de VS contra crianças e adolescentes, pode atuar sobre concepções de docentes nele participantes e do engajamento em sua prática profissional no tema? Para responder essa questão guia, voltemos a análise dos dados provenientes desta pesquisa.

O curso em seu desenvolvimento para além de solucionar dúvidas sobre VS infantil, pôde produzir conhecimentos significativos sobre o abuso sexual infantojuvenil, no que se trata de prevenção, identificação, denúncias, encaminhamentos e acolhimento das vítimas. As participantes do curso demonstraram ao longo e ao final de curso, aprendizados que melhoraram suas práticas profissionais e também pessoais para proteção de crianças e adolescentes, baseando suas atuações em evidências científicas na área.

Ademais, o formato do curso, por meio das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas foi amplamente elogiado, sendo uma formação de êxito para o professorado sobre o tema abordado. Proporcionando ainda, uma rede de apoio entre as participantes, um espaço de acolhimento e de discussão de práticas pedagógicas, onde o diálogo igualitário foi o principal fio condutor. Os textos abordados no curso trouxeram a realidade da VS infantil, mas também alternativas com base em evidências científicas sobre como lidar com essa violência, promovendo nas pessoas envolvidas, esperanças e certezas de que é possível transformar a realidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual.

Desta maneira, confirma-se a hipótese que sustentou essa pesquisa, de que as práticas pedagógicas dialógicas realizadas em torno de textos científicos podem promover maior efetividade na formação docente para a prevenção de violência sexual contra crianças e adolescentes, o que se revelou por meio de mudanças de concepções e de relatos de atuação na prática docente.

Sobre as categorias evidenciadas no curso, foi possível concluir que o CT foi o tema mais abordado durante as discussões sobre VS infantil, indicando que é impreterível que exista maior comunicação entre instituições escolares e este órgão de proteção às crianças e adolescentes. É preciso ainda, que a escola conheça a fundo como é realizado o trabalho dos conselheiros tutelares e que exista diálogo constante entre ambos para efetivação da proteção da infância e da adolescência.

É notório que existe, no Brasil, uma lacuna na formação do professorado no tema do abuso sexual infantil, o que gera dúvidas e ações inadequadas frente aos casos de violência. É urgente que haja articulação de diversos setores, como educação, saúde, justiça e assistência social, para que se formem pessoas aptas para lidar com essas ocorrências. Neste sentido, as Tertúlias Dialógicas Pedagógicas se apresentaram como forte ação para formar docentes nesta temática.

Amplas pesquisas demonstram a melhoria da competência docente como resultado na participação de formação dialógicas, em termos profissionais e de coerência pessoal (RODRIGUEZ *et al.*, 2020; ROCA *et al.*, 2021).

Ao mesmo tempo, os professores reconheceram melhorias em suas próprias habilidades analíticas e argumentativas ao interagir com outros profissionais da educação que estão consistentemente conectados às evidências científicas para o aprimoramento dos alunos. Portanto, o desenvolvimento profissional em serviço baseado na ciência capacita fortemente os professores em sua prática profissional (RODRIGUEZ *et al.*, 2020, p.8)

Nossos resultados revelaram a importância da criação de espaços formativos para o professorado que sejam dialógicos e que possibilitem aos docentes o conhecimento das melhores produções científicas na área da educação e outras áreas correlacionadas, no passo em que refletem sobre o papel do professorado frente a VS infantojuvenil. Neste sentido, nossos achados estão alinhados com os de outros estudos que colocam a formação dialógica do professorado como uma ferramenta crítica, capaz de construir profundos aprendizados sobre teoria e prática pedagógica (RODRIGUEZ *et al.*, 2020; ROCA *et al.*, 2021).

Na contra mão do que está sendo produzido no Brasil sobre o debate da utilização das evidências científicas na formação docente – discussão trazida por Devechi, Trevisan E Cenci (2022) na página 50 – todas as participantes do curso consensuaram a necessidade de a formação de professores ser pautada em evidências científicas, garantindo a eficácia das ações, principalmente quando se trata sobre o abuso sexual infantojuvenil.

As Tertúlias Dialógicas e o Clube de Valentes ganharam destaque nas falas das participantes do curso enquanto ações preventivas de êxito para prevenção do abuso sexual infantil e como maneira de promover uma socialização preventiva de crianças e adolescentes. Além disso, as redes de apoio se mostraram como indispensáveis para lidar com a VS infantil, pois não é possível transformar nenhum cenário como este sozinhos e sozinhas, somente em unidade e com apoio, é possível superar tal violência e proteger todas as pessoas envolvidas.

O ambiente familiar ainda se apresenta como o maior local de ocorrências de abuso sexual infantil, o que nos leva a ressaltar novamente a importância do papel de agentes escolares na proteção de crianças e adolescentes, sendo dever ético e moral de todas as pessoas promover a saúde e bem estar na infância e adolescência.

A educação sexual, tema ainda muito polêmico no Brasil, foi discutida amplamente pelas participantes do curso como ação inadiável para prevenção e proteção de crianças e adolescentes. É por meio do conhecimento e informação com base em evidências científicas que podemos agir diante do cenário alarmante de índices cada vez mais altos da violência sexual.

Não podemos deixar de mencionar, ainda, que o processo de pesquisa desta dissertação, cujo tema é tão sensível e necessário, foi realizado de maneira colaborativa entre as pesquisadoras e as pessoas participantes da pesquisa, por meio do diálogo igualitário, propiciando aprendizagens de mão dupla para todas as partes envolvidas.

Estudar e trabalhar esse tema demanda uma força coletiva que tivemos a felicidade de encontrar no grupo de professoras que se formou no curso.

As pessoas que se propõem a trabalhar e estudar sobre violências sexuais contra crianças e adolescentes se deparam com dificuldades subjetivas e intersubjetivas provocadas pela magnitude e sensibilidade do tema. Entretanto, nada se equipara aos sentimentos e às consequências que as vítimas de abuso enfrentam ao longo de suas vidas. Romper com o silêncio e buscar formas de prevenção à violência é um compromisso individual e social que selamos com as participantes do curso e que esperamos que se propague para demais espaços de inserção destas pessoas.

No processo de escrita desta dissertação, relembramos uma passagem escrita por Graciliano Ramos (1962), que nos remete às palavras verdadeiras que dizem e sustentam nossos sonhos de que as evidências encontradas nesta pesquisa, sejam base para o melhoramento da vida das pessoas.

Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. **A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer** (As lavadeiras de Alagoas e a Palavra, Graciliano Ramos, 1962).

Com base em Habermas (2012), compreendemos que as palavras são também ação, sendo assim, esperamos que as evidências encontradas nesta pesquisa, possam abrir portas para o debate público sobre a prevenção de violências sexuais contra crianças e adolescentes e concomitantemente, a necessidade de formação do professorado neste tema com base em evidências científicas. Neste sentido, com apoio dos achados nesta investigação e da urgência das lacunas anunciadas, que possamos construir imediatamente e com amorosidade um lugar melhor para crianças e adolescentes, livre de violências.

REFERÊNCIAS

- A IMPORTÂNCIA DO DISQUE 100 PARA DENUNCIAR O ABUSO SEXUAL INFANTIL. **Childfund Brasil**. Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/disque-100/>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- ABRAHAMS N, CASEY K, DARO D. Teachers' knowledge, attitudes, and beliefs about child abuse and its prevention. *Child Abuse Negl.* 1992;16(2):229-38. doi: 10.1016/0145-2134(92)90030-u. PMID: 1559171.
- AIELLO, E. *et al.* Effective strategies that enhance the social impact of social sciences and humanities research. **Evidence & Policy**, Bristol University Press, v. 18, no. 01, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1332/174426420X15834126054137> . Acesso em: 10 nov. 2022.
- ALTON-LEE, A. (Using) evidence for educational improvement. *Camb. J. Educ.* 2011, 41, 303–329
- ANDI. **Exploração sexual de crianças e adolescentes: guia de referência para a cobertura jornalística**. 2ed. Brasília, 2013. 120 p. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/publicacao/Guia-de-referencia-para-cobertura-jornalistica-ANDI.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- ARAUJO, C.M., ARAUJO, E.M. E SILVA, R.D. Para pensar sobre a formação continuada de professores é imprescindível uma teoria crítica de formação humana. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 57-73, jan.-abr., 2015
- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. 115 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.
- AUBERT, A. *et al.* **Aprendizagem dialógica na sociedade da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- AZEVEDO, R.O.M et.al. Formação inicial de professores da educação básica no Brasil. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 997-1026, set./dez. 2012.
- BANYARD, L. *Bystander education: Bringing a broader community perspective to sexual violence prevention*. **Journal Community Psychology**. 2003.
- BARROS-DEL RIO, M. A., ÁLVAREZ, P.; MOLINA R. S. Implementing Dialogic Gatherings in TESOL teacher education. **Innovation in Language Learning and Teaching**. 2020. p. 1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17501229.2020.1737075> Acesso em: 10 nov. 2022.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). 2018. **Dissertação de Mestrado**. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9942/BELLINI_Daniela_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 10 nov. 2022.

BERNADETTE, J. *et al.* Safe schools for teens: preventing sexual abuse of urban poor teens, proof-of-concept study - Improving teachers' and students' knowledge, skills and attitudes. **Received in revised form**. 2020. Disponível em: [https://www.cell.com/heliyon/pdf/S2405-8440\(20\)30924-5.pdf](https://www.cell.com/heliyon/pdf/S2405-8440(20)30924-5.pdf). Acesso em 18 nov. 2022.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 1. ed. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRAGA, F. M.; GABASSA, V.; MELLO, R. R. **Aprendizagem Dialógica**: ações e reflexões de uma prática educativa de êxito/Fabiana Marini Braga, Vanessa Gabassa, Roseli Rodrigues de Mello. – São Carlos: EdUFSCar, 2010. 83p. – (Coleção UABUFSCar)

BRASIL. Lei nº 13.431/2017. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de tecnologias educacionais da educação integral e integrada e da articulação da escola com seu território**. Brasília, DF: 2013. 55 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14545-guia-tecnologias-20130923-pdf&category_slug=novembro-2013-pdf&Itemid=3019. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: orientação sexual. Brasília: MEC /SEF. 1998

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: vigilância de violências e acidentes, 2008 e 2009**. Brasília: MS; 2010a. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_2008_2009_violencias_acidentes.pdf. Acesso em: 7 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde de crianças e adolescentes**: prevenção de violências e promoção da cultura da paz. Brasília, 2010b. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_crianças_adolescentes.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Atendimento às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência**. Brasília: CFM, 2011. 172 p. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/manual%20atendimento%20crianças%20adolescente.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático Prevenção de violências e Cultura da Paz III**. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/painel_indicadores_sus_prevencao_violencia.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRATEN, I; FERGUSON, L. E. Beliefs about sources of knowledge predict motivation for learning in teacher education. *Teaching and Teacher Education*, Volume 50, August 2015, Pages 13-23.

BRINO, R. F. *et al.* **Combatendo e prevenindo os abusos e/ou maus-tratos contra crianças e adolescentes: O papel da escola**. São Carlos. Pedro & João Editores. 2011. 36p.

BRINO, R. F; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção ao abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**, vol. 33, núm. 2, p. 209-229, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227052014.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRINO, R. F; WILLIAMS, L. C. A. Professores como agentes de prevenção ao abuso sexual infantil. **Educação & Realidade**, vol. 33, núm. 2, juliodiciembre, 2008, pp. 209-229. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227052014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022

CAVALCANTI, M. L. T. Estudo descritivo dos registros de violência doméstica no Conselho Tutelar de Niterói. **Cad Saude Publica** 1999; 7(1):99-124.

CHANG, M. An Appraisal Perspective of Teacher Burnout: Examining the Emotional Work of Teachers. **Educational Psychology Review** 21(3):193-218. 2009. Disponível em: 10.1007/s10648-009-9106-y. Acesso em: 1 fev. 2023.

COKER, *et al.* *Evaluation of Green Dot: An Active Bystander Intervention to Reduce Sexual Violence on College Campuses*. **Violence Against Women** 17(6):777-96. June 2011.

CONSTANTINO, F. L. **Diálogos e tensões: o olhar de professoras negras e brancas sobre a constituição da identidade negra no contexto escolar**. Tese (Doutorado). São Carlos: UFSCar, 2014. 327 f.

COX, A. Preventing Child Abuse; a Review of Community-Based Projects 1. Intervening on Processes and Outcome of Reviews. **Child Abuse Review**. 1997. Disponível em: [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0852\(199710\)6:4<243::AID-CAR338>3.0.CO;2-7](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0852(199710)6:4<243::AID-CAR338>3.0.CO;2-7). Acesso em: 1 fev. 2023

CREA. **Relatório Includ-ed Final**. Estratégias para a inclusão e coesão social na Europa a partir da educação. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2012. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/12/740922c2359d3ca752de853bbb798930.pdf> Acesso em: 15 nov. 2022.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. **Violência**: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2007. p.1163-1178.
- DEVECHI, C. P. V.; TREVISAN, A. L.; CENCI, Â. V. A abordagem da educação baseada em evidências científicas na formação de professores: recuo da prática. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, n. **Rev. Bras. Educ.**, 2022 27, 2022.
- DINIZ-PEREIRA, J. E.; LACERDA, M. P. Possíveis significados da pesquisa na prática docente: ideias para fomentar o debate. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. Educ. Soc., 2009 30(109), set. 2009.
- DUNN, D.S.; SAVILLE, B.K.; BAKER, S.C.; MAREK, P. Evidence-based teaching: Tools and techniques that promote learning in the psychology classroom. *Aust. J. Psychol.* 2013, 65, 5–13
- DUQUE, E., GAIRAL, R., MOLINA, S., ROCA, E. (2020). How the psychology of education contributes to research with a social impact on the education of students with special needs: the case of successful educational actions. **Front. Psychol.** 11:439. Disponível em: 10.3389/fpsyg.2020.00439. Acesso em: 6 fev. 2023.
- EDUCAÇÃO SEM VIOLÊNCIA: conheça a Lei Menino Bernardo. **Childhood**, 2009. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/educacao-sem-violencia-conheca-a-lei-menino-bernardo>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- ELBOJ SASO, C. **Comunidades de Aprendizaje – un modelo de educación antirracista en la Sociedad de la Información**. (Tesis doctoral). Programa de Doctorado: Estructura y Cambio Social. Departamento de Teoría Sociológica, Filosofía del Derecho e Metodología de las Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, 2001
- ELSEN, I.; PROSPERO, E. N. S.; SANCHES, E. N.; FLORIANO, C.J.; SGROTT, B.C. Escola: Um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Psicologia Argumento**, Curitiba, jul./set., v. 29, n. 66, p.303-314, 2011.
- ELSTER, J. **La democracia deliberativa**. Barcelona: Gedisa. 2001.
- FACHINELLI, J. S. *et al.* Violência nos relacionamentos afetivo-sexuais entre adolescentes de Porto Alegre, Rio Grande. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, p.1121-1130, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102311X2013000600009>. Acesso em: 10 set. 2022.
- FAEIROS, J. M.; MATIAS, A. D. S. A.; BAZON, M. R. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: prevalência de abuso infantil estimada a partir de dados do sistema escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 337-438, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v25n2/12.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- FERNET, C. *et al.* Predicting intraindividual changes in teacher burnout: The role of perceived school environment and motivational factors. **Teaching and Teacher Education**. Volume 28, Issue 4, May 2012, Pages 514-525
- FERREIRA, C. L. S; CÔRTEZ, M.C.J.W., GONTIJO, E. D. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciênc. saúde coletiva**. V. 24 no.11 Rio de

Janeiro. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001103997. Acesso em: 15 nov. 2022.

FITRIANA, R. N. *et al.* Effect of peer education model on knowledge and self-efficacy of children in the prevention of physical sexual violence. **Belitung Nursing Journal**. V. 4. 2018. p.51-57. Disponível em: <https://belitungraya.org/BRP/index.php/bnj/article/view/341/165>. Acesso em: 19 nov. 2022

FLECHA, R. (2006-2011). *INCLUD-ED. Strategies for inclusion and social cohesion in Europe from Education* (Sixth Framework Programme). Brussels, Belgium: European Union.

FLECHA, R. *Successful educational action for inclusion and social cohesion in Europe*. New York, NY: Springer, 2015.

FLECHA, R. *Compartiendo palabras*. Barcelona: Paidós, 1997

FLECHA, R.; GÓMEZ, J.; PUIGVERT, L. *Teoría sociológica contemporánea*. Ediciones Paidós Ibérica, S.A. 2006. 162 p.

FLECHA, R.; YEST, C. G. *Prevención de conflictos en las comunidades de aprendizaje*. **DEA-La Mancha**. 2007. 72-76.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 2a ed. Editora da Unesp, 2000

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRERE, P.; MACEDO, D. *Alfabetización: lectura de la palabra y lectura de la realidad*. Barcelona: Paidós, 1989.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMAN, C. B. C; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, V.48 n.168, p.550-571, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

GABASSA, V. **Comunidades de aprendizagem: a construção da dialogicidade na sala de aula**. Tese (Doutorado acadêmico em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2009. 245 p. Disponível em: <https://comunidadesdeaprendizaje.net/wp-content/uploads/2012/04/TeseVG.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GARCÍA-CARRIÓN, R.; *et al.* Implications for Social Impact of Dialogic Teaching and Learning. **Frontiers in Psychology**, 2020. Disponível em <https://10.3389/fpsyg.2020.00140>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GARCIA-CARRION, R.; VIRGILI, U.R.Y.; GOMEZ, A.; MOLINA, S.; IONESCU, V. Teacher Education in Schools as Learning Communities: Transforming High-Poverty Schools through Dialogic Learning. *Aust. J. Teach. Educ.* 2017, 42, 44–56.

- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 193 p.
- GIROUX, H. *Los profesores como intelectuales*. Barcelona: Paidós, 1990.
- GOMES, R. N. **Tertúlia Dialógica Pedagógica das obras de Paulo Freire na Formação do Coordenador Pedagógico**. Comunidades de Aprendizagem. 2016. p.12-24. Disponível em:
<https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/508/b00ac948b176ba2d3bbf0cca7561b9e2.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- GÓMEZ, J. *et al. Metodología Comunicativa Crítica*. Barcelona: El Roure, 2006.
- GONÇALVES, H.S, BRITO, T.S. Conselheiros Tutelares: um estudo acerca das representações e de suas práticas, **Civitas** 2011; 11(1):57-77.
- GUSHWA, M.; BERNIER, J.; ROBINSON, D. Advancing Child Sexual Abuse Prevention in Schools: An Exploration of the Effectiveness of the Enough! Online Training Program for K-12. **Teachers.Journal of Child Sexual Abuse**. V. 28. 2019. Disponível em:
<https://doi.org.ez31.periodicos.capes.gov.br/10.1080/10538712.2018.1477000>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo 1: racionalidade da ação e racionalização social**. Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- HISTÓRIA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS. **UNICEF**. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- INOUEL, S. R. V.; RISTUM, M. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estud. psicol.** vol. 25, no.1, Campinas Jan./Mar. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000100002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 nov. 2022.
- JORDÃO, M. T. *et al.* Violência sexual contra crianças e adolescentes: políticas de prevenção e enfrentamento. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. Vol.12(9). 2020. Disponível em: <https://www.acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4560/2741>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- JUNGQI C. *et al.* Prevention of child sexual abuse in China: Knowledge, attitudes, and communication practices of parents of elementary school children. **Child Abuse & Neglect**. V. 31. 2007. p. 747–755. Disponível em:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213407001408>. Acesso em 15 nov. 2022..
- KRUG, E. G. *et al.* **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, J. S.; DESLANDES, S. F. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. *Interface - Comunic., Saude, Educ.* 2014. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2011.v15n38/819-832/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál.* Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LLOYD, J. *Response and interventions into harmful sexual behaviour in schools.* **Child Abuse & Neglect.** vol. 94. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213419302145>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LONGAS, E.; RODRÍGUEZ, C. P. *El club de valientes de la comunidad de aprendizaje CPI Sansomendi PI. Padres y Maestros*/**Journal of Parents and Teachers**, n. 367, p. 38-41, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14422/pym.i367.y2016.007>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MAARANEN, K. *et al. Teacher education matters: Finnish teacher educators' concerns, beliefs,* **European Journal of Teacher Education**, 42:2, 211-227, 2019. Disponível em: 10.1080/02619768.2019.1566317. Acesso em: 6 fev. 2023.

MANHEIM, M.; FELICETTI, R.; MOLONEY, G. *Child Sexual Abuse Victimization Prevention Programs in Preschool and Kindergarten: Implications for Practice.* **Journal of Child Sexual Abuse.** V. 20. 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10538712.2019.1627687>. Acesso em: 20 nov. 2022

MARTELLI, A. C. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: o que a escola tem a ver com isso? **III Simpósio internacional de Educação Sexual.** 2013. Disponível em: http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-05.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

MARTINE, H. *et al. Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children.* **Child Abuse & Neglect.** V. 25. 2001. p. 505–522. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S014521340100223X>. Acesso em: 15 nov. 2022

MELLO, R. Tertúlia Literária Dialógica: espaço de aprendizagem dialógico. **Revista Contraponto.** v. 3 n. 3 2003. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/740>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MELLO, R.R.; BRAGA, F. M; GABASSA, V. **Comunidades de Aprendizagem:** outra escola é possível. 1. ed. São Carlos: EDUFSCar. 2012. v. 1. 176 p.

MELLO, Roseli Rodrigues de. Tertúlia Literária Dialógica: espaço de aprendizagem dialógico. **Revista Contrapontos.** 3(3). 2003. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/740>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8068383-Capitulo-i-ciencia-tecnica-e-arte-o-desafio-da-pesquisa-social.html>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MIRANDA, A. C. T; OLIVEIRA, M; MAIO, E. R. Abuso sexual infantil e escola: enfrentamento e intervenções pedagógicas. **Fazendo Gênero**. Disponível em: http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/old_20/1373284433_ARQUIVO_PRONTO-ARIANEEMARCIO.pdf. Acesso em: 18 set. 2022.

OLIVEIRA J. R. *et al.* Violência sexual e coocorrências sofridas por crianças e adolescentes: estudo de incidentes ao longo de uma década. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 759-771, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.18332013>. Acesso em: 10 ago. 2022

OLIVER, E.; VALLS, R. **Violencia de género**. Investigaciones sobre quiénes, por qué y cómo superarla. Barcelona: Hipatia. 2004.

OPFER, VD; PEDDER, D. Conceituando a Aprendizagem Profissional do Professor. **Rev. Educ. Res.** 2011 , 81 , 376–407. 20. 2011.

ORAMAS, A. R.; FLECHA, J. R. Resgatando o sentido da profissão docente por meio de tertúlias pedagógicas dialógicas: vozes de professores da Serra Norte do México. **Articulando e Construindo Saberes**, [S. l.], v. 6, 2021. DOI: 10.5216/racs.v6.67742. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs/article/view/67742>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório de status global sobre prevenção da violência 2014**. 2014b. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/145086>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Prevención de la violencia en la escuela**: manual práctico. Ginebra: 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications-detail/school-based-violence-prevention-a-practical-handbook>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PELISOLI, C; PICCOLOTO, L. B. Prevenção do abuso sexual infantil: Estratégias cognitivo comportamentais na escola, na família e na comunidade. **Rev. bras.ter. cogn.** vol.6 no.1 Rio de Janeiro, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872010000100007. Acesso em: 17 nov. 2022.

PIVA, E. A. *et al.* Prevenção à violência sexual e a formação de professores: avaliação de uma proposta de intervenção. **Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas**. 2013.

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA). 2013. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

PREZENSZKY, B.C.; GALLI, E. F.; BACHEGA, D.; MELLO, R. R. *School Actions to prevent gender-based violence: a (quasi-)systematic review of the brazilian and the international scientific literature*. **Frontiers in Education**, Lausanne, v.3, n.89. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/educ.2018.00089>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PROTEÇÃO. UNICEF. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protecao>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PROULX, G. M.; MARTINEZ, A. *Sexual Violence against Girls in Schools: Addressing the Gaps between Policy and Practice in Awaso, Ghana*. **Journal of Applied Research on Children: Informing Policy for Children at Risk**. V. 4. 2013. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1188882.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

PUIGVERT M. L.; KIM, K. H.; KHALFAOUI, A; GONZALEZ, O. R.; MELLO, R. R.; JOANPERE, M.; FLECHA, R. *Breaking the Silence within Critical Pedagogy*. **Multidisciplinary Journal of Educational Research**. 2021. Disponível em: <https://hipatiapress.com/hpjournals/index.php/remie/article/view/8748>. Acesso em: 18 nov. 2022.

RIBEIRO, M. A. *et al.* Violência sexual contra crianças e adolescentes-características relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(2):456-464, mar- abr, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/13.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

RISTUM, M. A violência doméstica contra crianças e as implicações na escola. **Temas em Psicologia** - 2010, vol. 18, no 1, 231-242. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751435019.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ROCA, E. *et al.* *Schools That ‘Open Doors’ to Prevent Child Abuse in Confinement by COVID-19*. **Sustainability**. 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/11/4685/htm>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ROCA, E., GOMEZ, A., BURGUES, A. Luisa, transforming personal visions to ensure better education for all children. **Qual. Inquiry** 21, 843–850. 2015. Disponível em: 10.1177/1077800415614026. Acesso em: 6 fev. 2023.

ROCA, E., *et al.* Educational impact evaluation of professional development of in-service teachers: The case of the dialogic Pedagogical Gatherings at Valencia “on giants’ Shoulders”. *Sustainability*, 13(8), 4275. 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/8/4275>. Acesso em: 6 fev. 2023.

RODRIGUES, R. M.; ZUIN, Antonio A. S. Cyberbullying e (des)engajamento moral: as concepções de estudantes de pedagogia de uma Universidade Federal brasileira”. **Iniciação Científica**. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2017-2020.

- RODRIGUES, R. M.; MELLO, R. R. Prevenção de violência contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas em escolas brasileiras no combate à violência sexual. **Iniciação Científica**. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2020-2021.
- RODRIGUEZ, J.A.; CONDOM-Bosch, J.L.; RUIZ, L.; OLIVER, E. *On the Shoulders of Giants: Benefits of Participating in a Dialogic Professional Development Program for In-Service Teachers*. **Front. Psychol.** 2020, 11, 5.
- RODRÍGUEZ-ORAMAS A, et al. *Dialogue With Educators to Assess the Impact of Dialogic Teacher Training for a Zero-Violence Climate in a Nursery School*. **Qualitative Inquiry**. 2020;26(8-9):1019-1025.
- RODRÍGUEZ-ORAMAS, A., Alvarez, P., RAMIS-SALAS, M., & RUIZ-EUGENIO, L. (2021). *The Impact of Evidence-Based Dialogic Training of Special Education Teachers on the Creation of More Inclusive and Interactive Learning Environments*. **Frontiers in Psychology**, 12, 641426. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.641426/full>. Acesso em: 6 fev. 2023.
- SAHLBERG, P. *The Professional Educator: Lessons from Finland*. **Am. Educ.** 2011, 35, 34–38
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **18 anos de ECA: a inclusão de crianças e adolescentes no estado de direitos brasileiro**. *Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 2, abr./set. 2007, p. 152-154 Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1613/1819>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011**. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016936.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- SERRADELL, O. et al. Spaces free of violence: The key role of Moroccan women in conflict prevention in schools. *A case study*. **Journal of Gender Studies**. Published online: 2019.
- SILVA, A. R. N.; BRAGA, F. M.; MELLO, R. R. Formação pedagógica em Aprendizagem Dialógica em tempos de distanciamento social. **Revista Humanidades & Inovação**. v.8, n.40, p. 252-267. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5102>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- SILVA, L. M. P.; FERRIANI, M. G. C; SILVA, M. A. I. Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: Entre a prevenção do crime e do dano. **Rev. Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 12, out. 2012, p. 403-411. Disponível em: 10.1590/S1519-38292012000400007. Acesso em: 10 nov. 2022.
- SIQUEIRA, A. C.; ALVES, C. F.; LEÃO, F. E. A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 62-71, 2012.

- SOLER, M., & FLECHA, R. *Desde los actos de habla de Austin a los actos comunicativos*. Perspectivas desde Searle, Habermas y CREA. **Revista Signos**, 2010. vol. 43, no. 2, p. 363-375. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/signos/v43s2/a07.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- SOUZA, L. J. E. *et al.* Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras. **Ciênc. Saúde Colet.** 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n11/3407-3416/>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- SOUZA, Valesca P., *et al.* Protagonismos de adolescentes no planejamento de ações para a prevenção da violência sexual. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 29, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265xtce-2018-0481>. Acesso em: 9 set 2022.
- SPAZIANI, R. B; MAIA, A. C. B. M. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Rev. Psicopedagogia** 2015; 32(97): 61-71. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v32n97a07.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.
- STANLEY, N. *et al.* *Preventing domestic abuse for children and young people: A review of school-based interventions*. **Children and Youth Services Review**. V. 59. 2015. p. 120-131. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0190740915300876?via%3Dihub>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- TARDIF, M. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. Educ. Soc., 2013 34(123), abr. 2013.
- TOOM, A *et al.* Experiências de uma Abordagem Baseada em Pesquisa para a Formação de Professores: Sugestões para políticas futuras. **EUR. J. Educ.** 2010, 45 , 331–344.
- UNICEF Brasil, Cidade Aprendiz. **A educação que protege contra violência**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/educacao-que-protege-contra-violencia>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- UNICEF Brasil. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- UNICEF. **A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents**. 2017a. Disponível em: https://www.unicef.org/publications/index_101397.html. Acesso em: 10 nov. 2022.
- UNICEF. *Niños en un mundo digital*. 2017b. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/48611/file>. Acesso em: 10 nov. 2022.

VIEIRA, M. P; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Rev. Bras. Educ.** vol.22 no.69 Rio de Janeiro Apr./June 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782017000200453&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2022.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS. **World Health Organization**, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-children>. Acesso em: 10 nov. 2022.

WAYNE, A. J. *et al.* Experimentando o Desenvolvimento Profissional do Professor: Motivos e Métodos. **Educ. Res.** 2008, 37, 469-479.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. ***Global status report on preventing violence against children***. Geneva: World Health Organization; 2020. 332p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240004191>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ZULIANI, G. *et al.* **O professor frente a violência sexual intrafamiliar e o impacto no desenvolvimento na aprendizagem da criança**. Anais do V Simpósio Internacional em Educação Sexual. Maringá, Brasil. 2017. 13p. Disponível em: <://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3114.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Primeiro formulário *google* aplicado na inscrição das pessoas participantes do curso.

1- Declaração de anuência no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
2 - Nome Completo
3 – CPF
4 – Sexo
5 - E-mail
6 – Idade
7 - Em qual unidade escolar atua?
8 - Em qual cidade atua?
9 - Número de <i>WhasApp</i> (adicionar DDD)
10 - Qual é a idade das crianças e/ou adolescentes com quais trabalha?
11 - Descreva de forma breve o motivo de se inscrever no curso.
12 - O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto aos motivos de sua ocorrência.
13 - O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação.
14 - O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de intervenção para preveni-la.
15 - O que sabe e o que pensa sobre violência sexual infantil quanto às formas de acolhimento às vítimas em caso de ocorrência constatada na escola.

Apêndice 2 – Segundo formulário google aplicado ao final do curso.

Identificação
1 - Nome Completo
2 – CPF
3 – Sexo
4 - E-mail
5 – Idade
6 - Em qual unidade escolar atua?
7 - Em qual cidade atua?
8 - Qual seu cargo no trabalho?
9 - Número de WhasApp (adicionar DDD)
Avaliação dos conteúdos do curso
10 - Qual é a idade das crianças e/ou adolescentes com quais trabalha?
11 - Descreva de forma breve e de maneira geral o que aprendeu no curso.
12 - O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto aos motivos de sua ocorrência.
13 - O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de identificação.
14 - O que você aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de intervenção para preveni-la.
15 - O que aprendeu sobre violência sexual infantil quanto às formas de acolhimento às vítimas em caso de ocorrência constatada na escola.
16 - Qual conteúdo do curso você utilizaria em sua prática docente ou enquanto direção/coordenação de escola?
17 - Destaque um ou mais conteúdo do curso que lhe chamaram atenção e justifique sua resposta.
Avaliação do curso
18 - Você já conhecia as Tertúlias Dialógicas? Se sim, já havia participado de alguma?
19 - Comente sobre a efetividade das Tertúlias Dialógicas Pedagógicas como formação para docentes.
20 - Como você avalia, de modo geral, o desenvolvimento do curso? (Encontros, atividades, textos, moderação)
21 - Por favor, comente sobre a resposta anterior em relação ao desenvolvimento geral do curso.
22 - Como você avalia, em específico, os encontros do curso?

23 - Por favor, comente sobre a resposta anterior em relação aos encontros do curso.
24 - Como você avalia, em específico, as atividades do curso?
25 - Por favor, comente sobre sua resposta anterior em relação às atividades do curso.
26 - Como você avalia, em específico, os textos do curso?
27 - Por favor, comente sobre sua resposta anterior em relação aos textos do curso.
28 - Como você avalia, em específico, a moderação do curso?
29 - Por favor, comente sobre sua resposta anterior em relação a moderação do curso.
30 - O que você mudaria no curso? Comente.
31 - O que você acrescentaria de conteúdo no curso? Comente
32 - A forma com que o curso foi desenvolvido contribuiu positivamente ou negativamente para a sua aprendizagem de conteúdos? Explique.
33 - Qual sugestão você daria para melhorar o curso? Comente.
34 - Qual a relevância do curso para sua prática profissional?
35 - Qual a relevância do curso para sua prática pessoal?
36 - O curso realizado de maneira online favoreceu ou dificultou sua aprendizagem? Explique.
37 - Você indicaria esse curso para outra pessoa?
38 - Por favor, comente sobre sua resposta anterior.
39 - Qual o tema que você sente que é o mais difícil de ser abordado? Justifique e sugira algo, por favor.
40 - Como poderíamos levar o curso para escolas? Qual caminho fazer?

Apêndice 3 – Transcrição do Grupo focal Comunicativo

Pessoa	Fala no Grupo focal Comunicativo
Rosana	<p>(1) Boa noite a todas, agradecer pelo curso primeiramente, a Rafaela, Roseli e Milena, por estarem conosco às quintas-feiras, pontualmente. Foi muito bom participar do curso, conhecer as colegas de outros municípios, a Alice, Jéssica, Amanda, Fabiana, acho que eu não lembro muito dela, da Priscila, algumas vezes. Mas assim, foi muito bom né saber das experiências que elas têm já com a Tertúlia. Eu não notei muito bem os blocos, viu Roseli, então vou falar das minhas sensações, para mim foi extremamente novo participar da Tertúlia, eu já havia, já conhecia alguma coisa sobre Tertúlia, mas participar de uma Tertúlia foi a primeira vez que eu participei mesmo arduamente em todos os encontros, e as leituras dos textos indicados, então é uma forma assim que para mim é muito muito boa para aprendizagem pessoal e coletiva, então assim, você se fortalece individualmente pelas tertúlias e coletivamente para ações, então para mim foi muito bom, conhecia, fiz no paralelo com que eu tive na minha formação né, que era a filosofia para as crianças, e acredito que a tertúlia no infantil gera mais ou menos o que eu tinha de entendimento sobre essa filosofia para as crianças, e o texto da Roseli assim, da pesquisa dela, foi algo que motivou ainda mais a trabalhar com Tertúlias, a forma como ela traz deve ser uma forma de sensível assim de olhar a tertúlia de ler a respeito né de conhecer mais profundamente, como que se iniciaram as tertúlias né, e como de lá para cá, ela trouxe para nossa realidade nacional. E aí termos de chocar com o tema né que a gente tem que ter muita sensibilidade para falar sobre né o abuso sexual infantil, sobre a violência mas, também não dá para esconder que é uma realidade cruel que choca gente como ser humano, porque a gente sente infelizmente, ainda, a gente se sente sozinho né, a gente se sente, toca na ferida saber que uma criança é abusada, mas ao mesmo tempo que você também se sente desprotegida para levar muito além quando você tem a desconfiança, mas é como você né, o curso deixou muito claro, a gente precisa se fortalecer caso ações e essas ações, se a gente não tiver coragem né para enfrentá-las e para mostrar aqui não, aqui não é aqui não, a criança não pode ser abusada, ela não pode ser um desconto daquilo que você é adulto pensa que ela que ela merece não. Assim, eu sinto que me fortaleci muito, sinto por não tá podendo discutir, levar tudo aqui no diário para sala, porque fiquei afastada, mas eu creio que o ano que vem eu volte com força total para cutucar um pouquinho mesmo, para pedir apoio de vocês inclusive, para a gente falar mas claramente a respeito desse assunto, porque é urgente, sabe eu acho que os dois anos da pandemia e depois mas, desculpa, eu vou falar, de política de ódio de discurso, de ódio de coisas que a gente teve que engolir, sem poder muitas vezes falar. Porque já ia para o lado político e não para o lado de ações mesmo vivenciadas né, as pessoas levavam por que o partido político e não uma situação que a gente tem que agir e espero que a partir do dia primeiro de janeiro a gente tem um pouquinho mais de liberdade de discurso, né, para poder falar sobre assuntos que carecem serem ditos, é como a gente estaria sala a gente fala né. Lógico que não vai ter banheiro unissex da escola, a gente entende que a mentalidade nacional nem daria para falar sobre isso, muito menos a gente colocar dentro de uma instituição banheiros que seu filho sua filha adolescente vão usar junto e conjuntos né, a gente tem muito, moralmente dizendo a gente tem uma formação que não vá não vai não iria caber essa situação dentro uma instituição escolar, e a não ser que né os cabeças foram prestados de forma diferente, que espaços os coletivos, ainda que</p>

fosse banheiros, não era um lugar para você se dar ao desrespeito de fazer algum ato ou alguma coisa com alguém. Foram momentos de muito aprendizado que levo para a vida e principalmente para profissão, só agradecer, muita gratidão, esperar a qualificação da Rafa, se possível estarmos presentes e cursos se puderem mandar eu gostaria muito.

(2) *[Sobre utilizar o livro da Sanderson (2005) na próxima oferta do curso]*. Eu acho que a Jéssica colocou é verdadeiro mesmo né, pode desencadear certo gatilhos os depoimentos, assim, porque a gente, eu fiquei bem tocada, e eu não sou de ficar tocada com coisas que eu vejo assim, mas sei lá, porque a gente fala que vai se envolvendo de uma certa forma e você sente na pele a dor nos relatos principalmente da criança se suicidar da mãe que perdeu um filho assim, dói muito, doeu muito, então eu acho que pode poupar a princípio né talvez, depois de um grupo que já venha mais tempo falando né sobre esse assunto já esteja mais familiarizado com a situação da violência, e de repente assim talvez por conselheiros tutelares seria um livro que para ser trabalhado mais profundamente, agora para professores eu acho que os dados de uma pessoa como você informação apresentando esses dados, e os outros textos todos os que foram indicados seria mais adequado, porque a situação é uma só né, quando a gente se emociona se envolve, agora imagina Alice situação terrível e aí um texto desse sabendo que você não tem mais rede de apoio, eu acho que acaba até deixando certas pessoas muito impactadas e desistindo. Eu penso que nós não desistimos, porque a gente tem vocês com apoio e tá legal e vocês deixaram bem, bem, bem à vontade para gente se tivesse alguma situação que estava chocando muito, que era só entrar em contato com vocês e tudo, mas tem um grupo maior, pode gerar um conflito né, até mesmo entre elas, começaram a debater, porque geralmente tem muito disso de uma confrontar a outra. Se for híbrido eu acredito que que a participação será maior, porque nós ainda não saíram da pandemia por completo né, então de repente você conversa começa o curso presencial e para, então acho que no sentido do híbrido você consegue tocar mesmo se você faça um dois encontros, talvez penso eu não saio de sábado, não sei a disponibilidade, mas eu acredito que aos sábados um presencial a cada 15 dias, por exemplo, se for aqui em São Carlos na UFSCar, e os demais online ou, por que a situação é complicada quando você fala que vai fazer em htpc, nem sempre a disponibilidade da htpc para rede toda, se você marcar um a cada dois sábados ou uma casa sábado, a cada 15 dias, talvez adesão aconteça. Em São Carlos como os cursos acima de 30 horas todos são contados para pontuação, então tem esse cuidado de 30 horas, eu acredito que chama-se bastante um público viu, que eu seria uma delas, até a mesma temática, acho que é um tema que a gente sempre tem que ler mais, aprofundar mais mesmo tendo que ler, eu leio um livro de novo, eu não vou ter tanto impacto quando eu te vi pela primeira vez né, então se repetir os textos eu acho que é um profundamente maior.

(3) O Roseli, quando você fala da formação inicial, você pensa numa disciplina numa disciplina na pedagogia, por exemplo, ou optativa dentro da Universidade no caso?

(4) *[Sobre utilizar o livro da Sanderson (2005) na próxima oferta do curso]*. Eu penso que sim, Roseli, penso que trazer alguns recortes de alguns relatos que a gente tem conhecimento seria importante, é, o da Alice, por exemplo, teve um desfecho favorável à vítima e o agressor foi afastado e essa postura. No meu no meu caso, só fiz a descrição, não fiz o relato, mas a gente não teve conhecimento do desfecho, então ficou aquela situação, será que teve? Que posicionamento foi tomada a partir

de tudo que a justiça colheu dos depoimentos todos né? Então fica aquela situação assim, ficou com elas para elas, o que que aconteceu, então não diga que eu quero saber se teve o agressor ou se não teve, mas o que caminho tomar a partir de uma situação que a justiça já investigou e qual a nossa postura como professor para outros casos também, para a gente se fortalecer mesmo e de tocar em diante, porque deu em impressão, para mim tá, particularmente para mim, que ficou elas por elas. Ah, afastou quem o pai suspeitava, que no caso do pai ele suspeitava de alguém lá adulto, mas aparentemente pela criança ser minha eu coloquei claramente nunca teve contato com uma criança, porque ela nem se frequentava muito a escola, então deu um relato de que não foi um adulto. No relato que a gente teve conhecimento da criança, foi de outra criança que também deu a entender que não teria acontecido, mas era algo de completo investigação e aí o desfecho não veio. Então eu acho importante assim que a gente tenha como o caso da Alice, teve o começo, teve o desfecho, para a gente se fortalecer em, quando você vai levar uma casa assim que você se fortalecer, que não, não fica elas por elas, não é o flagrante, como fala aí, o povo rouba e não deu o flagrante, mata, mata, mata, não deu flagrante, não, vamos ter uma linha de pensamento do começo ao fim, e para a gente sempre acolher a vítima, é suposta vítima, é vítima até que se prove o contrário ela é uma vítima. Se provar o contrário, serve de exemplo, para outros não ficarem também achando que aí eu falo o que eu quero, mas e se provar que sim, a quem eu recorro? Então eu acho importante que que a gente que você trabalha assim os relatos e de andamento né. O livro das Sanderson, dependendo a clientela eu acho que os relatos que ela faz minuciosamente é importante ser trabalhado sim e dependendo o contexto não né, só as informações já bastam, mas um texto indispensável sobre Tertúlia é a sua pesquisa (Roseli), porque ele acalenta muita gente e nos envolve a querer participar e trabalhar com tertúlias.

- (5) *[Sobre o Conselho Tutelar]* Eu acho que o posicionamento que teve um município da Jéssica é assim um exemplo a ser seguido, em dúvida sabe, São Carlos tá meio complicado um pouquinho aí na questão da secretaria de educação, teve uns entraves nessa última gestão né, mas tudo leva a crer que teremos mudanças, boas mudanças, a partir de acho que do ano que vem, porque já tava no finalzinho talvez não mude Secretaria de Educação nesse momento, mas tem um forte indício de que será mudado, teremos novos secretários, novas pessoas lá dentro, mesmo porque também a gente vem de um concurso né dia de efetivação de cargos de concurso. Então acho que fortalecer Roseli, propor uma formação, já para supervisão coordenação, diretores que assumiram concurso nessa temática e com o Conselho Tutelar, mais o pessoal da assistência, formar uma rede e uma documentação como foi feita, propor documentação normativa como foi feito no município da Jéssica é urgente em São Carlos, principalmente com as casas de abrigo né, aí com as promotoras legais, aí gente tem vários pontos isolados eu acho que tem que tá necessitando amarrar para depois chegar nos professores, não que os professores vão ser o último a saber, não, é isso mas eu acho que como os diretores estão no processo de concurso agora é cargo deles, então acho que se eles tiverem essa formação, conseguimos dar andamento numa normativa, o “Dr José”, ele é uma pessoa fantástica que tá sempre muito aberto para fazer parte né desses grupos. Então acho que seria muito, muito válido para nossa para nossa sociedade em si, mesmo porque São Carlos recebe muita gente né esses casos, UFSCar, aí tem esse tusca, tem as repúblicas, então acho que se conseguir fazer uma normativa que abrace todas as os setores, eu lembro que eu fiz um curso de

dispositivos públicos e fazer mais ou menos nesse sentido, eu acho que seria muito, muito válido.

- (6) *[Sobre o direito à privacidade]* Sim sim, eu acho que preservar todos os lados né, as pessoas fazer justiça com as próprias mãos não leva a nada, porque está mais fora do assunto, geralmente quem vai e enfrenta quer gerar mais violência do que a própria situação já é. Então acho que esse caminho mesmo assim, acolhe-se a vítima, independente se ela foi ou não, acolhe-se e tem alguém específico para trabalhar, essa situação né, eu acho que quando forma uma rede fica muito mais claro né, cada um é responsável por aquilo que lhe cabe, dentro da sua formação. No caso nós professores, a gente tem que receber informações e saber lidar com elas, como encaminhar, mas também não ficar depois de tudo sem saber o desfecho numa situação né, você sabe olha encaminhamento depois de tudo, foi feito isso, isso, isso, isso e fica tranquilo que a sua parte foi feita, eu acho que dá essa tranquilidade para quem né que geralmente faz a denúncia é bom, faz bem para a gente para fortalecer, mas o direito à privacidade de ambos né. Nós temos, não sei, se você tem conhecimento de um caso que tá rolando na rede né, numa instituição aqui do da prefeitura, que estão investigando um professor, que parece que teve um denúncias de mais de duas alunas a respeito desse professor. E aí eu não tô na unidade, mas ele foi afastado, só que né, fica aquele jogo de fofoca mesmo, ah mas fez, não sei se era bonzinho, então fica e depois se você se tem uma normativa né, se tem outros outras pessoas que de outros setores que vão trabalhando cada qual dentro do seu do seu do seu cargo profissional que compete, você sabe que as coisas não param na direção né, daqui dos processos e depois de tudo volta-se dá um parecer do que tudo que pode ser necessário e o desnecessário a gente não tem que saber, mas o necessário para poder continuar caso ocorra a gente sabe como lidar. Então eu penso que que a sua postura pelo que eu ouvindo é muito certa né, você prefere que você lados sejam em particular para não gerar muitas vezes gera comoção né, quando levanta uma bandeira pode gerar comoções que não são necessárias e eu gostei como você tá imaginando essa formação seria muito válida assim.
- (7) Eu acho que a forma como foi, que a formação foi bacana, a única coisa que eu tenho assim eu gostaria era dos slides, dos resumos que você fez, se seria possível disponibilizar, por que dá para gente assim buscar alguns pontos os tops das apresentações. Eu acho que você quer bem interessante se a gente pudesse ter acesso, mas a forma como foi conduzida, do classroom, tudo, eu acho que ficou bem dinâmico e eu gostei não tenho nenhum ponto negativo a ressaltar não.
- (8) Escrita de artigo pretende fazer alguma coisa Roseli, poderíamos pensar né num artigo, gente falar um pouco sobre esse curso.
- (9) Milena, obrigada. Eu senti assim na verdade muita nas suas falas, muita propriedade nas suas falas, apesar de não te conhecer pessoalmente mas você passa isso como de uma bandeira muito hasteada e de linha de frente e como eu fui agora, para mim para o fundamental e pro EJA, eu sempre trabalhei com isso desde 99, então assim a terceira idade da criança e de repente eu fui para uma realidade crua, trabalhar com adultos e trabalhar com adolescentes e às vezes a gente não sai eu não tenho muito chata na língua, a língua meio solta sabe. Então da forma como você fez falando de muitas coisas, eu falei ainda bem que eu não dei aula esse ano, porque eu poderia chocar alguns e eu até me ponderei sabe, até depois talvez trocamos umas figurinhas,

	<p>porquê que tem coisas que a gente não está preparado para lidar, sabe por mais que eu me coloco assim o livre arbítrio de cada um, cada um sabe o que fazer da própria vida, eu acho que ninguém tem que dar pitaco na vida nas escolhas do outro, mas a gente pode ser um escudo para muitos vão assim né, de cara limpa e não tem um escudo, e eu espero ser escudo para os meus alunos, e aí não sei se eu tô forte o suficiente para ser esse escudo, e aí nas suas falas eu senti que que é possível sim, mas tem que aprender um pouco mais, infelizmente não consigo participar da NIASE porque eu dou aula o dia inteiro, a noite inteira né, o negócio vai, mas eu quero te agradecer muito viu.</p>
Alice	<p>(1) Boa noite. Pensando um pouco assim, nos tópicos né, meu fone não tá muito bom, sobre os princípios da aprendizagem dialógica e as atuações de eu já conhecia né, que eu tive formação comunidade de aprendizagem pelo Instituto Natura durante alguns anos na rede que eu trabalho, e a escola onde é o atual é comunidade de aprendizagem, e nós já temos atuações educativas de êxito acontecendo com as tertúlias, os grupos interativos, a participação educativa da comunidade, as assembleias né que é o modelo dialógico de prevenção de resolução de conflitos, então nós já temos essas atuações. Eu já conheci os princípios né, e já conhecia as atuações. Particpei de muitas tertúlias, inclusive na pandemia instituto Baobá, pessoal fazer online, então e fiz muitas tertúlias em sala de aula com os professores com os alunos né, mesmo estando na coordenação eu sempre gostei de ir fazer junto com elas, então eu já tinha bastante experiência nesse tópico né, dos princípios. Com relação aos dados né sobre abuso e violência eu conhecia de forma mais superficial, que eu fiz o curso <i>Childhood</i> né no começo do ano, e foram apresentados dados também que me chocou muito, e então eu conhecia superficialmente, mas o curso me trouxe uma aprofundamento muito grande né, por meio dos textos que a gente foi lendo ao longo dos encontros e por meio das tertúlias das discussões, das aulas, então assim, tem como fundamento para mim é muito importante e para minha formação mesmo no assunto. E principalmente assim, o que ficou muito forte para mim, pra minha experiência, foi me instrumentalizar de como levar isso para escola né, porque eu já tinha passado pela formação e eu precisava formar os professores enquanto coordenadora pedagógica, sensibilizar para esse tema e principalmente levar esse tema para sala de aula né, para discutir com os alunos, e eu não sabia como fazer isso, eu tava muito perdida, por ser um tema muito sensível, por falta de informação minha mesmo, tanto pessoal, quanto na minha na minha graduação na faculdade não tive formação nesse tema, e também por todo o cenário que a gente estava vivendo e vive ainda de polarização, de certas coisas serão interpretadas de outras formas e de querer de repente gerar um conflito né, então eu tinha muita insegurança. E aí o curso me ofereceu instrumentalização de como fazer né, o quê que poderia ser feito tanto na formação com os professores, quanto depois lá com as crianças né, os livros do clube dos Valentes e tal isso para mim foi incrível porque me mostrou caminhos do que eu posso fazer daqui para frente. Eu já comecei a me movimentar né, eu te coloquei no meu relato que eu já inicia eu fiz a Tertúlia com as professoras do meu grupo do texto do Unicef, o panorama de violência letal contra crianças e adolescentes e foi muito muito assim, para mim impactou muito esse momento, porque as professoras se sensibilizaram para o tema e elas perceberam o quanto isso é uma coisa que pode estar acontecendo diante dos nossos olhos e se a gente não tá atento para isso, para os sintomas, para os sinais né, a gente pode ter crianças no nosso convívio que estão sofrendo violência e ninguém tá percebendo. Então isso sensibilizou o grupo né, de estar estudando mais sobre o assunto e de estar começando algumas ações em sala de aula assim, por meio de leituras, por meio de Tertúlia, elas ficaram muito interessado</p>

no Clube dos Valentes, mesmo nos momentos de Assembleia, que nós temos, de levar alguns temas para discussão. Então assim, eu senti que já sensibilizou o grupo. Como a gente tá na reta final né, agora é Saresp, conselho de classe, e minha escola está passando por uma reforma, então vamos ter que parar as aulas um pouquinho antes, porque vai chegar na cozinha, então não temos como ter as aulas e eu vou ter uma grande troca de professoras, tenho um fluxo de troca de professoras a cada dois anos, então encerra os contratos e aí vem tudo na galera nova né, então eu vou ter 6 professores novos o ano que vem, então a gente decidiu acomodar primeiro o texto né, as informações que a gente discutiu na Tertúlia e o ano que vem a gente volta retomando com esses novos professores que estão chegando e já vamos começar a implementar algumas ações. Então para mim foi muito importante né, tudo que a gente discutiu em todas as aulas e eu quero sem ser muito grata por todo aprendizado e por todas as trocas que a gente teve nesses momentos.

- (2) *[Sobre a próxima oferta do curso]*. Eu acho que é possível meio que híbrido, dependendo do tema que fosse, se fosse algo mais pesado né, mais indigesto né, como o livro talvez presencial acho que talvez fosse melhor mais acolhedor, não sei, e alguns outros momentos virtuais. O meu grupo especificamente é acostumado a trabalhar de forma virtual, que durante a pandemia nós fazemos as nossas reuniões de formação por meio do Google Meet, então a gente teve que aprender a usar um monte de ferramenta digital, então uma coisa que elas conseguem fazer, mas eu acho que alguns temas sensíveis, o acolhimento da presença talvez fosse melhor e eu concordo com a Jéssica, quando ela fala do livro né, que realmente alguns relatos são muitos pesados e a gente tava lendo o livro num momento que eu tive um caso de violência na minha escola, que eu denunciei e o menino foi acolhido né, um autista e no dia que ele foi acolhido, que Conselho Tutelar foi buscar né, que ele foi embora eu entrei na aula muito mal assim, me sentindo culpada, com medo de ter feito algo errado né, será que eu estou prejudicando uma família e tal e foi bem durante a leitura desse livro, então eu não consegui fazer a leitura, naquela semana, porque aquilo mexeu muito com meu emocional, mexeu muito comigo, então eu concordo com a Jéssica, que é muito importante que tem ali, mas poderia trabalhar as informações de forma sistematizada e não tanto os relatos que eu acho que poderia gerar gatilhos para algumas pessoas.
- (3) *[Sobre fazer análise de caso em formações sobre o tema]*. Eu penso que sim, porque aí são modelos de práticas né, tanto de boas práticas quanto de repente de práticas que não foram assim é, tão boas e as consequências que isso pode causar, eu acho que são modelos para a gente poder analisar e essa questão de ter uma normativa né, um protocolo né, o que que eu vou fazer, porque muitas vezes os professores não sabem o que fazer, muitas vezes elas sentem medo, elas não se sentem apoiadas, então tem isso até quando política da rede mesmo, eu acho importante também de analisar isso e criar alguns protocolos né, se eu desconfiar o que que tem que fazer que eu tenho que procurar, eu acho interessante também.
- (4) Eu também gostei muito [do curso], assim como a Rosemeire comentou também, se fosse possível os slides, algumas aulas né, porque o que foi bacana para mim foi que a gente fazia Tertúlia né, a gente trocava as experiências e no final tinha sistematização das professoras, então isso para mim foi muito importante, porque ajudava eu amarrar as ideias que fazem eles ficavam soltas na minha cabeça, isso trouxe para mim muito aprendizado e muito aprofundamento no tema.

Jéssica	<p>(1) Gente, desculpe, não vou ligar a câmera porque estou jantando. Eu coloquei bastante no meu relato né sobre o livro da Sanderson, eu lembro até que eu coloquei se não na questão de se tem alguma sugestão para o curso, eu coloquei que eu não tinha, mas depois eu fiquei pensando justamente sobre o livro né, eu falei bastante dele, e que talvez a minha sugestão talvez fosse essa que a professora Roseli trouxe agora, de não trabalhar ele integralmente, porque justamente pensando que a gente não vai saber qual o professor sofreu abuso sexual na infância e ler aqueles relatos pode trazer algum gatilho assim muito pesado né, então eu fiquei pensando nisso assim, porque foi um livro que me tirou o sono, daí acredita que das colegas também então, eu penso que seria mais produtivo a gente trabalhar com as informações do livro sem ter os relatos tanto das vítimas quanto dos abusadores, assim eu acho que realmente seria mais produtivo, e também não ia eu coloquei no questionário, também acho que não ia incitar o ódio né, das pessoas porque quando a gente lê isso a gente quer justiça né, muitas vezes com as próprias mãos, e não é a intenção não é o que resolve a questão, então acho que realmente esta seria uma boa alternativa assim trabalhar com as informações do livro sem ter os relatos.</p> <p>E aí aproveito também para fazer minhas palavras das colegas para agradecer, porque eu achei que o curso no geral foi muito produtivo né, eu já conhecia as atuações educativa jeito por conta da graduação, mas foi bom poder me aprofundar também e pensar em possibilidades enquanto coordenadora né, porque enquanto professora você se movimenta de uma forma, enquanto coordenadora você tem que se movimentar de outra. Então foi muito bom assim porque tem me feito pensar possibilidades e outra coisa que eu achei que foi muito boa também, foi a possibilidade do online, porque permitiu a gente de vários locais pudéssemos estar juntas né, então se esse fosse um curso que fosse oferecido presencialmente, eu não poderia participar porque eu não tô no município, então online eu acho que foi uma coisa muito positiva também, tá bom obrigada, gente.</p> <p>(2) <i>[Sobre a próxima oferta do curso]</i>. Pensei no híbrido também, concordo, e eu acho que seria muito bacana, pensando colocando como foi o curso agora de 15 encontros, os primeiros fossem presenciais para que as professoras conhecessem o grupo né, acho que seria muito importante e pensando também em rede Municipal, algo que a rede aqui do meu município tem feito, e que eu acho que é bacana, que tem dado certo, é fazer uma parceria com a secretaria de educação para que esse curso gere pontuação para as professoras, porque estimula mais elas a participarem quando tem a pontuação né, mesmo que seja um ponto então é bacana e eu acho que o que o híbrido seria legal também.</p> <p>(3) Acho que tô um pouquinho nessa transição de estudante para professora porque eu acabei de me formar em 2018 na UFSCar, eu me deparei com o tema em disciplinas optativas, então foi como eu tive contato e lembrando aqui agora, quando eu tava na disciplina de estágio, eu lembro que a professora falou sobre isso também né. Eu não lembro se foi porque algum colega da sala perguntou ou se se ela já tinha se preparado para falar sobre isso, sobre caso alguma criança denunciasse né, que tava sendo vítima de violência para nós estagiários e estagiárias, o que que era para a gente fazer né, então conversar com a professora da sala e conversar também com ela para que ela fizesse um caminhamento e conversasse com a escola mas assim não deu detalhes né iria para o conselho tutelar, enfim, que não era o foco de estágio mas foi estágio de alfabetização inclusive, eu lembro de ter essa fala da professora. E aí depois o a partir das optativas, o tema interessou a ponto de eu também e para o</p>
---------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>TCC para pesquisar sobre isso né, meu TCC foi especificamente sobre negligência com crianças de 0 a 3 anos, e aí o meu conhecimento dos órgãos meio disso do TCC, mas eu acho que assim, é muito importante mesmo trabalhar na formação na formação inicial, porque eu me formei em 2018, em fevereiro de 2019 já tava em sala de aula, então eu não fui tão crua para sala nesse aspecto né, então quando aconteceu mesmo que eu não tivesse todos os elementos eu tinha uma base ali para eu me apoiar o sabe onde eu podia pesquisar para ter ajuda. Então acho que é que é bacana a ideia da optativa e que seja conversado né, com estudantes da graduação a importância desse tema para que eles façam essa optativa justamente sabendo que vão lidar com isso né, quando entrarem na escola não tem não tem escapatória, seja no primeiro ano, seja no trigésimo, no fim da carreira, algum caso vamos pegar, então é importante sair da graduação tendo o mínimo de base assim.</p> <p>(4) Pensando na formação continuada, eu acho que algo que teria ser muito enfatizado com as professoras é nunca duvidar da vítima, ontem foi atpc no município, foi um atpc para preenchimento de documentação, então a gente conversava na sala dos professores, então a gente conversava sobre esse decreto e as professoras, elas... eu senti assim, que elas duvidam muito do que as crianças falam, então é sempre o argumento, ah mas será que foi assim mesmo, ele é terrível, será que a mãe não tava batendo porque ele tava aprontando, porque ele faz isso e isso na sala. Então eu acho que nesse sentido, os dados ajudaram, como aquele da Segurança Pública que a gente leu, que mostram os dados mesmos, quantitativos, para que entendam que não é a nossa função duvidar da criança e nem investigar, eu acho que tem que ficar bem claro, de que o nosso papel vai fazer o encaminhamento para que os órgãos responsáveis, os órgãos devidos façam as investigações para verificar o que que tá acontecendo. Mas, eu tenho pensado, assim por conta da minha conversa com as professoras ontem, que seria muito interessante deixar isso sem muito claro, enfatizar muito de que a gente não pode duvidar da criança, que inicialmente a criança vem fala com a gente a gente tem que acolher ela, ouvir o que ela tem a dizer e fazer o encaminhamento né. Teve uma professora até que me mostrou um vídeo que era uma entrevista de uma delegada que tava, era um vídeo no <i>facebook</i>, era uma entrevista dessa delegada falando de um caso que ela recebeu de um senhor na delegacia muito machucado, porque ele tinha sido linchado na rua porque tinha uma criança de 9 anos falando que ele tinha abusado dela né, que ele tinha pego ela na rua e tentando levantar a roupa dela e violenta ela né. E aí nisso passaram pessoas e que retiraram ela, então o cara chegou super machucado na delegacia, só que ela a delegada fala na entrevista que o instinto dela dizer que aquilo não tava certo, e aí quando ela foi investigar é na verdade a menina tinha aprontado na rua e não queria voltar para casa tava com medo de apanhar dos pais, e aí tinha pegou esse senhor na rua e colocada a culpa nele. Então criança, de acordo com a investigação, são tinha mentira então elas usaram isso como argumento e aí o meu contra-argumento né foi esse, tá, mas e se eu no caso você tá me passando e todos os outros milhares que a gente tem quando a gente vai olhar os dados né. Então é isso assim, deixar bem claro que a gente não pode duvidar das crianças né, se a criança tá realmente mentindo e vai ser um caso em um milhão não é da nossa responsabilidade fazer essa investigação, tem as pessoas que vão fazer isso, o nosso papel não é esse.</p>
Fabiana	<p>(1) <i>[Sobre trabalhar o tema na formação inicial de docentes]</i>. Oi, boa noite. Eu acho interessante sim abordar esse tema, porque eu sou nova na área e o curso inteiro me tocou muito nos relatos do livro, em tudo, então acho que seria muito interessante, porque assim as pessoas, as professoras não entrariam tão despreparadas para lidar</p>

	com a situação, porque como a gente já ouviu os casos de professores que não tiveram apoio da direção, que não sabiam muito como agir, o que fazer, então pelo menos agora já não estariam tão despreparadas, tão cruas para lidar com o caso se aparecesse na turma.
Priscila	(1) <i>[Sobre utilizar o livro da Sanderson (2005) na próxima oferta do curso].</i> Alguns recortes como a professora propõe seriam importantes.

ANEXOS

Anexo 1 – Artigos analisados na revisão bibliográfica no tema de prevenção à VS infantil durante os anos de 2020 a 2023.

Base	Área	Periódico	Ano	Referência
Scielo	saúde	Revista da Escola de Enfermagem da USP	2020	Miranda MHH, Fernandes FECV, Melo RA, Meireles RC. Sexual violence against children and adolescents: an analysis of prevalence and associated factors. Rev Esc Enferm USP . 2020;54:e03633. doi: https://doi.org/10.1590/S1980-220X2019013303633 . Acesso em: 31 jan. 2023.
Scopus	saúde	Cogitare Enfermagem	2022	Rivera AIV, Pinheiro PN da C, Mondragón-Sánchez EJ, Silva KL da, Vasconcelos FKA, Costa MIF da. Prevenção da violência sexual na escola da Costa Rica: adaptação transcultural de cartilha educativa. Cogitare Enferm . [Internet]. 2022 [Acesso em “colocar data de acesso, dia, mês abreviado e ano”]; 27. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/ce.v27i0.84117 . Acesso em: 31 jan. 2023.
	psicologia	Psicologia: Teoria e Pesquisa	2022	MOREIRA, L. R.; PALUDO, S. dos S. A Violência Mora ao Lado? Violência Familiar e Comunitária entre Adolescentes. Psicologia: Teoria e Pesquisa , [S. l.], v. 38, 2022. DOI: 10.1590/0102.3772e38314.pt. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/24712 . Acesso em: 1 fev. 2023.
Google Scholar	educação	Educação em Revista	2021	MADURO, D. P. D.; BRITO, Ângela do C. U. Práticas pedagógicas de prevenção contra violência sexual na infância: análise de histórias para crianças. Educação em Revista , [S. l.], v. 22, n. esp, p. 107–126, 2021. p107-126. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/10414 . Acesso em: 1 fev. 2023.
	educação	Instrumento: revista de estudo e pesquisa em educação	2020	TOMAZ, M; RITTI, R. C. Reflexões de profissionais sobre violência sexual contra crianças: escola como espaço de prevenção, denúncia e promoção de cuidado. Instrumento: revista de estudo e pesquisa em educação . v. 22 n. 3, 2020. Disponível em: 10.34019/1984-5499.2020.v22.29342. Acesso em: 31 jan. 2023.
	educação	Unifimes	2021	NETO, W. <i>et al.</i> Violência sexual infantil: estratégias extensionistas de prevenção e enfrentamento no contexto escolar. Unifimes , 2021.

Base	Área	Periódico	Ano	Referência
Web Of Science	educação	Systematic Reviews	2022	Cuartas, J., McCoy, D., Yoshikawa, H. <i>et al.</i> Prevention of violence against children in the home: an overview of reviews protocol. Syst Rev 11, 272 (2022). https://doi.org/10.1186/s13643-022-02153-6 . Acesso em: 31 jan. 2023.
PubMed	saúde	J Youth Adolesc	2022	SCULL, T. <i>et al.</i> A Media Literacy Education Approach to High School Sexual Health Education: Immediate Effects of Media Aware on Adolescents' Media, Sexual Health, and Communication Outcomes. J Youth Adolesc. 2022; 51(4): 708–723. 2022 Disponível em: 10.1007/s10964-021-01567-0. Acesso em: 31 jan. 2023.
	saúde	Health Econ	2022	HENKHAUS, L, E. The lasting consequences of childhood sexual abuse on human capital and economic well-being. Health Econ. 2022 Sep; 31(9): 1954–1972. 2022 Jul 11. Disponível em: 10.1002/hec.4557. Acesso em: 31 jan. 2023.